



Montepio Investimento

Agência
+ 1000
12.000.000
Montepio
2019.06.12

RELATÓRIO E CONTAS 2018

MONTEPIO INVESTIMENTO, S.A.

ÍNDICE

PARTE I - RELATÓRIO DE GESTÃO.....	3
MONTEPIO INVESTIMENTO, S.A.	4
ÓRGÃOS SOCIAIS	5
ENQUADRAMENTO DA ATIVIDADE.....	6
ECONOMIA	6
MERCADOS FINANCEIROS	7
ATIVIDADE EM 2018	9
ANÁLISE FINANCEIRA	10
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DE 2018.....	13
PROPOSTA DE APLICAÇÃO DOS RESULTADOS.....	15
PARTE II -DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS, NOTAS EXPLICATIVAS E PARECERES ÀS CONTAS.....	16
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E NOTAS EXPLICATIVAS	17
DECLARAÇÃO DE CONFORMIDADE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO SOBRE A INFORMAÇÃO FINANCEIRA APRESENTADA	100
CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS E RELATÓRIO DE AUDITORIA	101
RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL.....	109
ANEXOS.....	111
PARTICIPAÇÕES DOS MEMBROS DOS ÓRGÃOS DE ADMINISTRAÇÃO E FISCALIZAÇÃO	111
LISTA DOS TITULARES DE PARTICIPAÇÕES QUALIFICADAS.....	111
AÇÕES PRÓPRIAS DETIDAS	111

Parte I

Relatório de Gestão

MONTEPIO INVESTIMENTO, S.A.

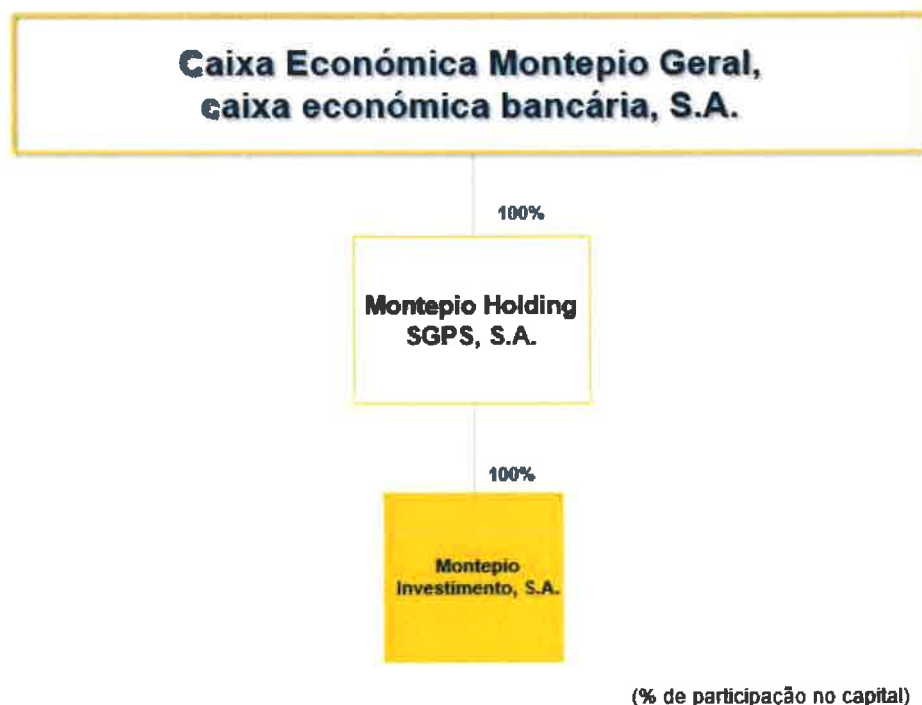
O Montepio Investimento, S.A. resulta da alteração da denominação do Finibanco, S.A., ocorrida em 12 de julho de 2013, sendo integralmente detido pela Montepio Holding, SGPS, S.A. (ex-Finibanco Holding, SGPS, S.A.), entidade totalmente detida pela Caixa Económica Montepio Geral, caixa económica bancária S.A. (CEMG).

O Montepio Investimento, S.A. pertence ao Grupo Montepio desde dezembro de 2010, na sequência da aquisição da totalidade do capital do ex-Finibanco Holding, SGPS, S.A. pelo Montepio Geral Associação Mutualista, tendo sido alienado à CEMG em 31 de março de 2011.

Decorrente desta operação, o Montepio Investimento, S.A. trespassou à CEMG os ativos e passivos de banca de retalho, ou seja, as carteiras de crédito a Clientes e de depósitos de Clientes, passando o seu balanço a ser constituído pelas disponibilidades, pelos ativos financeiros, pelos imóveis, essencialmente resultantes das resoluções de crédito, e pelo crédito em contratos de locação financeira (*leasing*), mobiliária e imobiliária, bem como pelos passivos e provisões associados e pelos elementos do ativo imobilizado que suportam a atividade de *leasing*.

A atividade potencialmente desenvolvida pelo Montepio Investimento, S.A. inclui a prestação de serviços bancários e financeiros nas áreas de *Corporate Finance* e Assessoria Financeira relacionados com a Banca Comercial, a Banca de Investimento e a Gestão de Ativos.

Desde 31 de março de 2011 que a Montepio Holding, SGPS, S.A. e o Montepio Investimento, S.A. se encontram integrados no Grupo CEMG.



ÓRGÃOS SOCIAIS

MESA DA ASSEMBLEIA GERAL

Presidente:	Rui Sérgio Carvalho dos Santos de Calheiros da Gama
Vice-Presidente:	José Manuel Pereira Ferrão
Secretário:	Paulo Alexandre Jorge de Castro Silva

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO¹

Presidente:	Carlos Manuel Tavares da Silva
Vogal:	José Carlos Sequeira Mateus
Vogal:	Carlos Miguel López Leiria Pinto

SECRETÁRIO DA SOCIEDADE

Efetivo:	Rui Manuel Alves
Suplente:	Joana do Rosário O. R. Ramalho Passinhas

CONSELHO FISCAL²

Presidente:	Pedro Miguel Ribeiro de Almeida Fontes Falcão
Vogal:	Inês Maria Vaz Ramos da Silva da Cunha Leão
Vogal:	António Francisco de Araújo Pontes
Vogal Suplente:	Maria Alexandra de Matos Sequeira Thadeu

REVISOR OFICIAL DE CONTAS

KPMG & Associados, SROC, S.A., pessoa coletiva n.º 502161078, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas n.º 189, inscrita na CMVM com o n.º 9093, com sede no Edifício Monumental, Av. Praia da Vitória, n.º 71-A, 11.º, 1069-006 Lisboa, representada por Hugo Jorge Gonçalves Cláudio (efetivo), inscrito na Ordem de Revisores Oficiais de Contas sob o n.º 1597, contribuinte n.º 213783100 e Fernando Gustavo Duarte Antunes (suplente), inscrito na Ordem de Revisores Oficiais de Contas sob o n.º 1233, contribuinte n.º 203778014.

¹ O Conselho de Administração iniciou funções no dia 20 de julho de 2018.

² O Conselho Fiscal iniciou funções no dia 13 de dezembro de 2018.

ENQUADRAMENTO DA ATIVIDADE

ECONOMIA

De acordo com as estimativas do FMI de janeiro de 2019, a economia mundial deve ter crescido 3,7% em 2018, um valor em linha com as projeções de outubro de 2018, com esta manutenção das estimativas a ocorrer num contexto de um desempenho mais fraco em algumas economias, especialmente na Europa e na Ásia. Este crescimento estimado para 2018 representa uma desaceleração de 0,1 p.p. em relação ao observado em 2017. Já para 2019 e 2020, o FMI reviu, em baixa, as previsões de crescimento, em 0,2 p.p. e 0,1 p.p., para 3,5% e 3,6%, respetivamente, sustentando estas revisões, em baixa, essencialmente, nos efeitos de, na Alemanha, terem sido introduzidos novos padrões para emissões poluentes de veículos e de, em Itália, as preocupações quanto aos riscos da dívida soberana e riscos financeiros, penalizarem a procura interna e na deterioração do sentimento nos mercados financeiros e da contração da economia da Turquia, que agora antecipa maior do que o anteriormente previsto.

A economia da Zona Euro prosseguiu a recuperação ao longo de 2018, tendo, no entanto (de acordo com os dados ajustados de sazonalidade e de dias úteis pelo Eurostat), registado um crescimento médio anual do PIB de 1,8%, inferior ao observado no ano anterior (+2,5%), num ano marcado pelo registo de crescimentos em cadeia do PIB ligeiramente inferiores aos observados no passado recente, de apenas 0,1% e 0,2% nos dois últimos trimestres do ano, depois de ter crescido 0,4% nos dois primeiros trimestres do ano. Ao longo do ano de 2018, o Banco Central Europeu (BCE) manteve uma política monetária expansionista, não alterando as suas taxas de referência: a taxa de juro das operações principais de refinanciamento – *refi rate* – nos 0,00% e as taxas de juro da facilidade permanente de cedência de liquidez e da facilidade permanente de depósitos em 0,25% e -0,40% respetivamente, ao mesmo tempo que anunciou, em 26 de outubro de 2017, o terceiro prolongamento do programa de compra de ativos (*asset purchase programme* – *APP*) até, pelo menos, dezembro de 2018, com o ritmo médio de compras mensais de ativos a manter-se nos 30 mil milhões de euros até ao final de setembro de 2018 (anterior período de vigência), mas a ser reduzido, para 15 mil milhões de euros, entre outubro e dezembro de 2018 (mês em que deu como terminado o programa).

Após três anos de recessão, a economia portuguesa regressou ao crescimento em 2014 (+0,9%), tendo nos anos seguintes dado continuidade ao processo de gradual recuperação, crescendo 1,8% em 2015 e 1,9% em 2016 e acelerando fortemente no ano de 2017, para 2,8%, mas tendo desacelerado em 2018, com o PIB a crescer 2,1%, aliviando do maior ritmo de crescimento desde 2000 (+3,8%). O crescimento da economia em 2018 refletiu apenas o contributo da procura interna, que apresentou um contributo positivo de 2,8 p.p., com a diminuição deste contributo (+3,2 p.p. em 2017) a refletir apenas a forte desaceleração do investimento em capital fixo (FBCF), uma vez que o consumo privado e o consumo público aceleraram e o investimento em existências viu o contributo aumentar. Por seu lado, as exportações líquidas apresentaram um contributo negativo de 0,7 p.p., penalizando o crescimento pelo quinto ano consecutivo (-0,3 p.p. em 2017), com este contributo negativo das exportações líquidas a refletir acréscimos das exportações inferior ao das importações. Para 2019, perspetiva-se um novo crescimento da atividade económica, mas em nova desaceleração, para 1,9%, um valor abaixo dos 2,2% previstos pelo Governo no Orçamento de Estado 2019. O processo de ajustamento orçamental continuou ao longo de 2018, após o agravamento observado em 2017, que resultou, no entanto, essencialmente do impacto da recapitalização da Caixa Geral de Depósitos.

Com efeito, o défice orçamental em 2017 ascendeu a 3,0% do PIB, representando uma deterioração anual do saldo de 1,0 p.p. (-2,0% em 2016), mas com o défice a ficar-se pelos 0,92%, se excluído o impacto acima referido, um valor, assim, bem inferior ao que tinha sido inicialmente estimado pelo Governo no OE 2018 (-1,4%). Para 2018, estimamos uma redução do défice orçamental, para 0,6% do PIB (-3,0% em 2017), um valor que se apresenta ligeiramente mais favorável do que os 0,7% do PIB previstos pelo Governo no OE 2019, sendo apenas ligeiramente menos favorável do que o previsto pelo Conselho de Finanças Públicas (-0,5%, em 20/09/2018), devendo representar o défice mais baixo de toda a história democrática de Portugal, dado que o anterior défice mais baixo se verificou, de acordo com séries anuais mais longas, em 1974 (-1,0% do PIB). Ao nível do mercado laboral, a taxa de desemprego diminuiu de 8,9% em 2017 para 7,0% em 2018, dando continuidade à tendência de redução desde o pico máximo histórico atingido no início de 2013 (17,5%). A inflação, medida pela variação média anual do índice de preços no consumidor (IPC), foi de 1,0% em 2018, menos 0,4 p.p. que o apurado para 2017 (+1,4%, depois de +0,6% em 2016), ao passo que a inflação *core* abrandou para 0,7% em 2018 (+1,1% em 2017 e +0,7% em 2016).

Relativamente a outras economias, refira-se que, em Angola, o PIB registou uma contração homóloga de 1,6% no terceiro trimestre de 2018, em desagravamento (-4,5% no segundo trimestre de 2018), devendo ter contraído 1,8% em 2018 (-0,1% em 2017). Em Moçambique, o PIB registou um crescimento homólogo de 3,1% no quarto trimestre de 2018, em ligeira desaceleração face ao crescimento de 3,2% observado no terceiro trimestre de 2018, tendo exibido um acréscimo médio anual de 3,3% em 2018, em abrandamento face ao acréscimo de 3,7% em 2017. Já para Cabo Verde, estimamos um crescimento de 4,5% em 2018, em aceleração face aos 4,0% de 2017.

MERCADOS FINANCEIROS

O ano de 2018 contou com uma evolução negativa do sentimento nos mercados financeiros, devido ao comportamento muito negativo registado no quarto trimestre, nomeadamente ao nível do mercado acionista, observando-se movimentos maioritariamente negativos nos principais índices de ações no conjunto do ano. Nos EUA, registaram-se desvalorizações no Nasdaq, no Dow Jones e no S&P 500 (-3,9%, -5,6% e -6,2%, respetivamente), na Europa, o britânico FTSE 100 caiu 12,5% e o Eurostoxx 50 cedeu 14,3%, com o português PSI-20 a registar também uma forte queda (-12,2%), sendo também de destacar, na Ásia, as descidas no japonês Nikkei 225 (-12,1%) e no chinês Shanghai Composite (-24,6%). O índice MSCI para os mercados emergentes recuou (-16,6%). As *yields* da dívida alemã subiram ligeiramente no curto prazo (dois anos), mas desceram no longo prazo (10 anos), enquanto, nos EUA, subiram nos dois casos. Os *spreads* a 10 anos da dívida dos países periféricos da Zona Euro face à dívida alemã aumentaram (Portugal foi a exceção) e os *spreads* do mercado de crédito *corporate* (*Credit Default Swaps*) revelaram comportamentos igualmente desfavoráveis. As *yields* da dívida portuguesa a 10 anos desceram de 1,943%, no final de 2017, para 1,722%, no final de 2018, tendo registado em 30 de março (1,609%) níveis mínimos desde março de 2015. As taxas Euribor subiram ligeiramente em 2018, mas mantiveram-se próximas de mínimos históricos, refletindo a política monetária altamente expansionista seguida pelo BCE até ao final do ano, tendo apresentado valores negativos ao longo do ano nos três meses (subiu apenas 2 p.b., para -0,309%), nos seis meses (subiu apenas 3 p.b., para -0,237%) e nos 12 meses (subiu 7 p.b., para -0,117%). As *Libor* do dólar também subiram em todos os prazos, como consequência dos aumentos do *target* para os fed funds realizados (quatro em 2018) e a realizar pela Fed em 2019. Nas *commodities*, assistiu-se a fortes descidas dos índices compósitos, refletindo essencialmente a queda dos preços do petróleo. O sentimento foi

suportado pela manutenção do clima favorável nas relações entre os EUA e a Coreia do Norte. Todavia, foi fortemente prejudicado pela materialização dos riscos de abrandamento anteriormente sinalizados para a segunda metade de 2018, em relação a algumas das principais economias mundiais, como corolário: *i)* da guerra comercial global instalada; *ii)* da penalização das ações das grandes empresas tecnológicas e da distribuição, que, devido à guerra comercial, anteciparam resultados menos favoráveis do que no início do ano, arrastando com elas a generalidade dos setores e dos principais índices mundiais; *iii)* da turbulência nos mercados emergentes, com destaque para as crises na Turquia e na Argentina; *iv)* pelas perspectivas orçamentais de Itália, que teve um braço de ferro com a Comissão Europeia, com o acordo a ser conseguido apenas no final do ano, com base numa nova versão do orçamento apresentado por Roma após vários meses em que o país esteve na mira dos investidores.

ATIVIDADE EM 2018

No exercício de 2018 a atividade do Montepio Investimento S.A. continuou a centrar-se nas áreas de *Corporate Finance* e Mercado de Capitais e na gestão dos ativos inscritos no seu balanço.

Na atividade desenvolvida em 2018 na área de *Corporate Finance* e Mercado de Capitais, destacaram-se:

- O apoio na avaliação de empresas;
- A assessoria a empresas em processos de alienação de ativos não estratégicos;
- A participação, como Coordenador Global, na estruturação e montagem de empréstimos obrigacionistas e de venda de ações, por oferta pública de subscrição e admissão à negociação em mercado regulamentado, para emitentes.

ANÁLISE FINANCEIRA

Em 31 de dezembro de 2018 o Ativo líquido do Montepio Investimento, S.A. situou-se em 199,7 milhões de euros, valor que compara com 225,3 milhões de euros contabilizados no final de dezembro de 2017.

A rubrica Disponibilidades em outras instituições de crédito, que regista os montantes aplicados na Caixa Económica Montepio Geral, caixa económica bancária S.A., fixou-se em 1,7 milhões de euros em 31 de dezembro de 2018, diminuindo 11,5 milhões de euros face ao valor apurado no final de 2017 (13,2 milhões de euros).

O Crédito a clientes líquido totalizou 27,4 milhões de euros no final de 2018, que compara com 38,4 milhões de euros contabilizados no final de 2017, traduzindo uma redução de 11,0 milhões de euros como reflexo das amortizações das carteiras de *leasing* mobiliário e imobiliário.

Em 31 de dezembro de 2018 a rubrica Ativos financeiros não detidos para negociação obrigatoriamente ao justo valor através de resultados totalizou 91,2 milhões de euros, relacionados com a reclassificação contabilística das Unidades de participação que, até 31 de dezembro de 2017, se encontravam classificadas na carteira de Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral. Em consequência da referida reclassificação, a rubrica Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral situou-se em 51,5 milhões de euros em 31 de dezembro de 2018, comparando com 145,5 milhões de euros apurados no final de 2017.

Os Ativos não correntes detidos para venda totalizaram 19,8 milhões de euros em 31 de dezembro de 2018, face aos 22,4 milhões de euros contabilizados no final de 2017, correspondendo essencialmente a Imóveis resultantes da resolução de contratos de crédito sobre clientes.

Em 31 de dezembro de 2018 os Recursos de outras instituições de crédito e o Capital próprio permaneceram como as principais fontes de financiamento do Ativo, representando 97,8% do Ativo total (99,1% em 2017).

A rubrica Recursos de outras instituições de crédito refere-se a empréstimos junto da Caixa Económica Montepio Geral, e fixou-se em 10,0 milhões de euros em 31 de dezembro de 2018, tendo evoluído dos 35,1 milhões de euros registados no final de 2017.

O Capital próprio totalizou 185,2 milhões de euros em 31 de dezembro de 2018, revelando uma diminuição de 1,6% face ao valor apurado no final de 2017 de 188,2 milhões de euros, evidenciando a evolução desfavorável das Reservas de reavaliação e do Resultado líquido do exercício.

O Resultado líquido apurado em 2018 foi de -1,0 milhões de euros, face aos 1,8 milhões de euros contabilizados em 2017, traduzindo o impacto desfavorável registado ao nível do Produto bancário determinado pelos menores ganhos relevados em Resultados de operações financeiras e pela redução nos Resultados de alienação de outros ativos, não obstante as diminuições observadas nos Custos operacionais e o menor nível de Imparidades e provisões registadas no período.

A Margem financeira em 2018 alcançou 2,7 milhões de euros, face aos 2,9 milhões de euros contabilizados em 2017 (-0,2 milhões de euros), refletindo, por um lado, a redução observada nos Juros de crédito a clientes e nos Juros de depósitos à ordem, num total de 0,5 milhões de euros, e por outro, a diminuição dos Juros de empréstimos em 0,3 milhões de euros.

As Comissões líquidas fixaram-se em 1,2 milhões de euros em 2018, assinalando um acréscimo de 0,5 milhões de euros face ao valor apurado em 2017, provenientes, sobretudo, dos proveitos com comissões de montagem de operações.

Os Resultados de operações financeiras cifraram-se em -1,4 milhões de euros em 2018, face aos 0,4 milhões de euros contabilizados em 2017, evidenciando a reclassificação contabilística efetuada em junho de 2018 relacionada com a adoção da IFRS 9 relativamente às Unidades de Participação da Carteira de títulos. Os fundos da Carteira de títulos, anteriormente classificados em Ativos ao justo valor através de outro rendimento integral, foram reclassificados em Outros ativos financeiros ao justo valor através de resultados, e, em consequência desta reclassificação, as reservas de justo valor associadas a esses fundos foram reclassificadas em resultados.

A rubrica Resultados de alienação de outros ativos, que regista o resultado da alienação de imóveis provenientes de adjudicações de imóveis em locação financeira no Montepio Investimento S.A. e de imóveis classificados como ativos não correntes detidos para venda, contabilizou 0,6 milhões de euros em 2018, comparando com 2,0 milhões de euros em 2017.

Os Outros resultados de exploração foram negativos em 0,4 milhões de euros, não obstante, compararem favoravelmente com os -0,5 milhões de euros contabilizados em 2017, refletindo, sobretudo, menores impostos (Imposto Único de Circulação e Imposto Municipal sobre Imóveis) e menores despesas com imóveis detidos para venda.

Os Custos operacionais em 2018 situaram-se em 1,2 milhões de euros, diminuindo 29,4% face ao valor contabilizado em 2017, em resultado da diminuição registada nas rubricas de Custos com o pessoal e de Gastos gerais administrativos, neste caso determinada pela redução de 26,7% observada na componente de serviços especializados, tendo as Amortizações do exercício permanecido ao mesmo nível do ano anterior.

A redução observada no Produto bancário, parcialmente compensada pela evolução favorável dos Custos operacionais, determinou que o rácio *Cost-to-income* se situasse em 44,4% em 2018, comparando com 30,4% apurados em 2017.

As Imparidades e Provisões do exercício em 2018 fixaram-se em -0,02 milhões de euros, evoluindo favoravelmente face ao montante relevado em 2017 de 1,1 milhões de euros, refletindo, fundamentalmente, a reversão de Imparidades de crédito e as menores dotações para Imparidade de outros ativos financeiros face a 2017.

Os impostos sobre lucros registados em resultados incluem o efeito dos impostos correntes e impostos diferidos calculados em conformidade com o enquadramento fiscal em vigor. Em 2018 os Impostos correntes e diferidos totalizaram 2,5 milhões de euros, valor que compara com 1,0 milhões de euros relevados em 2017.

De seguida apresenta-se uma síntese de indicadores de atividade e de resultados do Montepio Investimento S.A.

Atividade e Resultados	(milhões de euros)				
	2016	2017	2018	Var. 17/18	
				Valor	%
Ativo líquido	276,8	225,3	199,7	(25,6)	(11,4)
Crédito a clientes, líquido	54,9	38,4	27,4	(11,0)	(28,6)
Aplicações em títulos*	148,3	145,5	142,7	(2,8)	(1,9)
Ativos não correntes detidos para venda	19,6	22,4	19,8	(2,6)	(11,6)
Capital próprio	184,6	188,2	185,2	(3,0)	(1,6)
Produto bancário	(2,2)	5,6	2,7	(2,9)	(51,8)
Custos operacionais	1,9	1,7	1,2	(0,5)	(29,4)
<i>Cost-to-Income</i>	-86,4%	30,4%	44,4%	14,0 p.p.	
Resultado líquido	(12,9)	1,8	(1,0)	(2,8)	(<100)

* Inclui Ativos financeiros não detidos para negociação obrigatoriamente ao justo valor através de resultados e Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral.



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DE 2018

Montepio Investimento, S.A.

Balanço em 31 de dezembro 2018 e 2017

(Valores expressos em milhares de euros)

	Notas	2018	2017
Ativo			
Disponibilidades em outras instituições de crédito	15	1 728	13 216
Crédito a clientes	16	27 405	38 386
Ativos financeiros não detidos para negociação obrigatoriamente ao justo valor através de resultados	17	91 201	-
Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	18	51 479	145 517
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	19	24	24
Ativos não correntes detidos para venda	20	19 784	22 439
Outros ativos tangíveis		-	1
Ativos por impostos correntes		67	974
Ativos por impostos diferidos	21	3 469	1 188
Outros ativos	22	4 513	3 556
Total do Ativo		199 670	225 301
Passivo			
Recursos de outras instituições de crédito	23	10 000	35 072
Provisões	24	12	36
Outros passivos	25	4 440	2 024
Total do Passivo		14 452	37 132
Capitais próprios			
Capital	26	180 000	180 000
Reservas de reavaliação	28	1 048	3 533
Outras reservas e resultados transitados	27 e 28	5 175	2 852
Resultado líquido do período		(1 005)	1 784
Total dos Capitais próprios		185 218	188 169
		199 670	225 301

O Contabilista Certificado

O Conselho de Administração

Montepio Investimento, S.A.

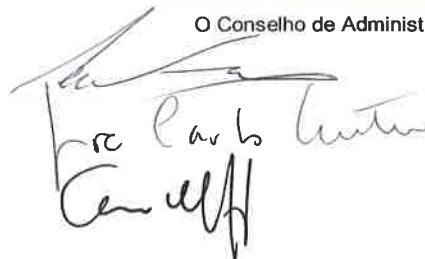
Demonstração dos Resultados para os anos findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Valores expressos em milhares de euros)

	Notas	2018	2017
Juros e rendimentos similares	3	2 911	3 411
Juros e encargos similares	3	(181)	(488)
Margem financeira		2 730	2 923
Resultados de serviços e comissões	4	1 171	716
Resultados de ativos e passivos financeiros ao justo valor através de resultados	5	(1 425)	-
Resultados de ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	6	-	433
Resultados de alienação de outros ativos	7	588	2 016
Outros resultados de exploração	8	(389)	(490)
Total de proveitos operacionais		2 675	5 598
Custos com pessoal	9	-	289
Gastos gerais administrativos	10	1 167	1 425
Depreciações e amortizações		1	-
Total de custos operacionais		1 168	1 714
Imparidade de crédito	11	(325)	(969)
Imparidade de outros ativos financeiros	12	(7)	1 729
Imparidade de outros ativos	13	377	348
Outras provisões	14	(24)	-
Resultado operacional		1 486	2 776
Impostos			
Correntes	21	813	240
Diferidos	21	1 678	752
Resultado Líquido do período		(1 005)	1 784

O Contabilista Certificado

O Conselho de Administração



PROPOSTA DE APLICAÇÃO DOS RESULTADOS

Tendo em consideração que no exercício de 2018 o Montepio Investimento S.A. registou um Resultado Líquido negativo de 1.005.357,60 euros, bem como as disposições legais aplicáveis, propõe-se que seja dada a seguinte aplicação ao Resultado Líquido de 2018:

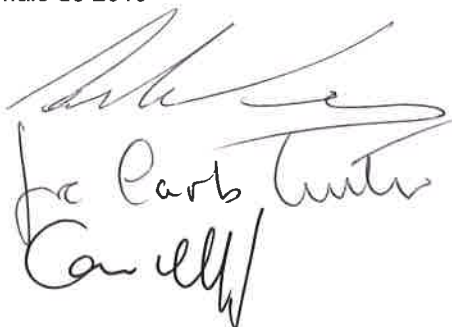
	(Euros)
	Valor
Para Reserva Legal *	-
A transferir para Resultados Transitados	-1.005.357,60
RESULTADO DO EXERCÍCIO	-1.005.357,60

* Nos termos do n.º 1 do artigo 97.º do Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente	Carlos Manuel Tavares da Silva
Vogais	José Carlos Sequeira Mateus Carlos Miguel López Leiria Pinto

Lisboa, 20 de maio de 2019



Carlos Manuel Tavares da Silva

Parte II

Demonstrações Financeiras, Notas Explicativas e Pareceres às Contas



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E NOTAS EXPLICATIVAS

Montepio Investimento, S.A.

Demonstração dos Resultados para os anos findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Valores expressos em milhares de euros)

	Notas	2018	2017
Juros e rendimentos similares	3	2 911	3 411
Juros e encargos similares	3	(181)	(488)
Margem financeira		2 730	2 923
Resultados de serviços e comissões	4	1 171	716
Resultados de ativos e passivos financeiros ao justo valor através de resultados	5	(1 425)	-
Resultados de ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	6	-	433
Resultados de alienação de outros ativos	7	588	2 016
Outros resultados de exploração	8	(389)	(490)
Total de proveitos operacionais		2 675	5 598
Custos com pessoal	9	-	289
Gastos gerais administrativos	10	1 167	1 425
Depreciações e amortizações		1	-
Total de custos operacionais		1 168	1 714
Imparidade de crédito	11	(325)	(969)
Imparidade de outros ativos financeiros	12	(7)	1 729
Imparidade de outros ativos	13	377	348
Outras provisões	14	(24)	-
Resultado operacional		1 486	2 776
Impostos			
Correntes	21	813	240
Diferidos	21	1 678	752
Resultado líquido do período		(1 005)	1 784

O Contabilista Certificado

O Conselho de Administração

Para ser lido com as notas anexas às Demonstrações Financeiras

Montepio Investimento, S.A.

Balanço em 31 de dezembro 2018 e 2017

(Valores expressos em milhares de euros)

	Notas	2018	2017
Ativo			
Disponibilidades em outras instituições de crédito	15	1 728	13 216
Crédito a clientes	16	27 405	38 386
Ativos financeiros não detidos para negociação obrigatoriamente ao justo valor através de resultados	17	91 201	-
Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	18	51 479	145 517
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	19	24	24
Ativos não correntes detidos para venda	20	19 784	22 439
Outros ativos tangíveis		-	1
Ativos por impostos correntes		67	974
Ativos por impostos diferidos	21	3 469	1 188
Outros ativos	22	4 513	3 556
Total do Ativo		199 670	225 301
Passivo			
Recursos de outras instituições de crédito	23	10 000	35 072
Provisões	24	12	36
Outros passivos	25	4 440	2 024
Total do Passivo		14 452	37 132
Capitais próprios			
Capital	26	180 000	180 000
Reservas de reavaliação	28	1 048	3 533
Outras reservas e resultados transitados	27 e 28	5 175	2 852
Resultado líquido do período		(1 005)	1 784
Total dos Capitais próprios		185 218	188 169
		199 670	225 301

O Contabilista Certificado

O Conselho de Administração



Para ser lido com as notas anexas às Demonstrações Financeiras

Montepio Investimento, S.A.

Demonstração dos Fluxos de Caixa para os anos findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Valores expressos em milhares de euros)

	2018	2017
Fluxos de caixa de atividades operacionais		
Recebimento de juros	2 928	3 441
Recebimento de comissões	1 202	743
Pagamento de juros	(252)	(582)
Pagamento de comissões	(31)	(27)
Despesas com pessoal e fornecedores	(2.739)	(1.930)
Recuperação de crédito e juros	563	267
Outros pagamentos e recebimentos	32	2 132
Impostos sobre o rendimento	356	(1.146)
	<u>2 059</u>	<u>2 898</u>
(Aumentos) / diminuições de ativos operacionais		
Créditos sobre instituições de crédito e clientes	8 630	17 214
Outros ativos	1 938	(2.048)
	<u>10 568</u>	<u>15 166</u>
Aumentos / (diminuições) de passivos operacionais		
Recursos de outras instituições de crédito	(25.001)	(39.999)
Recursos de bancos centrais	-	(15.000)
	<u>(25.001)</u>	<u>(54.999)</u>
	<u>(12.374)</u>	<u>(36.935)</u>
Fluxos de caixa das atividades de investimento		
(Compra) / Venda de ativos financeiros não detidos para negociação obrigatoriamente ao justo valor através de resultados	99	-
(Compra) / Venda de ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	1 064	3 739
	<u>1 163</u>	<u>3 739</u>
Fluxos de caixa das atividades de financiamento		
Aumento / (Diminuição) noutras contas de passivo	(277)	(267)
	<u>(277)</u>	<u>(267)</u>
Variação líquida em caixa e equivalentes	(11.488)	(33.463)
Caixa e equivalentes no início do exercício		
Disponibilidades em outras instituições de crédito	13 216	46 679
Caixa e equivalentes no fim do exercício (Nota 15)	<u>1 728</u>	<u>13 216</u>

Para ser lido com as notas anexas às Demonstrações Financeiras

Montepio Investimento, S.A.

Demonstração das alterações dos Capitais Próprios para os anos findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Valores expressos em milhares de euros)

	Total dos capitais próprios	Capital	Reserva legal	Reservas de reavaliação	Outras reservas	Resultados transitados	Resultado líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2016	184 589	180 000	9 092	1 737	24 600	(17 936)	(12 904)
Alterações de justo valor (nota 30)	2 278	-	-	2 278	-	-	-
Impostos diferidos relativos a variações patrimoniais registadas por contrapartida de resenhas (nota 22)	(482)	-	-	(482)	-	-	-
Resultado do período	1 784	-	-	-	-	-	1 784
Total do rendimento integral do período	3 580	-	-	1 796	-	-	1 784
Aplicação de resultados	-	-	-	-	-	(12 904)	12 904
Saldos em 31 de dezembro de 2017	188 169	180 000	9 092	3 533	24 600	(30 840)	1 784
Ajustamentos de transição IFRS9							
Valor bruto	(2 109)	-	-	(3 080)	-	971	-
Impostos	538	-	-	786	-	(248)	-
Saldos em 1 de janeiro de 2018	(1 571)	-	-	(2 294)	-	723	-
Alterações de justo valor (nota 28)	(1 041)	-	-	(1 041)	-	-	-
Impostos diferidos relativos a variações de justo valor (nota 21)	850	-	-	850	-	-	-
Impostos relativos a variações patrimoniais registadas por contrapartida de reservas e resultados transitados	(184)	-	-	-	-	(184)	-
Resultado do exercício	(1 005)	-	-	-	-	-	(1 005)
Total do rendimento integral do exercício	(1 380)	-	-	(191)	-	(184)	(1 005)
Resultados aguardando aprovação de contas	-	-	-	-	-	1 784	(1 784)
Saldos em 31 de dezembro de 2018	185 218	180 000	9 092	1 048	24 600	(28 517)	(1 005)

Para ser lido com as notas anexas às Demonstrações Financeiras

Montepio Investimento, S.A.

Demonstração do Rendimento Integral para os anos findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(valores expressos em milhares de euros)

Nota	2018	2017
Items que poderão vir a ser reclassificados para a demonstração de resultados		
Reserva de justo valor		
Instrumentos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	28	(1 041) 2 278
Impostos diferidos relativos a alteração de justo valor	21 e 28	850 (482)
Items que não serão reclassificados para a demonstração de resultados		
Impostos relativos a variações patrimoniais registadas por contrapartida de reservas e resultados transitados		(184) -
Outro rendimento integral do exercício depois de impostos	(375)	1 796
Resultado líquido do período	(1 005)	1 784
Total de rendimento integral do exercício	(1 380)	3 580

Para ser lido com as notas anexas às Demonstrações Financeiras

1 Políticas contabilísticas

a) Bases de apresentação

O Montepio Investimento, S.A. (adiante designado por "Montepio Investimento" e anteriormente denominado Finibanco, S.A.) é uma sociedade anónima de capitais privados, com sede social na Avenida de Berna, n.º 10, em Lisboa, constituída por escritura pública outorgada em 28 de junho de 2001 no Cartório Notarial de Vale de Cambra, atualmente com o capital social de euros 180.000.000 representada por 180.000.000 ações nominativas, tituladas, e cujo objeto social é a realização de todas as operações permitidas aos bancos.

No âmbito do disposto no Regulamento ("CE") n.º 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho de 19 de julho e do Aviso do Banco de Portugal n.º 5/2015, de 7 de dezembro, as demonstrações financeiras do Montepio Investimento são preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro ("IFRS") conforme aprovadas pela União Europeia ("UE") a partir do exercício de 2018. As IFRS incluem as normas emitidas pelo *International Accounting Standards Board* ("IASB") bem como as interpretações emitidas pelo *International Financial Reporting Interpretations Committee* ("IFRIC") e pelos respetivos órgãos antecessores.

As demonstrações financeiras agora apresentadas foram aprovadas pelo Conselho de Administração da Montepio Investimento em 20 de maio de 2019. As demonstrações financeiras são apresentadas em euros arredondados ao milhar mais próximo.

Todas as referências deste documento a quaisquer normativos reportam sempre à respetiva versão vigente.

As demonstrações financeiras do Montepio Investimento para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018 foram preparadas em conformidade com as IFRS aprovadas pela UE e em vigor nessa data.

O Montepio Investimento adotou as IFRS e interpretações de aplicação obrigatória para os exercícios que se iniciaram em ou após 1 de janeiro de 2018, conforme descrito na nota 32.

As políticas contabilísticas apresentadas nesta nota foram aplicadas de forma consistente a todas as entidades e são consistentes com as utilizadas nas demonstrações financeiras do exercício anterior, com exceção das alterações decorrentes da adoção da IFRS 9 - Instrumentos financeiros e IFRS 15 – Rêdito de contratos com clientes. A IFRS 9 vem substituir a IAS 39 Instrumentos Financeiros - Reconhecimento e Mensuração e estabelece novas regras para a contabilização dos instrumentos financeiros apresentando significativas alterações sobretudo no que respeita aos requisitos de imparidade. Os requisitos apresentados pela IFRS 9 são, na generalidade, aplicados retrospectivamente através do ajustamento do balanço de abertura à data da aplicação inicial.

O Montepio Investimento usufruiu da exceção que permite a não reexpressão da informação comparativa de exercícios anteriores no que respeita a alterações de classificação e mensuração (incluindo imparidade). As diferenças nos valores de balanço de ativos e passivos financeiros resultantes da adoção da IFRS 9 foram reconhecidos em Outras Reservas e Resultados Transitados, a 1 de janeiro de 2018, conforme descrito na nota 33.

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com o princípio do custo histórico, modificado pela aplicação do justo valor para os instrumentos financeiros derivados, ativos financeiros e passivos financeiros reconhecidos ao justo valor através de resultados e ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral, exceto aqueles para os quais o justo valor não está disponível.

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as IFRS requer que o Conselho de Administração formule julgamentos, estimativas e pressupostos que afetam a aplicação das políticas contabilísticas e o valor dos ativos, passivos, proveitos e custos. As estimativas e pressupostos associados são baseados na experiência histórica e noutros fatores considerados razoáveis de acordo com as circunstâncias e formam a base para os julgamentos sobre os valores dos ativos e passivos cuja valorização não é evidente através de outras fontes. Os resultados reais podem diferir das estimativas. As principais estimativas e pressupostos que requerem um maior índice de julgamento ou complexidade, ou para as quais os pressupostos e estimativas são considerados significativos, são apresentados na política contabilística descrita na nota 1 o).

b) Crédito a clientes

A rubrica crédito a clientes inclui os empréstimos originados pelo Montepio Investimento para os quais não existe uma intenção de venda no curto prazo, sendo o seu registo efetuado na data em que os fundos são disponibilizados aos clientes.

O desreconhecimento destes ativos no balanço ocorre nas seguintes situações: (i) os direitos contratuais do Montepio Investimento aos respetivos fluxos de caixa expiram; ou (ii) o Montepio Investimento transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção; ou (iii) não obstante o Montepio Investimento ter retido parte, mas não substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção, o controlo sobre os ativos foi transferido.

O crédito a clientes é reconhecido inicialmente ao seu justo valor, acrescido dos custos de transação, e é subsequentemente valorizado ao custo amortizado, com base no método da taxa de juro efetiva, sendo apresentado em balanço deduzido de perdas por imparidade.

Imparidade

A IFRS 9 substitui o modelo de perda incorrida da IAS 39 por um modelo de perdas de crédito esperadas (ECL), que considera as perdas expectáveis ao longo da vida dos instrumentos financeiros. Desta forma, na determinação da ECL são tidos em consideração fatores macroeconómicos, cujas alterações impactam as perdas esperadas.

O novo modelo de imparidade é aplicável ao seguinte conjunto de instrumentos do Montepio Investimento, que não se encontram mensurados ao justo valor através de resultados:

- Ativos financeiros classificados como instrumentos de dívida;
- Compromissos e garantias financeiras emitidas.

No âmbito da IFRS 9 não é reconhecida imparidade em instrumentos de capital, em virtude estarem mensurados ao justo valor.

Os instrumentos sujeitos ao cálculo da imparidade são divididos em três estágios tendo em consideração o seu nível de risco de crédito, conforme segue:

- Estágio 1: sem aumento significativo do risco de crédito desde o momento de reconhecimento inicial. Neste caso, a imparidade refletirá perdas de crédito esperadas resultantes de eventos de *default* que poderão ocorrer nos 12 meses seguintes à data de reporte;
- Estágio 2: instrumentos em que se considera que ocorreu um aumento significativo do risco de crédito desde o reconhecimento inicial, mas para os quais ainda não existe evidência objetiva de imparidade. Neste caso, a imparidade refletirá as perdas de crédito esperadas resultantes de eventos de *default* que poderão ocorrer ao longo do período de vida residual esperado do instrumento;
- Estágio 3: instrumentos para os quais existe evidência objetiva de imparidade como resultado de eventos que resultaram em perdas. Neste caso, o montante de imparidade refletirá as perdas de crédito esperadas ao longo do período de vida residual esperado do instrumento.

O cálculo de imparidade da IFRS 9 é complexo e requer decisões da Gestão, estimativas e pressupostos, particularmente nas seguintes áreas:

- Avaliação da existência de um aumento de risco significativo desde o momento de reconhecimento inicial; e
- Incorporação de informação *forward-looking* no cálculo da ECL.

Cálculo das ECLs

As ECLs correspondem a estimativas ponderadas não enviesadas de perdas de crédito que serão determinadas da seguinte forma:

- Ativos financeiros sem sinais de imparidade à data de reporte: o valor atual da diferença entre os fluxos de caixa contratuais e os fluxos de caixa que o Montepio Investimento espera receber;
- Ativos financeiros com sinais de imparidade à data de reporte: a diferença entre o valor bruto contabilístico e o valor atual dos fluxos de caixa estimados;
- Compromissos de crédito não utilizados: o valor atual da diferença entre os fluxos de caixa contratuais resultantes caso o compromisso seja realizado e os fluxos de caixa que o Montepio Investimento espera receber;
- Garantias financeiras: o valor atual dos pagamentos a reembolsar esperados menos os valores que o Montepio Investimento espera recuperar.

A IFRS 9 define os ativos financeiros com sinais de imparidade de forma semelhante aos ativos financeiros com imparidade de acordo com a IAS 39.

Definição de incumprimento

No âmbito da aplicação da IFRS 9, o Montepio Investimento alinhou a definição utilizada na ótica regulamentar com a perspectiva contabilística, sendo que os ativos financeiros classificados no estágio 3 correspondem à definição interna de incumprimento (ou *default*).

Aumento significativo de risco de crédito

No âmbito da IFRS 9, de forma a determinar se ocorreu um aumento significativo no risco de crédito (i.e. risco de incumprimento) desde o momento de reconhecimento inicial do instrumento financeiro, o Montepio Investimento considera informação relevante toda a que se encontre disponível e sem custos e/ou esforço excessivo, incluindo tanto informação quantitativa e qualitativa como uma análise baseada no histórico do Montepio Investimento, *expert judgement*.

No âmbito da IFRS 9, a identificação do aumento significativo de risco de crédito é realizada através da comparação entre:

- A PD *lifetime* remanescente no momento da data de reporte, e
- A PD *lifetime* remanescente neste momento, que terá sido estimada no momento inicial de reconhecimento da exposição.

O Montepio Investimento identifica a ocorrência de um aumento significativo de risco de crédito para uma exposição através da comparação entre a PD a 12 meses atual e a PD a 12 meses estimada no momento de reconhecimento do contrato, como uma *proxy* para a comparação entre os valores de PD *lifetime* remanescente atual e a PD *lifetime* remanescente calculada no momento inicial do contrato.

O Montepio Investimento considera como *backstop* na aferição do aumento significativo de risco de crédito o critério da existência de mais 30 dias de atraso, entre outros.

Graus de risco de crédito

De acordo com a gestão atual do risco de crédito do Montepio Investimento cada cliente, e consequentemente as suas exposições, são alocados a um grau de risco da sua *masterscale*.

O Montepio Investimento utiliza estes graus de risco como fator primordial na identificação do aumento de risco de crédito significativos no âmbito da IFRS 9.

Inputs na mensuração da ECL

Os principais *inputs* utilizados para a mensuração das ECLs numa base coletiva incluem as seguintes variáveis:

- Probabilidade de Incumprimento (*Probability of Default – PD*);
- Perda dado o Incumprimento (*Loss Given Default – LGD*); e
- Exposição dado o Incumprimento (*Exposure at Default – EAD*).

Estes parâmetros serão obtidos através de modelos estatísticos internos, e outros dados históricos relevantes, tendo em conta modelos regulamentares já existentes e ajustados de forma a refletir a informação *forward-looking*.

As PDs são estimadas com base num determinado período histórico e são calculadas com base em modelos estatísticos. Estes modelos são baseados em dados internos compreendendo tanto fatores quantitativos como qualitativos. Caso exista uma alteração do grau de risco da contraparte ou da exposição, a estimativa da PD associada também é alterada.

Os graus de risco são um *input* de elevada relevância para a determinação das PDs associadas a cada exposição. O Montepio Investimento recolhe indicadores de performance e *default* acerca das suas exposições de risco de crédito com análises por tipos de clientes e produtos.

A LGD é a magnitude da perda que se espera que ocorra caso a exposição entre em incumprimento. O Montepio Investimento estima os parâmetros de LGD com base no histórico de taxas de recuperação após a entrada em *default* de contrapartes. Os modelos de LGD consideram os colaterais associados e o tempo em incumprimento, bem como os custos de recuperação. No caso de contratos garantidos por imóveis, os rácios de LTV (*loan-to-value*) são um parâmetro de elevada relevância na determinação da LGD.

A EAD representa a exposição esperada caso a exposição e/ou cliente entre em incumprimento. O Montepio Investimento obtém os valores de EAD a partir da exposição atual da contraparte e de alterações potenciais ao valor atual permitido de acordo com as condições contratuais, incluindo amortizações e pagamentos antecipados. Para compromissos e garantias financeiras, o valor da EAD considera tanto o valor de crédito utilizado como a expectativa do valor potencial futuro que poderá vir a ser utilizado de acordo com o contrato.

Como descrito anteriormente, com exceção dos ativos financeiros que consideram uma PD a 12 meses por não apresentarem um aumento significativo do risco de crédito, o Montepio Investimento calcula o valor da ECL tendo em conta o risco de incumprimento durante o período máximo de maturidade contratual do contrato ou, em determinadas situações específicas, com base na maturidade comportamental.

Informação forward-looking

No âmbito da IFRS 9, o Montepio Investimento incorpora informação *forward-looking* tanto na sua avaliação do aumento de risco significativo como na mensuração da ECL, recorrendo a uma entidade externa para aquisição de variáveis macroeconómicas relevantes. Esta perspetiva representa uma previsão do que é mais expectável que venha a ocorrer e encontrar-se-á alinhada com dados utilizados pelo Montepio Investimento para outros objetivos, tais como o planeamento estratégico e a orçamentação.

Política de write-offs

O Montepio Investimento reconhece um crédito abatido ao ativo quando não tem expectativas razoáveis de recuperar um ativo na sua totalidade ou parcialmente. Este registo ocorre após todas as ações de recuperação desenvolvidas pelo Montepio Investimento se revelarem infrutíferas. Os créditos abatidos ao ativo são registados em contas extrapatrimoniais.

c) Instrumentos financeiros

(i) Classificação, reconhecimento inicial e mensuração subsequente

Os ativos financeiros são reconhecidos na data da negociação (*trade date*), ou seja, na data em que o Montepio Investimento se compromete a adquirir o ativo e são classificados considerando a intenção que lhes está subjacente de acordo com as categorias descritas seguidamente:

1) Ativos e passivos financeiros ao justo valor através de resultados

1a) Ativos financeiros detidos para negociação

Os ativos e passivos financeiros adquiridos ou emitidos com o objetivo de venda ou recompra no curto prazo, nomeadamente obrigações, títulos do tesouro ou ações, os que façam parte de uma carteira de instrumentos financeiros identificados e para os quais exista evidência de um padrão recente de tomada de lucros no curto prazo ou que se enquadrem na definição de derivado (exceto no caso de um derivado classificado como de cobertura), são classificados como de negociação. Os dividendos associados a ações destas carteiras são registados em Resultados de ativos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados.

Os juros de instrumentos de dívida são reconhecidos na margem financeira.

Os derivados de negociação com um justo valor positivo são incluídos na rubrica ativos financeiros detidos para negociação, sendo os derivados de negociação com justo valor negativo incluídos na rubrica passivos financeiros detidos para negociação.

1b) Ativos Financeiros não detidos para negociação obrigatoriamente ao justo valor através de resultados

Nesta categoria, são classificados Instrumentos Financeiros geridos numa base de justo valor, não detidos para negociação, ou instrumentos de dívida cujos fluxos de caixa não cumprem com o critério de apenas reembolso de capital e pagamento de juros sobre o capital em dívida ("SPPI – *Solely Payments of Principal and Interest*").

No reconhecimento inicial uma entidade pode contabilizar irrevogavelmente um ativo financeiro como mensurado pelo justo valor através de resultados se tal eliminar ou reduzir significativamente uma incoerência na mensuração ou no reconhecimento (por vezes denominado "*mismatch* contabilístico") que de outra forma resultaria na mensuração de ativos ou passivos ou do reconhecimento de ganhos e perdas sobre os mesmos em diferentes bases.

No entanto, no reconhecimento inicial, a IFRS 9 permite que uma entidade faça uma seleção irrevogável (instrumento a instrumento) para apresentar em outro rendimento integral as alterações subsequentes no valor justo de um investimento em um instrumento de capital dentro do âmbito do IFRS 9. Esta opção só se aplica a instrumentos que não são mantidos para negociação nem a retribuição contingente reconhecida por um adquirente numa concentração de atividades empresariais à qual se aplica a IFRS 3.

2) Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral

Um ativo financeiro é mensurado ao justo valor através de outro rendimento integral se cumprir, simultaneamente, com as características seguintes e não for designado ao justo valor através de resultados por opção (utilização da *Fair Value Option*):

- o ativo financeiro é enquadrável num modelo de negócio em que o objetivo é o recebimento dos seus fluxos de caixa contratuais e a venda desse ativo financeiro; e
- os fluxos de caixa contratuais ocorrem em datas específicas e correspondem apenas a pagamentos de capital e juros do montante em dívida (SPPI).

Os ativos financeiros detidos com o objetivo de serem mantidos pelo Banco Montepio, nomeadamente obrigações, títulos do tesouro ou ações, são classificados como ao justo valor através de outro rendimento integral, exceto se forem classificados numa outra categoria de ativos financeiros. Os ativos financeiros ao

justo valor através de outro rendimento integral são reconhecidos inicialmente ao justo valor, incluindo os custos ou proveitos associados às transações e posteriormente mensurados ao seu justo valor. As alterações no justo valor são registadas por contrapartida da rubrica "Reservas de justo valor".

i) Instrumentos de dívida

Na alienação, ou caso seja determinada imparidade, os ganhos ou perdas acumuladas reconhecidos em reservas de justo valor são reconhecidos na rubrica "Resultados em ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral" ou "Imparidade de outros ativos financeiros" da demonstração de resultados, respetivamente. Os juros de instrumentos de dívida são reconhecidos com base na taxa de juro efetiva na margem financeira, incluindo o prémio ou desconto, quando aplicável.

ii) Instrumentos de capital

No âmbito da IFRS 9 não é reconhecida imparidade em instrumentos de capital registado ao justo valor através de outro rendimento integral, sendo os respetivos ganhos/perdas acumulados relevados na reserva de justo valor transferidos para Resultados transitados no momento da alienação.

No reconhecimento inicial de um instrumento de capital que não seja detido para negociação, o Banco Montepio pode irrevogavelmente designá-lo ao justo valor através de outro rendimento integral. Esta designação é efetuada numa base casuística, investimento a investimento. Esta opção está disponível para os instrumentos financeiros que cumpram a definição de capital prevista na IAS 32, não podendo ser utilizada para os instrumentos financeiros cuja classificação como instrumento de capital na esfera do emitente seja efetuada ao abrigo das exceções previstas nos parágrafos 16A e 16D da IAS 32.

Os dividendos são reconhecidos em resultados quando for atribuído o direito ao seu recebimento.

3) *Outros ativos financeiros ao custo amortizado*

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se cumprir, em simultâneo, com as seguintes características e se não for designado ao justo valor através de resultados por opção (utilização da *Fair Value Option*):

- o ativo financeiro é detido num modelo de negócio cujo objetivo principal é a detenção de ativos para recolha dos seus fluxos de caixa contratuais; e
- os seus fluxos de caixa contratuais ocorrem em datas específicas e correspondem apenas a pagamentos de capital e juro do montante em dívida (SPPI). Nesta categoria são reconhecidos ativos financeiros não derivados com pagamentos fixos ou determináveis e maturidade fixa, para os quais o Banco Montepio tem a intenção e capacidade de manter até à maturidade e que não foram designados para nenhuma outra categoria de ativos financeiros. Estes ativos financeiros são reconhecidos ao seu justo valor no momento inicial do seu reconhecimento e mensurados subsequentemente ao custo amortizado. O juro é calculado através do método da taxa de juro efetiva e reconhecido na margem financeira. As perdas por imparidade são reconhecidas em resultados quando identificadas.

4) Crédito a clientes - Crédito titulado

Os ativos financeiros não derivados com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em mercado e que o Montepio Investimento não tenha a intenção de venda imediata, nem num futuro próximo, podem ser classificados nesta categoria.

O Montepio Investimento apresenta nesta categoria, para além do crédito concedido, as obrigações não cotadas e o papel comercial. Os ativos financeiros aqui reconhecidos são inicialmente registados ao seu justo valor e subsequentemente ao custo amortizado líquido de imparidade. Os custos de transação associados fazem parte da taxa de juro efetiva destes instrumentos financeiros. Os juros reconhecidos pelo método da taxa de juro efetiva são reconhecidos na margem financeira.

As perdas por imparidade são reconhecidas em resultados quando identificadas.

5) Outros passivos financeiros

Os outros passivos financeiros são todos os passivos financeiros que não se encontram registados na categoria de passivos financeiros ao justo valor através de resultados. Esta categoria inclui tomadas em mercado monetário, depósitos de clientes e de outras instituições financeiras, dívida emitida, entre outros.

Estes passivos financeiros são inicialmente reconhecidos ao justo valor e subsequentemente ao custo amortizado. Os custos de transação associados fazem parte da taxa de juro efetiva. Os juros reconhecidos pelo método da taxa de juro efetiva são reconhecidos na margem financeira.

As mais e menos valias apuradas no momento da recompra de outros passivos financeiros são reconhecidas em Resultados de ativos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados no momento em que ocorrem.

(i) Imparidade

Em cada data de balanço, a avaliação da imparidade dos instrumentos de dívida classificados ao custo amortizado ou ao justo valor através de outro rendimento integral é efetuada de acordo com a metodologia das perdas de crédito esperadas (ECL).

(ii) Derivados embutidos

Os derivados embutidos em instrumentos financeiros são tratados separadamente sempre que os riscos e benefícios económicos do derivado não estão relacionados com os do instrumento principal (*host contract*), desde que o instrumento híbrido (conjunto) não esteja, à partida, reconhecido ao justo valor através de resultados. Os derivados embutidos são registados ao justo valor com as variações de justo valor subsequentes registadas em resultados do exercício e apresentadas na carteira de derivados de negociação.

d) Reclassificação entre categorias de instrumentos financeiros

As reclassificações de ativos financeiros só poderão ocorrer quando a entidade alterar o seu modelo de negócio de gestão de ativos financeiros, alterações essas que se espera que sejam muito pouco frequentes. Nesse caso, todos os ativos financeiros afetados deverão ser reclassificados. A reclassificação deve ser aplicada prospectivamente a partir da data da reclassificação, não devendo reexpressar quaisquer ganhos, perdas (incluindo ganhos ou perdas de imparidade) ou juros anteriormente reconhecidos. A IFRS 9 não permite a reclassificação de investimentos em instrumentos de capital mensurados ao justo valor através de

outro rendimento integral ou quando a opção pelo justo valor foi exercida para ativos ou passivos financeiros. Uma entidade não deverá reclassificar nenhum passivo financeiro.

e) Desreconhecimento

O Montepio Investimento desreconhece ativos financeiros quando expiram todos os direitos aos fluxos de caixa futuros. Numa transferência de ativos, o desreconhecimento apenas pode ocorrer quando todos os riscos e benefícios dos ativos financeiros forem substancialmente transferidos ou o Banco Montepio não mantiver controlo dos mesmos.

O Montepio Investimento procede ao desreconhecimento de passivos financeiros quando estes são cancelados ou extintos.

f) Investimentos em subsidiárias e associadas

Os investimentos em subsidiárias e associadas são contabilizados nas demonstrações financeiras individuais do Montepio Investimento ao seu custo histórico deduzido de quaisquer perdas por imparidade.

As empresas associadas são entidades nas quais o Banco Montepio tem influência significativa mas não exerce controlo sobre a sua política financeira e operacional. Presume-se que o Banco Montepio exerce influência significativa quando detém o poder de exercer mais de 20% dos direitos de voto da associada. Caso o Banco Montepio detenha, direta ou indiretamente, menos de 20% dos direitos de voto, presume-se que o Banco Montepio não possui influência significativa, exceto quando essa influência possa ser claramente demonstrada.

A existência de influência significativa por parte do Banco Montepio é normalmente demonstrada por uma ou mais das seguintes formas:

- representação no Conselho de Administração ou órgão de direção equivalente;
- participação em processos de definição de políticas, incluindo a participação em decisões sobre dividendos ou outras distribuições;
- transações materiais entre o Banco Montepio e a participada;
- intercâmbio de pessoal de gestão; e
- fornecimento de informação técnica essencial.

Imparidade

O valor recuperável dos investimentos em subsidiárias e associadas é avaliado sempre que existam sinais de evidência de imparidade. As perdas de imparidade são apuradas tendo por base a diferença entre o valor recuperável dos investimentos em subsidiárias ou associadas e o seu valor contabilístico. As perdas por imparidade identificadas são registadas por contrapartida de resultados, sendo subsequentemente revertidas por resultados caso se verifique uma redução do montante da perda estimada, num período posterior. O valor recuperável é determinado com base no maior entre o valor em uso dos ativos e o justo valor deduzido dos custos de venda, sendo calculado com recurso a metodologias de avaliação, suportadas em técnicas de fluxos de caixa descontados, considerando as condições de mercado, o valor temporal e os riscos de negócio.

g) Ativos não correntes detidos para venda

Os ativos não correntes, grupos de ativos não correntes detidos para venda (grupos de ativos em conjunto com os respectivos passivos, que incluem pelo menos um ativo não corrente) são classificados como detidos para venda quando existe a intenção de alienar os referidos ativos e passivos e os ativos ou grupos de ativos estão disponíveis para venda imediata e a sua venda é muito provável.

O Montepio Investimento também classifica como ativos não correntes detidos para venda os ativos não correntes ou grupos de ativos adquiridos apenas com o objetivo de venda posterior, que estão disponíveis para venda imediata e cuja venda é muito provável.

Imediatamente antes da sua classificação como ativos não correntes detidos para venda, a mensuração de todos os ativos não correntes e todos os ativos e passivos incluídos num grupo de ativos para venda é efetuada de acordo com as IFRS aplicáveis. Após a sua reclassificação, estes ativos ou grupos de ativos são mensurados ao menor entre o seu custo e o seu justo valor deduzido dos custos de venda.

O Montepio Investimento classifica igualmente em ativos não correntes detidos para venda os imóveis detidos por recuperação de crédito, que se encontram mensurados inicialmente pelo menor entre o seu justo valor líquido de custos de venda e o valor contabilístico do crédito existente na data em que foi efetuada a dação ou arrematação judicial do bem.

O justo valor é baseado no valor de mercado, sendo este determinado com base no preço expectável de venda obtido através de avaliações periódicas efetuadas por peritos externos registados na CMVM.

A mensuração subsequente destes ativos é efetuada ao menor do seu valor contabilístico e o correspondente justo valor, líquido dos custos de venda, não sendo sujeitos a amortização. Caso existam perdas não realizadas, estas são registadas como perdas de imparidade por contrapartida de resultados do exercício.

h) Locação financeira

Na ótica do locatário os contratos de locação financeira são registados na data do seu início como ativo e passivo pelo justo valor da propriedade locada, que é equivalente ao valor atual das rendas de locação vincendas. As rendas são constituídas pelo encargo financeiro e pela amortização financeira do capital. Os encargos financeiros são imputados aos exercícios durante o prazo de locação, a fim de produzir uma taxa de juro periódica constante sobre o saldo remanescente do passivo para cada exercício.

Na ótica do locador os ativos detidos sob locação financeira são registados no balanço como capital em locação pelo valor equivalente ao investimento líquido de locação financeira. As rendas são constituídas pelo proveito financeiro e pela amortização financeira do capital. O reconhecimento do resultado financeiro reflete uma taxa de retorno periódica constante sobre o investimento líquido remanescente do locador.

i) Reconhecimento de juros

Os resultados referentes a juros de instrumentos financeiros ativos e passivos mensurados ao custo amortizado são reconhecidos nas rubricas de juros e rendimentos similares ou juros e encargos similares (margem financeira), pelo método da taxa de juro efetiva. Os juros de ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral são calculados à taxa efetiva e reconhecidos na margem financeira assim como dos ativos e passivos financeiros ao justo valor através de resultados.

A taxa de juro efetiva corresponde à taxa que desconta os pagamentos ou recebimentos futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro (ou, quando apropriado, por um período mais curto) para o valor líquido atual de balanço do ativo ou passivo financeiro.

Para a determinação da taxa de juro efetiva, o Montepio Investimento procede à estimativa dos fluxos de caixa futuros considerando todos os termos contratuais do instrumento financeiro (por exemplo opções de pagamento antecipado), não considerando eventuais perdas por imparidade. O cálculo inclui as comissões pagas ou recebidas consideradas como parte integrante da taxa de juro efetiva, custos de transação e todos os prémios ou descontos diretamente relacionados com a transação, exceto para ativos e passivos financeiros ao justo valor através de resultados.

Especificamente no que diz respeito à política de registo dos juros de crédito vencido são considerados os seguintes aspetos:

- os juros de créditos vencidos com garantias reais até que seja atingido o limite de cobertura avaliado, são registados por contrapartida de resultados de acordo com a IAS 18 no pressuposto de que existe uma razoável probabilidade da sua recuperação; e
- os juros já reconhecidos e não pagos relativos a crédito vencido há mais de 90 dias que não estejam cobertos por garantia real são anulados, nas demonstrações financeiras do Montepio Investimento sendo os mesmos apenas reconhecidos quando recebidos por se considerar, no âmbito da IAS 18, que a sua recuperação é remota.

j) Resultados de operações financeiras (Resultados em ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral, Resultados de ativos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados e Resultados de outros ativos financeiros ao custo amortizado)

O Resultado de operações financeiras reflete os ganhos e perdas dos ativos e passivos financeiros ao justo valor através de resultados, isto é, variações de justo valor e juros de derivados de negociação e de derivados embutidos, assim como os dividendos recebidos associados a estas carteiras. Inclui igualmente mais ou menos valias de alienações de instrumentos de dívida de ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral e de outros ativos financeiros ao custo amortizado. As variações de justo valor dos derivados afetos a carteiras de cobertura e dos itens cobertos, quando aplicável a cobertura de justo valor, também são aqui reconhecidas.

k) Reconhecimento de proveitos resultantes de serviços e comissões

Os proveitos resultantes de serviços e comissões são reconhecidos de acordo com os seguintes critérios:

- quando são obtidos à medida que os serviços são prestados, o seu reconhecimento em resultados é efetuado no período a que respeitam; ou
- quando resultam de uma prestação de serviços, o seu reconhecimento é efetuado quando o referido serviço está concluído; e
- quando são uma parte integrante da taxa de juro efetiva de um instrumento financeiro, os proveitos resultantes de serviços e comissões são registados na margem financeira.

l) Resultados de operações financeiras (Resultados em ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral e Resultados de ativos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados)

O Resultado de operações financeiras reflete as mais ou menos-valias das alienações de ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral, e os ganhos e perdas de ativos e passivos financeiros ao justo valor através de resultados.

m) Outros ativos tangíveis

Os outros ativos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das respetivas amortizações acumuladas e perdas por imparidade. Os custos subsequentes são reconhecidos como um ativo separado apenas se for provável que deles resultarão benefícios económicos futuros para o Montepio Investimento. As despesas com manutenção e reparação são reconhecidas como custo à medida que são incorridas de acordo com o princípio da especialização dos exercícios.

As amortizações são calculadas pelo método das quotas constantes, de acordo com os seguintes períodos de vida útil esperada:

	<u>Número de anos</u>
Imóveis de serviço próprio	50
Beneficiações em edifícios arrendados	10
Outros ativos fixos	4 a 10

Sempre que exista uma indicação de que um ativo fixo tangível possa ter imparidade, é efetuada uma estimativa do seu valor recuperável, devendo ser reconhecida uma perda por imparidade sempre que o valor líquido desse ativo exceda o valor recuperável.

O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o seu justo valor deduzido dos custos de venda e o seu valor de uso, sendo este calculado com base no valor atual dos fluxos de caixa estimados futuros que se espera vir a obter com o uso continuado do ativo e da sua alienação no final da vida útil.

As perdas por imparidade de ativos fixos tangíveis são reconhecidas em resultados do exercício.

n) Caixa e equivalentes de caixa

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, a caixa e seus equivalentes englobam os valores registados no balanço com maturidade inferior a três meses a partir da data da contratação, onde se incluem a caixa e as disponibilidades em outras instituições de crédito.

A caixa e equivalentes de caixa excluem os depósitos de natureza obrigatória realizados junto de Bancos Centrais.

o) Offsetting

Os ativos e passivos financeiros são compensados e reconhecidos pelo seu valor líquido em balanço quando o Banco Montepio tem um direito legal de compensar os valores reconhecidos e as transações podem ser liquidadas pelo seu valor líquido.

p) Transações em moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional à taxa de câmbio em vigor na data da transação. Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira, são convertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio em vigor na data de balanço. As diferenças cambiais resultantes da conversão são reconhecidas em resultados. Os ativos e passivos não monetários denominados em moeda estrangeira e registados ao custo histórico são convertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio em vigor na data da transação. Os ativos e passivos não monetários registados ao justo valor são convertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio em vigor na data em que o justo valor é determinado e reconhecido por contrapartida de resultados, com exceção daqueles que se encontram reconhecidos em ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral, cuja diferença é registada por contrapartida de capitais próprios.

q) Impostos sobre lucros

O Montepio Investimento está sujeito ao regime estabelecido no Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas ('CIRC'). Adicionalmente são registados impostos diferidos resultantes das diferenças temporárias entre os resultados contabilísticos e os resultados fiscalmente aceites para efeitos de IRC sempre que haja uma probabilidade razoável de que tais impostos venham a ser pagos ou recuperados no futuro.

Os impostos sobre lucros registados em resultados incluem o efeito dos impostos correntes e impostos diferidos. O imposto é reconhecido na demonstração dos resultados, exceto quando relacionado com itens que sejam movimentados em capitais próprios, facto que implica o seu reconhecimento em capitais próprios. Os impostos diferidos reconhecidos nos capitais próprios decorrentes da reavaliação de ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral e de derivados de cobertura de fluxos de caixa são posteriormente reconhecidos em resultados no momento em que forem reconhecidos em resultados os ganhos e perdas que lhes deram origem.

Os impostos correntes correspondem ao valor que se apura relativamente ao rendimento tributável do exercício, utilizando a taxa de imposto em vigor ou substancialmente aprovada pelas autoridades à data de balanço e quaisquer ajustamentos aos impostos de exercícios anteriores.

Os impostos diferidos são calculados, de acordo com o método do passivo com base no balanço, sobre as diferenças temporárias entre os valores contabilísticos dos ativos e passivos e a sua base fiscal, utilizando as taxas de imposto aprovadas ou substancialmente aprovadas à data de balanço e que se espera que venham a ser aplicadas quando as diferenças temporárias se reverterem.

Os impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias tributáveis com exceção dos ativos intangíveis sem vida finita, não dedutível para efeitos fiscais, das diferenças resultantes do reconhecimento inicial de ativos e passivos que não afetem quer o lucro contabilístico quer o fiscal, e de diferenças relacionadas com investimentos em subsidiárias na medida em que não seja provável que se revertam no futuro.

Os ativos por impostos diferidos são reconhecidos quando é provável a existência de lucros tributáveis futuros que absorvam as diferenças temporárias dedutíveis para efeitos fiscais (incluindo prejuízos fiscais reportáveis).

O Montepio Investimento procede, conforme estabelecido na IAS 12, parágrafo 74, à compensação dos ativos e passivos por impostos diferidos sempre que: (i) tenha o direito legalmente executável de compensar ativos por impostos correntes e passivos por impostos correntes; e (ii) os ativos e passivos por impostos diferidos se relacionarem com impostos sobre o rendimento lançados pela mesma autoridade fiscal sobre a mesma entidade tributável ou diferentes entidades tributáveis que pretendam liquidar passivos e ativos por impostos correntes numa base líquida, ou realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente, em cada exercício futuro em que os passivos ou ativos por impostos diferidos se esperem que sejam liquidados ou recuperados.

O Montepio Investimento encontra-se sujeito ao Regime Especial de Tributação de Grupos de Sociedades (RETGS), constituído pelas empresas com uma participação igual ou superior a 75% e que cumprem as condições previstas no artigo 69.º e seguintes do Código do IRC.

As empresas incluídas no RETGS apuram e registam o imposto sobre o rendimento tal como se fossem tributadas numa ótica individual. As responsabilidades apuradas são, no entanto, devidas à sociedade dominante do grupo fiscal, sendo em 2018 a Caixa Económica Montepio Geral, caixa económica bancária, S.A. ("CEMG") a quem compete o apuramento global e a autoliquidação do imposto. Os ganhos ou perdas decorrentes da aplicação deste regime são registados em cada uma das sociedades que o originam.

r) Relato por segmentos

Um segmento de negócio é um conjunto de ativos e operações que estão sujeitas a riscos e proveitos específicos diferentes de outros segmentos de negócio.

Um segmento geográfico é uma componente identificável do Montepio Investimento que se destina a fornecer um produto ou serviço individual ou um grupo de produtos ou serviços relacionados, dentro de um ambiente económico específico e que esteja sujeito a riscos e benefícios que sejam diferenciáveis de outros, que operem em ambientes económicos diferentes. Desta forma, tendo em conta a atividade do Montepio Investimento, não se considera relevante apresentar o reporte por segmentos de negócio.

Substancialmente a atividade do Montepio Investimento desenvolve-se em Portugal pelo que não se considera relevante apresentar o reporte por segmento geográfico.

s) Provisões

São reconhecidas provisões quando (i) o Montepio Investimento tem uma obrigação presente (legal ou decorrente de práticas passadas ou políticas publicadas que impliquem o reconhecimento de certas responsabilidades), (ii) seja provável que o seu pagamento venha a ser exigido e (iii) quando possa ser feita uma estimativa fiável do valor dessa obrigação.

A mensuração das provisões tem em conta os princípios definidos na IAS 37 no que respeita à melhor estimativa do custo expectável, ao resultado mais provável das ações em curso e tendo em conta os riscos e incertezas inerentes ao processo. Nos casos em que o efeito do desconto é material, as provisões correspondem ao valor atual dos pagamentos futuros esperados, descontados a uma taxa que considera o risco associado à obrigação.

As provisões são revistas no final de cada data de reporte e ajustadas para refletir a melhor estimativa, sendo revertidas por contrapartida de resultados na proporção dos pagamentos que não sejam prováveis.

t) Estimativas contabilísticas na aplicação das políticas contabilísticas

As IFRS estabelecem um conjunto de tratamentos contabilísticos que requerem que o Conselho de Administração utilize o julgamento e faça as estimativas necessárias de forma a decidir qual o tratamento contabilístico mais adequado. As principais estimativas contabilísticas e julgamentos utilizados na aplicação dos princípios contabilísticos pelo Montepio Investimento são analisadas nos parágrafos seguintes, no sentido de melhorar o entendimento de como a sua aplicação afeta os resultados reportados do Montepio Investimento e a sua divulgação.

Considerando que em algumas situações as normas contabilísticas permitem um tratamento contabilístico alternativo em relação ao adotado pelo Conselho de Administração, os resultados reportados pelo Montepio Investimento poderiam ser diferentes caso um tratamento distinto fosse escolhido. O Conselho de Administração considera que os critérios adotados são apropriados e que as demonstrações financeiras apresentam de forma adequada a posição financeira do Montepio Investimento e das suas operações em todos os aspetos materialmente relevantes.

Os resultados das alternativas de seguida analisadas são apresentados apenas para assistir o leitor no entendimento das demonstrações financeiras e não têm intenção de sugerir que outras alternativas ou estimativas possam ser mais apropriadas.

Perdas por imparidade em créditos a clientes

O Montepio Investimento efetua uma revisão periódica da sua carteira de crédito de forma a avaliar a existência de perdas por imparidade, conforme referido na política contabilística descrita na nota 1 b).

O processo de avaliação da carteira de crédito de forma a determinar se a quantia de perda por imparidade a ser registada é sujeito a diversas estimativas e julgamentos. Este processo inclui fatores como a probabilidade de incumprimento, as notações de risco, o valor dos colaterais associado a cada operação, as taxas de recuperação e as estimativas quer dos fluxos de caixa futuros, quer do momento do seu recebimento.

Metodologias alternativas e a utilização de outros pressupostos e estimativas poderiam resultar em níveis diferentes das perdas por imparidade reconhecidas, com o consequente impacto nos resultados do Montepio Investimento.

Impostos sobre os lucros

Para determinar o montante global de impostos sobre os lucros foi necessário efetuar determinadas interpretações e estimativas. Existem diversas transações e cálculos para os quais a determinação dos impostos a pagar é incerta durante o ciclo normal de negócios.

Outras interpretações e estimativas poderiam resultar num nível diferente de impostos sobre os lucros, correntes e diferidos, reconhecidos no exercício.

A Autoridade Tributária e Aduaneira Portuguesa têm a possibilidade de rever o cálculo da matéria coletável efetuado pelo Montepio Investimento durante um período de quatro anos, exceto em caso de ter sido efetuada qualquer dedução ou crédito de imposto em que o período é o do exercício desse direito. Desta forma, é possível que haja correções à matéria coletável, resultantes principalmente de diferenças na

interpretação da legislação fiscal, que pela sua probabilidade, o Conselho de Administração considera que não terão efeito materialmente relevante ao nível das demonstrações financeiras.

Valorização de ativos não correntes detidos para venda

Os ativos não correntes detidos para venda são mensurados pelo menor valor entre o seu justo valor líquido de custos de venda e o valor contabilístico do crédito existente na data em que foi efetuada a dação. O justo valor é determinado tendo por base avaliações periódicas efetuadas por peritos externos registados na CMVM. Metodologias e pressupostos distintos teriam impacto na determinação do justo valor dos ativos e consequentemente nas demonstrações financeiras.

Provisões

A mensuração das provisões tem em conta os princípios definidos na IAS 37 no que respeita à melhor estimativa do custo expectável, ao resultado mais provável das ações em curso e tendo em conta os riscos e incertezas inerentes ao processo.

Pressupostos e julgamentos distintos teriam impacto na determinação do montante das provisões e consequentemente nas demonstrações financeiras individuais.

2 Margem financeira e resultados de ativos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados e ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral

As IFRS em vigor exigem a divulgação desagregada da margem financeira e dos resultados de ativos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados e dos ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral, conforme apresentado nas notas 3, 5 e 6. Uma atividade de negócio específica pode gerar impactos quer na rubrica de resultados em ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral e de ativos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados, quer nas rubricas da margem financeira, pelo que o requisito de divulgação, tal como apresentado, evidencia a contribuição das diferentes atividades de negócio para a margem financeira e para os resultados de ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral e de ativos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados.

A análise conjunta destas rubricas é apresentada como segue:

	(milhares de euros)	
	2018	2017
Margem financeira	2 730	2 923
Resultados de ativos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados	(1 425)	-
Resultados de ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	-	433
	<u>1 305</u>	<u>3 356</u>

3 Margem financeira

O valor desta rubrica é composto por:

	(milhares de euros)	
	2018	2017
Juros e rendimentos similares		
Juros de ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	1 638	1 650
Juros de crédito a clientes	1 264	1 570
Juros de depósitos à ordem	9	189
Juros de outras aplicações	-	2
	<u>2 911</u>	<u>3 411</u>
Juros e encargos similares		
Juros de empréstimos	172	481
Outros juros e encargos similares	9	7
	<u>181</u>	<u>488</u>
Margem financeira	<u>2 730</u>	<u>2 923</u>

4 Resultados de serviços e comissões

O valor desta rubrica é composto por:

	(milhares de euros)	
	2018	2017
Rendimentos de serviços e comissões		
Por serviços bancários prestados	<u>1 202</u>	<u>743</u>
Encargos com serviços e comissões		
Por operações realizadas com títulos	28	24
Por operações realizadas por conta de terceiros	2	2
Outros encargos de serviços e comissões	1	1
	<u>31</u>	<u>27</u>
Resultados de serviços e comissões líquidos	<u>1 171</u>	<u>716</u>

5 Resultados de ativos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados

O valor desta rubrica é composto por:

(milhares de euros)

	2018			2017		
	Proveitos	Custos	Total	Proveitos	Custos	Total
Títulos de rendimento variável						
Fundos de investimento nacionais	509	2 600	(2 091)	-	-	-
Fundos de investimento estrangeiros	666	-	666	-	-	-
	1 175	2 600	(1 425)			

6 Resultados de ativos financeiros avaliados ao justo valor através de outro rendimento integral

O valor desta rubrica é composto por:

(milhares de euros)

	2018			2017		
	Proveitos	Custos	Total	Proveitos	Custos	Total
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo						
De outros emissores	-	-	-	4	-	4
Títulos de rendimento variável						
Fundo de participação CEMG	-	-	-	18	-	18
Fundos de investimento nacionais	-	-	-	411	-	411
	-	-	-	433	-	433

Em 31 de dezembro de 2017, a rubrica Obrigações e outros títulos de rendimento fixo – De outros emissores regista o resultado da alienação de obrigações José de Mello Saúde e a rubrica Títulos de rendimento variável – Fundos de investimentos nacionais regista o resultado da alienação do Fundo de investimento OXY Capital Mezzanine Fund, FCR - Categoria B.

7 Resultados de alienação de outros ativos

Esta rubrica regista o resultado da alienação de imóveis classificados como ativos não correntes detidos para venda.

8 Outros resultados de exploração

O valor desta rubrica é composto por:

	(milhares de euros)	
	2018	2017
Outros proveitos de exploração		
Reembolso de despesas	340	298
Prestação de serviços	86	93
Outros	871	226
	1 297	617
Outros custos de exploração		
Contribuições		
Setor bancário	94	109
Fundo de Resolução	35	32
Ex-ante para o Fundo Único de Resolução	2	7
Despesas com imóveis detidos para venda	378	472
Impostos	329	470
Outros	848	17
	1 686	1 107
Outros resultados de exploração	(389)	(490)

A Contribuição do setor bancário é estimada de acordo com o disposto na Lei n.º 55-A/2010. A determinação do montante a pagar incide sobre: (i) o passivo médio anual apurado em balanço, deduzido dos fundos próprios de base (*Tier 1*) e dos fundos próprios complementares (*Tier 2*) e os depósitos abrangidos pelo Fundo de Garantia de Depósitos; e (ii) o valor nominal dos instrumentos financeiros derivados.

A rubrica Contribuição ex-ante para o Fundo Único de Resolução corresponde a contribuição anual, nos termos do disposto no artigo 153.º-H, n.º 1, do Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras ("RGICSF") que transpõe os artigos 100.º, n.º 4, alínea a), e 103.º, n.º 1, da Diretiva 2015/59/EU do Parlamento Europeu e do Conselho, de 15 de maio de 2014, e do artigo 20.º, do Regulamento Delegado (EU) n.º 2015/63 da Comissão, de 21 de outubro de 2014 ("Regulamento Delegado") e com as condições previstas no Regulamento de Execução 2015/81 do Conselho de 19 de dezembro de 2014 ("Regulamento de Execução").

Esta contribuição foi determinada pelo Banco de Portugal, na qualidade de autoridade de resolução, com base na metodologia definida nos termos do disposto nos artigos 4.º, 13.º e 20.º no Regulamento Delegado. No âmbito do Mecanismo Único de Resolução esta contribuição deve ser transferida para o Fundo Único de

Resolução até 30 de junho de cada ano, em conformidade com o Acordo relativo à Transferência e Mutualização das contribuições para o Fundo Único de Resolução, assinado em Bruxelas em 21 de maio de 2014, aprovado pela Resolução da Assembleia da República 129/2015, de 3 de setembro, nos termos do disposto do n.º 4 do artigo 67.º do Regulamento (EU) n.º 806/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 15 de julho de 2014 ("Regulamento MUR").

Adicionalmente, compete ao Conselho Único de Resolução ("CUR"), em estreita cooperação com o Banco de Portugal, na qualidade de autoridade nacional de resolução, proceder anualmente ao cálculo dessas contribuições, nos termos e para os efeitos do n.º 2 do artigo 70.º do Regulamento MUR.

A 31 de dezembro de 2018, o Montepio Investimento reconheceu como custo referente à contribuição para o sistema de indemnização ao investidor o valor de 2 milhares de euros (31 de dezembro de 2017: 2 milhares de euros), incluído na rubrica Outros custos de exploração – Outros.

E adicionalmente, a 31 de dezembro de 2018, a rubrica Outros custos de exploração – Impostos inclui o montante de 4 milhares de euros (31 de dezembro de 2017: 8 milhares de euros) relativo ao pagamento do Imposto Único de Circulação ("IUC") e o montante de 320 milhares de euros (31 de dezembro de 2017: 445 milhares de euros) referentes a Imposto Municipal sobre Imóveis ("IMI").

A 31 de dezembro de 2017, a rubrica Outros custos de exploração – Impostos inclui o montante de 17 milhares de euros relativo ao pagamento do Imposto de Selo ("IS").

Em 31 de dezembro de 2018, a rubrica Despesas com imóveis detidos para venda releva os custos relacionados com a manutenção, conservação e promoção da venda dos imóveis provenientes de adjudicações de imóveis em locação financeira no Montepio Investimento e de ativos não correntes detidos para venda.

A rubrica Outros proveitos de exploração – outros regista, essencialmente, restituições de valores da Autoridade Tributária referentes a IVA, IS, Imposto Municipal sobre as transmissões Onerosas de imóveis ("IMT"), IMI e recebimento de juros.

9 Custos com pessoal

O valor desta rubrica é composto por:

	(milhares de euros)	
	2018	2017
Remunerações		233
Encargos sociais obrigatórios		56
		289

Os custos com as remunerações e outros benefícios atribuídos ao Conselho de Administração do Montepio Investimento, ao Conselho Fiscal e à Mesa da Assembleia Geral durante o exercício de 2017, são apresentados como segue:

	(milhares de euros)		
	Conselho de Administração	Conselho Fiscal e Mesa da Assembleia Geral	Total
Remunerações e outros benefícios a curto prazo	188	45	233
Custos com SAMS	1	-	1
Encargos com Segurança Social	45	8	53
	234	53	287

No exercício de 2017 foram atribuídas aos Órgãos do Conselho Fiscal remunerações no montante de 39 milhares de euros.

10 Gastos gerais administrativos

O valor desta rubrica é composto por:

	(milhares de euros)	
	2018	2017
Rendas e alugueres	8	13
Serviços especializados		
Prestação serviços - CEMG	506	504
Outros serviços especializados	101	363
Trabalho independente	45	18
Informática	3	8
Conservação e reparação	-	1
Comunicações e expedição	1	1
Seguros	4	2
Deslocações, estadias e despesas de representação	1	4
Água, energia e combustíveis	2	4
Outros gastos administrativos		
Cedência pessoal - CEMG	328	329
Serviços gestão imóveis - MGAI	164	161
Outros gastos	4	17
	1 167	1 425

Em 31 de dezembro de 2018, a rubrica Serviços especializados inclui um contrato de prestação de serviços entre a CEMG e o Montepio Investimento, que teve por base o número de horas prestadas pela CEMG ao Montepio Investimento, no valor de 506 milhares de euros (31 de dezembro de 2017: 504 milhares de euros), incluindo IVA.

A rubrica Outros serviços especializados inclui em 31 de dezembro de 2018 os custos incorridos pelo Revisor Oficial de Contas de Contas do Montepio Investimento no âmbito das suas funções de revisão legal de contas, bem como outros serviços prestados pelo Revisor Oficial de Contas, conforme segue excluindo IVA:

	(milhares de euros)	
	2018	2017
Auditoria		
Serviços da revisão legal de contas	20 000	18 000
Serviços distintos de auditoria exigidos por lei		
Emissão de pareceres sobre o sistema de controlo interno	-	9 000
	20 000	27 000

11 Imparidade de crédito

O valor desta rubrica é composto por:

	(milhares de euros)	
	2018	2017
Crédito a clientes		
Dotação do exercício líquida de reversões	238	(701)
Recuperação de crédito e de juros	(563)	(268)
	(325)	(969)

A rubrica Crédito a clientes regista a estimativa de perdas incorridas determinadas de acordo com a avaliação da evidência objetiva de imparidade, de acordo com a política contabilística descrita na nota 1 b).

12 Imparidade de outros ativos financeiros

O valor desta rubrica é composto por:

	(milhares de euros)	
	2018	2017
Imparidade de outros ativos financeiros		
Dotação do exercício	4	1 729
Reversão do exercício	(11)	-
	(7)	1 729

Em 31 de dezembro de 2017, a dotação do exercício de imparidade para outros ativos financeiros diz respeito à imparidade constituída para fundos de investimento imobiliário, no montante de 1.273 milhares de euros e para fundos de recuperação de crédito, no montante de 456 milhares de euros.

13 Imparidade de outros ativos

O valor desta rubrica é composto por:

	(milhares de euros)	
	2018	2017
Imparidade para ativos não correntes detidos para venda		
Dotação do exercício	840	1 202
Reversão do exercício	(456)	(854)
	<u>384</u>	<u>348</u>
Imparidade para outros activos		
Dotação do exercício	3	-
Reversão do exercício	(10)	-
	<u>(7)</u>	<u>-</u>
	<u>377</u>	<u>348</u>

14 Outras provisões

O valor desta rubrica é composto por:

	(milhares de euros)	
	2018	2017
Provisões para outros riscos e encargos		
Dotação do exercício	7	-
Reversão do exercício	(31)	-
	<u>(24)</u>	<u>-</u>

15 Disponibilidades em outras instituições de crédito

Esta rubrica é analisada como segue:

	(milhares de euros)	
	2018	2017
Em instituições de crédito no país		
CEMG	<u>1 728</u>	<u>13 216</u>

16 Crédito a clientes

Esta rubrica é analisada como segue:

	(milhares de euros)	
	2018	2017
Crédito interno		
A empresas		
Locação financeira	21 646	27 053
A particulares		
Locação financeira	6 618	8 213
	<u>28 264</u>	<u>35 266</u>
Crédito e juros vencidos		
Menos de 90 dias	37	12
Mais de 90 dias	2 588	12 472
	<u>2 625</u>	<u>12 484</u>
	<u>30 889</u>	<u>47 750</u>
Imparidade para riscos de crédito	(3 484)	(9 364)
	<u>27 405</u>	<u>38 386</u>

O justo valor da carteira de crédito a clientes encontra-se apresentado na nota 29.

A rubrica Crédito a clientes corresponde na sua maioria a contratos de crédito a taxa variável.

A análise da rubrica Crédito a clientes, por prazos de maturidade e por tipo de crédito, para o exercício findo em 31 de dezembro 2018, é apresentada conforme segue:

	(milhares de euros)				
	Crédito a clientes				
	Até 1 ano	De 1 a 5 anos	A mais de 5 anos	Indeterminado	Total
Crédito em locação	1 741	8 076	18 447	2 625	30 889
	<u>1 741</u>	<u>8 076</u>	<u>18 447</u>	<u>2 625</u>	<u>30 889</u>

A análise da rubrica Crédito a clientes, por prazos de maturidade e por tipo de crédito, para o exercício findo em 31 de dezembro 2017, é apresentada conforme segue:

	(milhares de euros)				
	Crédito a clientes				
	Até 1 ano	De 1 a 5 anos	A mais de 5 anos	Indeterminado	Total
Crédito em locação	2 177	9 967	23 122	12 484	47 750
	<u>2 177</u>	<u>9 967</u>	<u>23 122</u>	<u>12 484</u>	<u>47 750</u>

O crédito vincendo em locação, em 31 de dezembro de 2018, em termos de prazos residuais e por prestação, é apresentado como segue:

(milhares de euros)

	Crédito em locação		
	Até 1 ano	De 1 a 5 anos	A mais de 5 anos
Rendas vincendas	4 940	11 573	9 273
Juros vincendos	(748)	(2 433)	(1 985)
Valores residuais	494	2 091	5 059
	4 686	11 231	12 347
			28 264

O crédito vincendo em locação, em 31 de dezembro de 2017, em termos de prazos residuais e por prestação, é apresentado como segue:

(milhares de euros)

	Crédito em locação		
	Até 1 ano	De 1 a 5 anos	A mais de 5 anos
Rendas vincendas	5 700	15 854	11 388
Juros vincendos	(1 169)	(3 121)	(2 648)
Valores residuais	487	2 539	6 236
	5 018	15 272	14 976
			35 266

Em relação à locação financeira, o Montepio Investimento não apresenta contratos relevantes como locador.

A análise do Crédito e juros vencidos, de acordo com o tipo de cliente, é apresentada como segue:

(milhares de euros)

	2018	2017
Empresas		
Leasing imobiliário	265	5 535
Leasing automóvel	736	1 530
Leasing outros equipamentos	1 427	3 791
Particulares		
Leasing imobiliário	86	1 335
Leasing automóvel	6	156
Leasing outros equipamentos	105	137
	2 625	12 484

Os movimentos de imparidade para riscos de crédito são analisados como segue:

	(milhares de euros)	
	2018	2017
Saldo no início do exercício	9 364	10 636
Ajustamento de transição IFRS9	2 096	-
Dotação do exercício líquida de reversões	238	(701)
Utilização de imparidade	(8 214)	(571)
Saldo no final do exercício	3 484	9 364

Em conformidade com a política contabilística descrita na nota 1 b), os juros sobre crédito vencido há mais de 90 dias, que não estejam cobertos por garantias reais, são reconhecidos como proveitos apenas quando recebidos.

Se o valor de uma perda por imparidade decresce num período subsequente à sua contabilização e essa diminuição pode ser relacionada objetivamente com um evento que tenha ocorrido após o reconhecimento dessa perda, a imparidade em excesso é anulada por contrapartida de resultados.

A imparidade para riscos de crédito, por tipo de crédito, é apresentada como segue:

	(milhares de euros)	
	2018	2017
Crédito com garantias reais	3 484	9 364

A anulação de crédito por utilização da respetiva imparidade, analisada por tipo de crédito, é a seguinte:

	(milhares de euros)	
	2018	2017
Crédito com garantias reais	8 214	571

O Montepio Investimento, S.A. tem vindo a adotar medidas e práticas de *forbearance*, alinhadas ao contexto de risco, no sentido de ajustar o rendimento disponível ou a capacidade financeira dos clientes ao seu serviço da dívida. Nesta base, foram adotadas as recomendações entretanto legisladas no âmbito dos regimes de incumprimento (Decreto-Lei n.º 227/2012) e nas empresas (SIREVE, PER) e que estão amplamente divulgadas no site institucional, nas comunicações e normativos internos, para divulgação e implementação junto dos clientes que apresentem indícios de dificuldades financeiras.

No que diz respeito às medidas de *forbearance*, de acordo com o Regulamento de Execução (UE) 2015/227, de 9 de janeiro de 2015, foram consideradas alterações contratuais (carência de capital alargamento do prazo, diferimento de capital, etc.) e consolidação de dívidas noutra contrato com condições ajustadas à situação atual do cliente.

As reestruturações que foram efetuadas durante os exercícios de 2018 e 2017, revelaram-se positivas na medida em que permitiram mitigar o efeito da crise económica e financeira e, face a uma conjuntura em que se observam alguns indícios de recuperação económica, adequando o serviço da dívida à capacidade financeira dos clientes.

Adicionalmente a carteira inclui créditos, que face a dificuldades financeiras do cliente, foram objeto de alteração das condições iniciais do contrato no montante de 6.264 milhares de euros (31 de dezembro de 2017: 5.124 milhares de euros), os quais apresentam uma imparidade de 627 milhares de euros (31 de dezembro de 2017: 1.668 milhares de euros).

Os créditos reestruturados são ainda objeto de uma análise de imparidade que resulta da reavaliação da expectativa face aos novos fluxos de caixa inerentes às novas condições contratuais, atualizados à taxa de juro original efetiva tomando ainda em consideração os novos colaterais apresentados.

17 Ativos financeiros não detidos para negociação obrigatoriamente ao justo valor através de resultados

Esta rubrica é apresentada como segue:

	(milhares de euros)
	2018
Títulos de rendimento variável	
Unidades de participação	91 201

No âmbito da adoção da IFRS 9, as unidades de participação detidas pelo Montepio Investimento classificadas até 31 de dezembro de 2017 na carteira de ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral foram reclassificadas para a carteira de Ativos financeiros não detidos para negociação obrigatoriamente ao justo valor através de resultados, conforme descrito na nota 18.

Em 31 de dezembro de 2018, os ativos contemplados no nível 3, na rubrica Títulos de rendimento variável – Unidades de participação incluem unidades de participação em fundos de investimento imobiliário, em fundos especializados de recuperação de crédito e em fundos de capital de risco e encontram-se valorizados de acordo com o valor divulgado sobre o Valor Líquido Global do Fundo (VLGF), determinado pela entidade gestora, no montante de 91.201 milhares de euros, dos quais 30.634 milhares de euros são relativos a fundos de investimento imobiliário. O património dos fundos especializados de recuperação de crédito resulta de um conjunto diversificado de ativos e passivos, os quais se encontram valorizados nas contas dos respetivos fundos, ao justo valor, por metodologias internas utilizadas pela entidade gestora.

O património dos fundos de investimento imobiliário encontra-se valorizado pela entidade gestora com base nos relatórios de avaliação elaborados por peritos registados na CMVM.

Para a totalidade dos ativos financeiros registados no nível 3 a análise de sensibilidade efetuada considerou uma variação do valor do ativo financeiro de 10%, tendo sido, consequentemente, apurado um impacto de 9.120 milhares de euros em 31 de dezembro de 2018.

Conforme disposto na IFRS 13, os instrumentos financeiros são mensurados de acordo com os níveis de valorização descritos na nota 29. Os ativos financeiros incluídos nesta rubrica estavam categorizados no nível 1 e 3.

A análise dos ativos financeiros não detidos para negociação obrigatoriamente ao justo valor através de resultados, líquido de imparidade, por níveis de valorização, com referência a 31 de dezembro de 2018 é apresentado como segue:

(milhares de euros)				
2018				
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Títulos de rendimento variável				
Unidades de participação				
Fundos de investimento nacionais	-	-	75 693	75 693
Fundos de investimento estrangeiros	-	-	15 508	15 508
	-	-	91 201	91 201

Os movimentos ocorridos no nível 3 nos ativos financeiros não detidos para negociação obrigatoriamente ao justo valor através de resultados são analisados como segue:

(milhares de euros)		
	2018	2017
Saldo em 1 de janeiro	92 724	-
Revalorizações	(1 569)	-
Compras	1 323	-
Alienações	(1 277)	-
Saldo em 31 de dezembro	91 201	-

18 Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral

Esta rubrica é apresentada como segue:

(milhares de euros)					
2018					
	Reserva de justo valor			Perdas por imparidade	Valor de balanço
	Custos ⁽¹⁾	Positiva	Negativa		
Títulos de rendimento fixo					
Obrigações de emissores públicos					
Nacionais	11 201	863	-	(26)	12 038
Estrangeiros	1 074	21	-	(1)	1 094
Obrigações de outros emissores					
Nacionais	27 627	370	-	(58)	27 939
Estrangeiros	10 269	153	-	(14)	10 408
	50 171	1 407	-	(99)	51 479
(milhares de euros)					
2017					
	Reserva de justo valor			Perdas por imparidade	Valor de balanço
	Custos ⁽¹⁾	Positiva	Negativa		
Títulos de rendimento fixo					
Obrigações de emissores públicos					
Nacionais	11 216	877	-	-	12 093
Estrangeiros	1 107	33	-	-	1 140
Obrigações de outros emissores					
Nacionais	27 521	442	-	-	27 963
Estrangeiros	11 394	203	-	-	11 597
	51 238	1 555	-	-	52 793
Títulos de rendimento variável					
Unidades de participação					
Fundos de investimentos nacionais	90 288	1 107	-	(13 163)	78 232
Fundos de investimentos estrangeiros	12 412	2 080	-	-	14 492
	102 700	3 187	-	(13 163)	92 724
	153 938	4 742	-	(13 163)	145 517

⁽¹⁾ Custo de aquisição no que se refere a ações e custo amortizado para títulos de dívida.

No âmbito da adoção da IFRS 9, as unidades de participação foram reclassificadas para a rubrica de Ativos financeiros não detidos para negociação obrigatoriamente ao justo valor através de resultados, conforme descrito na nota 17.

A análise dos ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral, líquido de imparidade, por níveis de valorização, com referência a 31 de dezembro de 2018 e 2017 é apresentado como segue:

(milhares de euros)				
2018				
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Títulos de rendimento fixo				
Obrigações de emissores públicos				
Nacionais	12 038	-	-	12 038
Estrangeiros	1 094	-	-	1 094
Obrigações de outros emissores				
Nacionais	27 939	-	-	27 939
Estrangeiros	5 310	5 098	-	10 408
	46 381	5 098	-	51 479
(milhares de euros)				
2017				
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Títulos de rendimento fixo				
Obrigações de emissores públicos				
Nacionais	12 093	-	-	12 093
Estrangeiros	1 140	-	-	1 140
Obrigações de outros emissores				
Nacionais	-	27 963	-	27 963
Estrangeiros	6 526	5 071	-	11 597
	19 759	33 034	-	52 793
Títulos de rendimento variável				
Unidades de participação				
Fundos de investimento nacionais	-	-	78 232	78 232
Fundos de investimento estrangeiros	-	-	14 492	14 492
	-	-	92 724	92 724
	19 759	33 034	92 724	145 517

Conforme disposto na IFRS 13, os instrumentos financeiros estão mensurados de acordo com os níveis de valorização descritos na nota 29.

Em 31 de dezembro de 2017, os ativos contemplados no nível 3, no montante de 92.724 milhares de euros), correspondem a unidades de participação em fundos de investimento fechados cujo valor resultou da divulgação do Valor Líquido Global do Fundo (VLGF) determinado pela entidade gestora, conforme contas dos respetivos fundos. O património desses fundos resulta de um conjunto diversificado de ativos e passivos valorizados, nas respetivas contas, ao justo valor, por metodologias internas utilizadas pela entidade gestora. Não sendo praticável apresentar uma análise de sensibilidade às diferentes componentes dos respetivos pressupostos utilizados pelas entidades, na apresentação do VLGF dos fundos, ainda assim refira-se que uma variação +/- 10% do VLGF tem um impacto de 9.272 milhares de euros nos Capitais Próprios.

Em 31 de dezembro de 2017, os instrumentos classificados no nível 3 têm associados ganhos não realizados no montante de 3.187 milhares de euros registados em reservas de justo valor.

Em 31 de dezembro de 2017, o montante de imparidade registado nestes títulos ascende 13.163 milhares de euros.

Não foram efetuadas transferências de e para este nível.

Os movimentos ocorridos nos ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral e classificados no nível 3 são analisados como segue:

	(milhares de euros)	
	2018	2017
Saldo em 1 de janeiro	92 724	96 333
Aquisições	-	2 001
Revalorizações	-	1 195
Imparidade	-	(1 518)
Alienações	-	(5 287)
Transferências para ativos financeiros não detidos para negociação obrigatoriamente ao justo valor através de resultados	(92 724)	-
Saldo em 31 de dezembro	-	92 724

Os movimentos ocorridos nas perdas por imparidade nos ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral são analisados como segue:

	2018	2017
Saldo em 1 de janeiro	13 163	11 645
Ajustamento de transição IFRS9	(13 056)	-
Dotação do exercício	4	1 729
Reversão do exercício	(11)	-
Utilização	(1)	(211)
Saldo em 31 de dezembro	99	13 163

De acordo com a política contabilística descrita na nota 1 c), a carteira de ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral é apresentada líquida do total da reserva de justo valor e de imparidade. O total de reserva de justo valor para a carteira de ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral é positiva e ascende a 1.407 milhares de euros (31 de dezembro 2017: negativa 4.743 milhares de euros).

A análise dos ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral, por maturidade, em 31 de dezembro de 2018 é a seguinte:

(milhares de euros)

2018				
Inferior a 3 meses	Entre 3 meses e 1 ano	Superior a 1 ano	Indeterminado	Total
Títulos de rendimento fixo				
Obrigações de emissores públicos				
Nacionais	-	12 038	-	12 038
Estrangeiros	-	1 094	-	1 094
Obrigações de outros emissores				
Nacionais	24 909	3 030	-	27 939
Estrangeiros	1 015	9 393	-	10 408
	25 924	25 555	-	51 479

A análise dos ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral, por maturidade, em 31 de dezembro de 2017 é a seguinte:

(milhares de euros)

Inferior a três meses	Entre 3 meses e 1 ano	Superior a 1 ano	Indeterminado	Total
Títulos de rendimento fixo				
Obrigações de emissores públicos				
Nacionais	2	59	12 032	12 093
Estrangeiros	38	-	1 102	1 140
Obrigações de outros emissores				
Nacionais	-	59	27 904	27 963
Estrangeiros	43	90	11 464	11 597
	83	208	52 502	52 793
Títulos de rendimento variável				
Unidades de participação				
Fundos de investimentos nacionais	-	-	78 232	78 232
Fundos de investimentos estrangeiros	-	-	14 492	14 492
	-	-	92 724	92 724
	83	208	92 724	145 517

Em 31 de dezembro de 2018, os títulos dados em garantia ao Banco Central Europeu, no âmbito das operações da cedência de liquidez, registados em Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral ascendem a 16.753 milhares de euros (31 de dezembro 2017: 18.909 milhares de euros).

Estes ativos financeiros dados em garantia podem ser executados em caso de incumprimento das obrigações contratuais assumidas pelo Montepio Investimento nos termos e condições dos contratos celebrados.

19 Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos

Esta rubrica é apresentada como segue:

		(milhares de euros)	
		2018	2017
Participações financeiras em filiais			
Montepio - Gestão de Ativos Imobiliários, A.C.E		24	24

Os dados financeiros relativos às empresas associadas são apresentados no quadro seguinte:

					(milhares de euros)
	Número de ações	Participação direta no capital	Valor unitário Euros	Custo da participação	
31 de dezembro de 2018					
Montepio - Gestão de Ativos Imobiliários, A.C.E	24 497	1,00%	1,00	24	

Em 9 de maio de 2014, foi constituído o Montepio - Gestão de Ativos Imobiliários, ACE. Neste âmbito, o Montepio Investimento participa neste ACE com uma percentagem de 1%.

Os dados relativos às empresas associadas são apresentados no quadro seguinte:

							(milhares de euros)
	Ativo	Passivo	Capitais Próprios	Provetos	Resultado líquido	Custo da participação	
31 de dezembro de 2018							
Montepio - Gestão de Ativos Imobiliários, A.C.E	5 010	2 560	2 450	4 659	-	24	
31 de dezembro de 2017							
Montepio - Gestão de Ativos Imobiliários, A.C.E	3 726	1 276	2 450	4 949	-	24	

						(milhares de euros)
Percentagem detida		Valor de balanço		Resultados de associadas		
2018	2017	2018	2017	2018	2017	
%	%					
Montepio - Gestão de Activos Imobiliários, A.C.E.	1,00%	1,00%	24	24	-	-

20 Ativos não correntes detidos para venda

Esta rubrica é apresentada como segue:

	(milhares de euros)	
	2018	2017
Imóveis resultantes da resolução de contratos de crédito sobre clientes	22 596	26 402
Equipamento	462	491
	23 058	26 893
Imparidade para ativos não correntes detidos para venda	(3 274)	(4 454)
	19 784	22 439

Os ativos registados nesta rubrica estão contabilizados de acordo com a política contabilística descrita na nota 1 g).

A rubrica Imóveis e outros ativos resultantes de resolução de contratos de crédito sobre clientes resulta da resolução de contratos de crédito sobre clientes, decorrente de (i) dação simples, com opção de recompra ou com locação financeira, sendo contabilizadas com a celebração do contrato de dação ou promessa de dação e respetiva procuração irrevogável emitida pelo cliente em nome do Montepio Investimento; ou (ii) adjudicação dos bens em consequência do processo judicial de execução das garantias, sendo contabilizadas com o título de adjudicação ou na sequência do pedido de adjudicação após registo de primeira penhora.

O Montepio Investimento tem implementado um plano com vista à venda imediata dos ativos não correntes detidos para venda. De acordo com a expectativa do Montepio Investimento, pretende-se que os referidos ativos estejam disponíveis para venda num prazo inferior a 1 ano, existindo uma estratégia para a sua alienação. No entanto, face às atuais condições de mercado, não é possível em algumas situações concretizar essas alienações no prazo esperado. A referida rubrica inclui imóveis para os quais foram já celebrados Contratos promessa de compra e venda no montante de 238 milhares de euros (31 de dezembro de 2017: 238 milhares de euros).

Os movimentos dos ativos não correntes detidos para venda no exercício de 2018 e 2017 são analisados como segue:

	(milhares de euros)	
	2018	2017
Saldo em 1 de janeiro	26 893	24 513
Aquisições	2 998	10 493
Alienações	(6 833)	(8 046)
Outros movimentos	-	(67)
Saldo em 31 de dezembro	23 058	26 893

Os movimentos da imparidade para ativos não correntes detidos para venda são analisados como segue:
(milhares de euros)

	2018	2017
Saldo em 1 de janeiro	4 454	4 931
Dotação do exercício	840	1 202
Reversão do exercício	(456)	(854)
Utilização de imparidade	(1 564)	(825)
Saldo em 31 de dezembro	3 274	4 454

21 Impostos

As diferenças temporárias entre os resultados contabilísticos e os resultados fiscalmente aceites para efeitos de IRC, sempre que haja uma probabilidade razoável de que tais impostos venham a ser pagos ou recuperados no futuro, são elegíveis para o reconhecimento de impostos diferidos.

Os ativos e passivos por impostos diferidos reconhecidos em balanço em 31 de dezembro de 2018 e 2017 podem ser analisados como se segue:

(milhares de euros)

	Ativo		Passivo		Líquido	
	2018	2017	2018	2017	2018	2017
Instrumentos financeiros	3 722	-	(1 171)	(1 209)	2 551	(1 209)
Provisões / imparidades	915	2 388	-	-	915	2 388
Imparidade de crédito	3	9	-	-	3	9
Outras provisões	3	9	-	-	3	9
Imposto diferido ativo/(passivo) líquido	4 640	2 397	(1 171)	(1 209)	3 469	1 188

Os impostos diferidos são calculados com base nas taxas de imposto que se antecipa estarem em vigor à data da reversão das diferenças temporárias, as quais correspondem às taxas aprovadas ou substancialmente aprovadas na data de balanço.

Os ativos e passivos por impostos diferidos são apresentados pelo seu valor líquido sempre que, nos termos da legislação aplicável, possam ser compensados ativos por impostos correntes com passivos por impostos correntes e sempre que os impostos diferidos estejam relacionados com o mesmo imposto.

A taxa de imposto diferido é analisada como segue:

	2018	2017
Taxa de IRC (a)	21,0%	21,0%
Taxa de derrama municipal	1,5%	1,5%
Taxa de derrama estadual	3,0%	3,0%
Total (b)	25,5%	25,5%

(a) - Aplicável aos impostos diferidos associados a prejuízos fiscais;

(b) - Aplicável aos impostos diferidos associados a diferenças temporárias.

Os ativos e passivos por impostos diferidos relativos a prejuízos fiscais reportáveis são reconhecidos quando existe uma expectativa razoável de haver lucros tributáveis futuros. A incerteza quanto à recuperação de prejuízos fiscais reportáveis e crédito de imposto é considerada no apuramento de ativos por impostos diferidos.

De acordo com a política contabilística descrita na nota 1 q) e de acordo com os requisitos definidos na IAS 12, os ativos por impostos diferidos foram reconhecidos tendo por base a expectativa do Montepio Investimento da sua recuperabilidade.

O imposto reconhecido em resultados e reservas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018 e 2017 teve as seguintes origens:

	(milhares de euros)			
	2018		2017	
	Reconhecido em resultados	Reconhecido em reservas	Reconhecido em resultados	Reconhecido em reservas
Instrumentos financeiros	(366)	2 544	-	482
Provisões/imparidades	2 044	565	752	-
Imposto diferido	1 678	3 109	752	482
Impostos correntes	813	184	240	-
Total do imposto reconhecido	2 491	3 293	992	482

A rubrica provisões/imparidade regista o impacto fiscal reconhecido em Reservas e resultados transitados referente à adoção da IFRS 9, com referência a 1 de janeiro de 2018, conforme descrito na nota 33.

A reconciliação da taxa de imposto, na parte respeitante ao montante reconhecido em resultados, pode ser analisada como segue:

(milhares de euros)

	2018		2017	
	%	Valor	%	Valor
Resultado antes de impostos		1 486		2 776
Imposto apurado com base na taxa nominal de imposto vigente	25,5	379	21,0	583
Contribuição extraordinária sobre o setor bancário	1,3	20	0,8	23
Constituição/reversão de provisões/imparidades tributadas	113,1	1 681	4,2	117
Tributações autónomas	0,3	4	0,3	7
Outros	(6,6)	(98)	(8,0)	(221)
Correções relativas a exercícios anteriores	54,7	813	-	-
Efeito das diferenças de taxa de imposto	(20,7)	(308)	17,4	483
Imposto do exercício	167,6	2 491	35,7	992

A Autoridade Tributária pode proceder à revisão do resultado fiscal do Montepio Investimento durante um período de quatro anos, exceto no caso de ter sido efetuada qualquer dedução ou crédito de imposto, em que o período é o do exercício desse direito.

22 Outros ativos

Esta rubrica é apresentada como segue:

(milhares de euros)

	2018	2017
IRC a Recuperar	1 814	1 814
Aplicações conta caução	1 371	1 398
Outros devedores	1 290	1 382
Despesas com custo diferido	-	16
Outros proveitos a receber	43	-
	4 518	4 610
Imparidade para outros ativos	(5)	(1 054)
	4 513	3 556

A 31 de dezembro de 2018 e 2017, a rubrica Aplicações Conta Caução regista o saldo da conta margem junto da LCH. Clearnet, S.A.

Os movimentos ocorridos na imparidade para outros ativos são analisados como segue:

(milhares de euros)		
	2018	2017
Saldo em 1 de janeiro	1 054	1 054
Ajustamento de transição IFRS9	13	-
Dotação do exercício	3	-
Reversão do exercício	(10)	-
Utilização	(1 055)	-
Saldo em 31 de dezembro	5	1 054

23 Recursos de outras instituições de crédito

Esta rubrica é apresentada como segue:

(milhares de euros)					
2018			2017		
Não remunerados	Remunerados	Total	Não remunerados	Remunerados	Total
Recursos de instituições de crédito no país	10 000	10 000	35 072	35 072	

A rubrica de recursos de instituições de crédito no país refere-se a empréstimos junto da CEMG.

A análise da rubrica Recursos de outras instituições de crédito, pelo período remanescente das operações, é a seguinte:

(milhares de euros)	
2018	2017
Até 3 meses	10 000
6 meses a 1 ano	17 521
	17 551
10 000	35 072

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 estes recursos são remunerados à taxa média de 0,115% e 0,77%, respetivamente.

24 Provisões

Esta rubrica é apresentada como segue:

	(milhares de euros)	
	2018	2017
Provisões para outros riscos e encargos	12	36

Os movimentos das provisões para outros riscos e encargos são analisados como segue:

	(milhares de euros)	
	2018	2017
Saldo em 1 de janeiro	36	36
Dotação do exercício	7	-
Reversão do exercício	(31)	-
Saldo no final do exercício	12	36

Estas provisões são constituídas tendo como base a probabilidade de ocorrência de certas contingências relacionadas com a atividade do Montepio Investimento, sendo revistas em cada data de reporte de forma a refletir a melhor estimativa do montante da perda.

25 Outros passivos

Esta rubrica é apresentada como segue:

	(milhares de euros)	
	2018	2017
Credores		
Fornecedores	226	614
Outros credores	3 866	763
Sector Público administrativo	24	34
Férias e subsídio de férias a pagar	-	20
Outros custos a pagar	115	162
Contas diversas	209	431
	4 440	2 024

A 31 de dezembro de 2018, a rubrica Credores inclui o valor de 172 milhares de euros (31 de dezembro de 2017: 775 milhares de euros) de dívidas a liquidar à CEMG, respeitantes à prestação de serviços da CEMG, da cedência de pessoal e de despesas de imóveis.

Em 31 de dezembro de 2018, a rubrica Outros credores regista o valor de 3.801 milhares de euros referente ao contributo do Montepio Investimento para o apuramento do imposto no âmbito do RETGS, cuja sociedade dominante é a Caixa Económica Montepio Geral, caixa económica bancária, S.A.

26 Capital

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, o capital subscrito do Montepio Investimento ascende a 180.000 milhares de euros e encontra-se integralmente realizado, sendo formado por 180.000.000 ações de valor nominal de 1 euro.

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, o Montepio Holding detém 100% das ações representativas do capital social do Montepio Investimento.

27 Reserva legal

Nos termos da legislação portuguesa o Montepio Investimento deverá reforçar anualmente a Reserva Legal com pelo menos 10% dos lucros anuais até à concorrência do capital social, não podendo normalmente esta reserva, ser distribuída.

28 Reservas de reavaliação, outras reservas e resultados transitados

Esta rubrica é apresentada como segue:

	(milhares de euros)	
	2018	2017
Reservas de reavaliação		
Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral		
Valor bruto	1 407	4 742
Imposto	(359)	(1 209)
	<u>1 048</u>	<u>3 533</u>
Outras reservas e resultados transitados		
Reserva legal	9 092	9 092
Outras reservas	24 599	24 600
Resultados transitados	(28 516)	(30 840)
	<u>5 175</u>	<u>2 852</u>

As reservas de justo valor relativas a ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral representam as mais e menos valias potenciais relativas à carteira de ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral.

A rubrica Outras reservas e resultados transitados inclui o impacto de 1.571 milhares de euros relativo ao ajustamento de transição pela aplicação da IFRS 9, conforme nota 33.

A movimentação da reserva de justo valor em ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral durante o exercício de 2018 é apresentada como segue:

(milhares de euros)

	Saldo em 1 de janeiro	Reavaliação	Aquisições	Alienações	Varição de imparidade no exercício	Saldo em 31 de dezembro
Títulos de rendimento fixo						
De emissores públicos						
Nacionais	877	12	-	-	(26)	863
Estrangeiros	33	(11)	-	-	(1)	21
De outros emissores						
Nacionais	442	(14)	-	-	(58)	370
Estrangeiros	203	(27)	-	(9)	(14)	153
	1 555	(40)	-	(9)	(99)	1 407

A movimentação da reserva de justo valor em ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral durante o exercício de 2017 é apresentada como segue:

(milhares de euros)

	Saldo em 1 de janeiro	Reavaliação	Aquisições	Alienações	Varição de imparidade no exercício	Saldo em 31 de dezembro
Títulos de rendimento fixo						
De emissores públicos						
Nacionais	(165)	1 042	-	-	-	877
Estrangeiros	44	(11)	-	-	-	33
De outros emissores						
Nacionais	491	(47)	-	(2)	-	442
Estrangeiros	132	71	-	-	-	203
	502	1 055	-	(2)	-	1 555
Títulos de rendimento variável						
Unidades de participação						
Fundo de participação CEMG	(29)	47	-	(18)	-	-
Fundos investimentos nacionais	592	(474)	-	(529)	1 518	1 107
Fundos investimentos estrangeiras	1 399	670	11	-	-	2 080
	1 962	243	11	(547)	1 518	3 187
	2 464	1 298	11	(549)	1 518	4 742

A reserva de justo valor explica-se da seguinte forma:

	(milhares de euros)	
	2018	2017
Custo amortizado dos ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	50 171	153 938
Imparidade acumulada reconhecida	(99)	(13 163)
Custo amortizado dos ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral líquidos de imparidade	50 072	140 775
Valor de mercado dos ativos financeiros disponíveis para venda	51 479	145 517
Ganhos/ Perdas potenciais reconhecidos na reserva de justo valor	1 407	4 742

29 Justo valor

O justo valor tem como base as cotações de mercado, sempre que estas se encontrem disponíveis. Caso estas não existam, como acontece em muitos dos produtos colocados junto de clientes, o justo valor é estimado através de modelos internos baseados em técnicas de desconto de fluxos de caixa. A geração de fluxos de caixa dos diferentes instrumentos comercializados é feita com base nas respetivas características financeiras e as taxas de desconto utilizadas incorporam quer a curva de taxas de juro de mercado, quer as atuais condições da política de *pricing* do Montepio Investimento.

Assim, o justo valor obtido encontra-se influenciado pelos parâmetros utilizados no modelo de avaliação, que necessariamente incorporam algum grau de subjetividade, e reflete exclusivamente o valor atribuído aos diferentes instrumentos financeiros. Não considera, no entanto, fatores de natureza prospetiva, como por exemplo a evolução futura de negócio. Nestas condições, os valores apresentados não podem ser entendidos como uma estimativa do valor económico do Montepio Investimento.

De seguida são apresentados os principais métodos e pressupostos usados na estimativa do justo valor dos ativos e passivos financeiros:

Disponibilidades em outras Instituições de Crédito e Recursos de outras Instituições de Crédito

Atendendo ao prazo extremamente curto associado a estes instrumentos financeiros, o valor de balanço é uma razoável estimativa do seu justo valor.

Ativos financeiros detidos para negociação e ativos financeiros não detidos para negociação obrigatoriamente ao justo valor através de resultados

Estes instrumentos financeiros estão contabilizados ao justo valor. O justo valor tem como base as cotações de mercado, com base em informação difundida pelos fornecedores de conteúdos financeiros – *Reuters* e *Bloomberg* – sempre que estas se encontrem disponíveis. Caso estas não existam, o cálculo do justo valor assenta na utilização de modelos numéricos, baseados em técnicas de desconto de fluxos de caixa que,

para estimar o justo valor, utilizam as curvas de taxa de juro de mercado ajustadas pelos fatores associados, predominantemente o risco de crédito e o risco de liquidez, determinados de acordo com as condições de mercado e prazos respetivos.

Sempre que se entenda que não existem referências de mercado de qualidade suficiente ou que os modelos disponíveis não se aplicam integralmente face às características do instrumento financeiro, utilizam-se cotações específicas fornecidas por uma entidade externa, tipicamente a contraparte do negócio.

Créditos a clientes com maturidade definida

O justo valor destes instrumentos financeiros é calculado com base na atualização dos fluxos de caixa de capital e juros esperados no futuro para os referidos instrumentos. Considera-se que os pagamentos de prestações ocorrem nas datas contratualmente definidas. Para os créditos em situação de incumprimento, considera-se que o valor líquido de imparidade destas operações é uma estimativa razoável do seu justo valor. Tendo em conta a avaliação económica que é realizada no apuramento desta imparidade no caso dos clientes individualmente significativos. A taxa de desconto utilizada é a que reflete as taxas atuais do Montepio Investimento para cada uma das classes homogêneas deste tipo de instrumentos e com maturidade residual semelhante. A taxa de desconto incorpora as taxas de mercado para os prazos residuais (taxas do mercado monetário ou do mercado de *swaps* de taxa de juro, no final do período) e o *spread* praticado à data de reporte, calculado através da média da produção do quarto trimestre de 2018. A taxa média de desconto foi de 4,06% para o crédito em locação financeira (31 de dezembro de 2017: 3,35%), assumindo a projeção das taxas variáveis segundo a evolução das taxas *forward* implícitas nas curvas de taxas de juro. Os cálculos efetuados incorporam o *spread* de risco de crédito.

A decomposição dos principais ajustamentos aos valores de balanço dos ativos e passivos financeiros do Montepio Investimento contabilizados ao valor contabilístico e ao justo valor é analisada como segue:

(milhares de euros)

	2018				
	Ao justo valor através de resultados	Custo amortizado	Ao justo valor através de reservas	Valor contabilístico	Justo valor
Ativos Financeiros					
Disponibilidades em outras instituições de crédito	-	1 728	-	1 728	1 728
Crédito a clientes	-	27 405	-	27 405	28 173
Ativos financeiros não detidos para negociação					
obrigatoriamente ao justo valor através de resultados	91 201	-	-	91 201	91 201
Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	-	-	51 479	51 479	51 479
	91 201	29 133	51 479	171 813	172 581
Passivos financeiros					
Recursos de outras instituições de crédito	-	10 000	-	10 000	10 000
	-	10 000	-	10 000	10 000

(milhares de euros)

2017				
	Custo amortizado	Ao justo valor através de reservas	Valor contabilístico	Justo valor
Ativos Financeiros				
Disponibilidades em outras instituições de crédito	13 216	-	13 216	13 216
Crédito a clientes	38 386	-	38 386	26 339
Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral		145 517	145 517	145 517
	51 602	145 517	197 119	185 072
Passivos financeiros				
Recursos de outras instituições de crédito	35 072	-	35 072	35 072
	35 072	-	35 072	35 072

O quadro seguinte resume, por níveis de valorização, para cada grupo de ativos e passivos financeiros do Montepio Investimento, os seus justos valores com referência a 31 de dezembro de 2018:

2018				
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Justo valor
Ativos financeiros				
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	1 728	-	-	1 728
Crédito a clientes	-	-	28 173	28 173
Ativos financeiros não detidos para negociação obrigatoriamente ao justo valor através de resultados	-	-	91 201	91 201
Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	46 381	5 098	-	51 479
	48 109	5 098	119 374	172 581
Passivos financeiros				
Recursos de outras instituições de crédito	-	-	10 000	10 000
	-	-	10 000	10 000

O quadro seguinte resume, por níveis de valorização, para cada grupo de ativos e passivos financeiros do Montepio Investimento, os seus justos valores com referência a 31 de dezembro de 2017:

2017				
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Justo valor
Ativos financeiros				
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	13 216	-	-	13 216
Crédito a clientes	-	-	26 339	26 339
Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	19 759	33 034	92 724	145 517
	32 975	33 034	119 063	185 072
Passivos financeiros				
Recursos de outras instituições de crédito	-	-	35 072	35 072
	-	-	35 072	35 072

O Montepio Investimento utiliza a seguinte hierarquia de Justo valor com 3 níveis na valorização de instrumentos financeiros (ativos ou passivos), a qual reflete o nível de julgamento, a observabilidade dos dados utilizados e a importância dos parâmetros aplicados na determinação da avaliação do justo valor do instrumento, de acordo com o disposto na IFRS 13:

- Nível 1: O justo valor é determinado com base em preços cotados não ajustados, capturados em transações em mercados ativos envolvendo instrumentos financeiros idênticos aos instrumentos a avaliar. Existindo mais que um mercado ativo para o mesmo instrumento financeiro, o preço relevante é o que prevalece no mercado principal do instrumento, ou o mercado mais vantajoso para as quais o acesso existe;
- Nível 2: O justo valor é apurado a partir de técnicas de avaliação suportadas em dados observáveis em mercados ativos, sejam dados diretos (preços, taxas, *spreads*, etc.) ou indiretos (derivados), e pressupostos de valorização semelhantes aos que uma parte não relacionada usaria na estimativa do justo valor do mesmo instrumento financeiro; e
- Nível 3: O justo valor é determinado com base em dados não observáveis em mercados ativos, com recurso a técnicas e pressupostos que os participantes do mercado utilizariam para avaliar os mesmos instrumentos, incluindo hipóteses acerca dos riscos inerentes, à técnica de avaliação utilizada e aos *inputs* utilizados e contemplados processos de revisão da acuidade dos valores assim obtidos.

O Montepio Investimento considera um mercado ativo para um dado instrumento financeiro quando, na data de mensuração, dependendo do volume de negócios e da liquidez das operações realizadas, da volatilidade relativa dos preços cotados e da prontidão e disponibilidade da informação, devendo, para o efeito verificar as seguintes condições mínimas:

- Existência de cotações diárias frequentes de negociação no último ano;
- As cotações acima mencionadas alteram-se com regularidade; e
- Existem cotações executáveis de mais do que uma entidade.

Um parâmetro utilizado numa técnica de valorização é considerado um dado observável no mercado se estiverem reunidas as condições seguintes:

- Se o seu valor é determinado num mercado ativo;
- Ou, se existe um Mercado OTC e é razoável assumir-se que se verificam as condições de mercado ativo, com a exceção da condição de volumes de negociação; e
- Ou, o valor do parâmetro pode ser obtido pelo cálculo inverso dos preços dos instrumentos financeiros e/ou derivados onde os restantes parâmetros necessários à avaliação inicial são observáveis num mercado líquido ou num mercado OTC que cumprem com os parágrafos anteriores.

30 Transações com partes relacionadas

Conforme definido na IAS 24, são consideradas partes relacionadas do Montepio Investimento a empresa detalhada na nota 19, e os membros do Conselho de Administração da Sociedade. Para além dos membros do Conselho de Administração são igualmente consideradas partes relacionadas as pessoas que lhes são próximas (relacionamentos familiares) e as entidades por eles controladas ou em cuja gestão exercem influência significativa.

De acordo com a legislação portuguesa, e nomeadamente no âmbito dos artigos 85º e 109º do Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras (RGICSF), são ainda consideradas partes relacionadas, os membros do Conselho Fiscal e acionista único, que detém 100% dos direitos de voto, bem como as pessoas singulares relacionadas com estas categorias e entidades por eles controladas ou em cuja gestão exercem influência significativa.

Nesta base, o conjunto de partes relacionadas consideradas pelo Montepio Investimento, é apresentado como segue:

Conselho de Administração

Carlos Manuel Tavares da Silva
José Carlos Sequeira Mateus
Carlos Miguel López Leiria Pinto

Conselho Fiscal

Pedro Miguel Ribeiro de Almeida Fontes Falcão
Inês Maria Vaz Ramos da Silva da Cunha Leão
António Francisco de Araújo Pontes

Acionista

Montepio Holding, SGPS, S.A.

Outras Partes Relacionadas

Augusto da Silva Carvalho, Lda. ⁽⁴⁾
Banco Montepio Geral - Cabo Verde, Sociedade Unipessoal, S.A.
Banco Terra, S.A. ⁽¹⁾
Bem Comum, Sociedade de Capital de Risco, S.A.
Binganimus - Bingos e Animação, S.A. ⁽⁴⁾
Bolsimo - Gestão Activos S.A.
Caixa Económica Montepio Geral, caixa económica bancária, S.A.
Carlos Augusto Lança & Filhos, Lda. ⁽⁴⁾
Carteira Imobiliária - Fundo Especial Invest. Imob. Aberto
Casa da Sorte - Organização Nogueira da Silva, S.A. ⁽⁴⁾
CESource, ACE
Clínica CUF de Belém, S.A.
Clínica de Serviços Médicos Computorizados de Belém, S.A.
Empresa Gestora de Imóveis da Rua do Prior, S.A.
Finibanco Angola, S.A.
Fundação Montepio Geral
Fundo de Pensões Montepio Geral
Fundo de Pensões Viva
Futuro - Sociedade Gestora de Fundos de Pensões S.A.
Germont - Empreendimentos Imobiliários, S.A.
Herdeiros de Manuel Martins Travassos, Lda. ⁽⁴⁾
HTA - Hotéis, Turismo e Animação dos Açores, S.A.
In Posterum, ACE
Leacock Prestação de Serviços Limitada
Lusitania Vida, Companhia de Seguros, S.A.
Lusitania, Companhia de Seguros, S.A.
Lusomilhões, S.A.
Moçambique Companhia de Seguros, S.A.R.L.
Montepio Arrendamento – FILAH
Montepio Arrendamento II – FILAH
Montepio Arrendamento III – FILAH
Montepio Crédito - Instituição Financeira de Crédito, S.A.
Montepio Geral Associação Mutualista
Montepio Geral Corp. ⁽²⁾
Montepio Gestão de Activos - S.G.F.I., S.A.
Montepio Gestão de Activos Imobiliários, ACE
Montepio Imóveis - Sociedade Imobiliária de Serviços Auxiliares, S.A.
Montepio Investimento, S.A.
Montepio Seguros SGPS, S.A.
Montepio Valor - Sociedade Gestora de Fundos de Investimento, S.A.
Montepio, Residências para Estudantes, S.A.
N Seguros, S.A.
Naviser - Transportes Marítimos Internacionais, S.A.
Nebra Energias Renovables, S.L.
NovaCâmbios - Instituição de Pagamento, S.A.
Pataca da Sorte - Bingos e Animação Unipessoal, Lda. ⁽⁴⁾
Polaris - Fundo de Investimento Imobiliário Fechado
Portugal Estates Fund - Fundo de Investimento Imobiliário Fechado
Residências Montepio, Serviços de Saúde, S.A.
SAGIES - Segurança e Higiene no Trabalho, S.A.
SILVIP - Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Imobiliários, S.A.
Sociedade Portuguesa de Administrações, S.A.
Ssagincentive - Sociedade de Serviços Auxiliares e Gestão de Imóveis S.A.
Torre da Sorte, Lda. ⁽⁴⁾
Valor Prime - Fundo de Investimento Imobiliário Aberto ⁽³⁾

⁽¹⁾ Entidade alienada em 21 de dezembro de 2018.

⁽²⁾ Entidade liquidada em 15 de outubro de 2018.

⁽³⁾ Perda de controlo em 31 de março de 2018.

⁽⁴⁾ Entidades alienadas em 24 de abril de 2019.

À data de 31 de dezembro de 2018, os débitos e créditos detidos pelo Montepio Investimento sobre partes relacionadas, representadas ou não por títulos, incluídos nas rubricas Disponibilidades em IC's, Outros ativos, Recursos de outras IC's e Outros passivos são analisados como segue:

(milhares de euros)

Empresas	2018			
	Disponibilidades em IC's	Outros ativos	Recursos de outras IC's	Outros passivos
CEMG	1 728	-	10 000	3 973
Carteira imobiliária - Fundo Especial de Investimento Imobiliário Aberto	-	43	-	-
Montepio Gestão de Activos Imobiliários ACE	-	-	-	51
	1 728	43	10 000	4 024

À data de 31 de dezembro de 2017, os débitos e créditos detidos pelo Montepio Investimento sobre partes relacionadas, representadas ou não por títulos, incluídos nas rubricas Disponibilidades em IC's, Outros ativos, Recursos de outras IC's e Outros passivos são analisados como segue:

(milhares de euros)

Empresas	2017			
	Disponibilidades em IC's	Outros ativos	Recursos de outras IC's	Outros passivos
CEMG	13 216	259	35 072	775
Carteira imobiliária - Fundo Especial de Investimento Imobiliário Aberto	-	44	-	-
Montepio Gestão de Activos Imobiliários ACE	-	-	-	51
	13 216	303	35 072	826

À data de 31 de dezembro de 2018, os proveitos e custos do Montepio Investimento sobre partes relacionadas, incluídos nas rubricas Juros e encargos similares, Juros e rendimentos similares e Encargos com serviços e comissões, Rendimentos com serviços e comissões e Gastos gerais administrativos são analisados como segue:

(milhares de euros)

Empresas	2018				
	Juros e encargos similares	Juros e rendimentos similares	Encargos com serviços e comissões	Rendimentos com serviços e comissões	Gastos gerais administrativos
CEMG	172	9	30	-	834
Carteira imobiliária - Fundo Especial de Investimento Imobiliário Aberto	-	-	-	171	-
Montepio Crédito	-	-	-	-	4
Montepio Gestão de Activos Imobiliários ACE	-	-	-	-	164
	172	9	30	171	1 002

À data de 31 de dezembro de 2017, os proveitos e custos do Montepio Investimento sobre partes relacionadas, incluídos nas rubricas Juros e encargos similares, Juros e rendimentos similares e Encargos com serviços e comissões, Rendimentos com serviços e comissões e Gastos gerais administrativos são analisados como segue:

(milhares de euros)

Empresas	2017				
	Juros e encargos similares	Juros e rendimentos similares	Encargos com serviços e comissões	Rendimentos com serviços e comissões	Gastos gerais administrativos
Caixa Económica Montepio Geral	481	191	26	-	833
Carteira imobiliária - Fundo Especial de Investimento Imobiliário Aberto	-	-	-	179	-
Montepio Crédito	-	-	-	-	8
Montepio Gestão de Activos Imobiliários ACE	-	-	-	-	161
	481	191	26	179	1 002

Os custos com as remunerações e outros benefícios atribuídos ao pessoal chave da gestão bem como as transações efetuadas com os mesmos, conforme nota 9.

31 Gestão de riscos

Objetivos da Política de Gestão de Risco

A Montepio Investimento encontra-se exposta a um conjunto de riscos, sendo considerados os mais relevantes em termos da componente financeira, o risco de crédito, o risco de concentração, o risco de mercado, o risco de taxa de juro, o risco da carteira bancária, o risco cambial, o risco de liquidez, o risco imobiliário, e o risco de Fundo de Pensões. Adicionalmente, o Grupo encontra-se sujeito a outros riscos de natureza não financeira, como o risco operacional, o risco reputacional, o risco de estratégia e o risco de negócio. Consoante a natureza e relevância do risco, são elaborados planos, programas ou ações, apoiados por sistemas de informação e procedimentos que proporcionam um elevado grau de fiabilidade relativamente às medidas de gestão de risco oportunamente definidas. Para todos os riscos identificados como materiais, o Banco Montepio tem implementado um processo de identificação e revisão dos mesmos, estando sujeitos a um controlo regular e a ações de mitigação, a fim de reduzir as perdas potenciais para a Montepio Investimento.

A monitorização desses riscos é centralizada na Direção de Risco, unidade responsável pela função de gestão de risco a Montepio Investimento, que informa regularmente o Órgão de Administração da evolução do perfil de risco e propõe medidas de atuação quando necessário.

O Órgão de Administração deve assegurar a existência de um nível de capitalização adequado da instituição de forma a responder aos requisitos regulatórios e garantir a cobertura de perdas potenciais decorrentes da atividade, bem como uma estrutura de balanço otimizada que permita manter uma capacidade de financiamento e um perfil de liquidez estáveis e seguros, que permitam enfrentar situações de *stress*, garantindo a continuidade das suas operações e a proteção dos seus depositantes e detentores de dívida não subordinada.

A Montepio Investimento tem objetivos claros e bem definidos no seu plano estratégico, nomeadamente quanto aos rácios de capital, de transformação de depósitos em crédito e de liquidez e financiamento, tendo por base a implementação de um modelo de negócio viável e sustentável alinhado com o seu apetite ao risco.

Nesse sentido, a definição do apetite ao risco é suportada em determinados princípios – nomeadamente solidez, sustentabilidade e rendibilidade – sendo elaborada em função do plano estratégico e do posicionamento pretendido no mercado, assim como dos riscos associados à atividade que sejam considerados materialmente relevantes. Para estes, são estabelecidos objetivos em função do nível desejado de retorno e da estratégia de negócio, níveis de tolerância, isto é, intervalos de variação do risco que podem originar decisões sobre medidas corretivas e limites que sendo ultrapassados originam medidas corretivas imediatas.

Na definição do apetite ao risco, o Órgão de Administração assegura o alinhamento com as outras componentes organizacionais (estratégia de negócio e vetores globais da estratégia de risco). Adicionalmente, o Órgão de Administração procura assegurar que o apetite ao risco é bem compreendido por toda a organização, principalmente pelas unidades de negócio responsáveis pela tomada de decisão e que possam afetar a exposição ao risco e a sua monitorização.

A política de gestão de risco da Montepio Investimento visa a manutenção, em permanência, de uma adequada relação entre os seus fundos próprios e a atividade desenvolvida, assim como a correspondente avaliação do perfil de risco/retorno por linha de negócio, assumindo particular relevância, neste âmbito, o acompanhamento e controlo dos principais tipos de riscos financeiros - crédito, mercado, liquidez, imobiliário e operacional - a que se encontra sujeita a atividade da Montepio Investimento.

A política de gestão de risco da Montepio Investimento é da competência do Órgão de Administração, que tem a competência de definir os níveis de tolerância e limites máximos de risco, para cada risco específico considerado materialmente relevante, de acordo com os objetivos estratégicos e o plano de negócios definido, sendo esta política revista regularmente.

O controlo e a gestão eficiente dos riscos têm vindo a desempenhar um papel fundamental no desenvolvimento equilibrado e sustentado da Montepio Investimento. Para além de contribuírem para a otimização do binómio rendibilidade/risco das várias linhas de negócio, asseguram também a manutenção de um perfil de risco conservador ao nível da solvabilidade e da liquidez.

A política de gestão de risco tem mantido, como principais, os seguintes objetivos:

- Identificação, mensuração e controlo dos diferentes tipos de risco assumidos;
- Aperfeiçoamento contínuo de ferramentas de apoio à estruturação de operações e ao desenvolvimento de técnicas internas de avaliação de risco e de otimização da base de capital; e
- Acompanhamento das atividades e estratégias internacionais da Montepio Investimento, colaborando no desenho das soluções organizativas e na monitorização e reporte do risco assumido pelas entidades locais.

Risco de crédito

O risco de crédito encontra-se associado ao grau de incerteza dos retornos esperados, por incapacidade quer do tomador do empréstimo (e do seu garante, se existir), quer do emissor de um título ou da contraparte de um contrato em cumprir com as suas obrigações.

A gestão de risco de crédito beneficia de um processo robusto de análise e decisão de crédito, suportado num conjunto de ferramentas de apoio ao processo de decisão de crédito. A quantificação do risco de crédito encontra-se também suportada no modelo de cálculo das perdas por imparidade.

O princípio fundamental da análise de risco de crédito é a independência face às decisões de negócio. Na análise são utilizados instrumentos e definidas regras de acordo com a materialidade das exposições, a familiaridade com os tipos de risco em causa (e.g. a capacidade de modelização desses riscos) e a liquidez dos instrumentos.

Os modelos de risco de crédito desempenham um papel essencial na monitorização do risco na carteira de crédito.

No âmbito do risco de crédito, relativamente às metodologias de análise, as técnicas e modelos de controlo de risco assentam modelos econométricos, tendo por base a experiência da instituição na concessão de diversos tipos de crédito e, sempre que possível, também ao nível da recuperação.

Existem modelos de *scoring* comportamental para o crédito a particulares nas carteiras de retalho, designadamente para o crédito à habitação e para o crédito individual.

No domínio do crédito ao segmento não retalho, são utilizados modelos de rating interno para empresas de pequena, média e grande dimensão, diferenciando alguns setores de atividade, enquanto que para as Microempresas, consideradas retalho é aplicado o modelo de *scoring* comportamental.

Independentemente da tipologia do modelo aplicável, contrato ou cliente de crédito é classificado numa classe da escala única de risco, ordenada por ordem crescente da Probabilidade de Incumprimento, sendo esta escala composta por 19 classes, das quais as 15 primeiras correspondem a classes de risco *performing*, as classes 16 a 18 correspondem a incidentes de crédito e a classe 19 a situações de incumprimento, de acordo com a definição interna em vigor, a qual segue as orientações dos reguladores em termos de requisitos prudenciais.

No âmbito do risco de crédito são elaborados reportes internos com os principais indicadores de risco das carteiras de crédito e métricas sobre a utilização dos modelos de *rating/scoring*. Em termos do acompanhamento preventivo encontra-se em vigor um sistema de alertas para indicadores de agravamento do risco de crédito (*Early Warning Signs*).

Principais desenvolvimentos no exercício de 2018

No âmbito da função de gestão de riscos, destacam-se os seguintes desenvolvimentos no decorrer do exercício de 2018:

- Norma Contabilística IFRS 9: Em 1 de janeiro de 2018 entrou em vigor a Norma Contabilística IFRS 9, que introduz alterações significativas na classificação dos activos financeiros e no registo de imparidade. A Norma IFRS 9 está dividida em três pilares: Classificação e Mensuração; Imparidade; Contabilidade de cobertura. É no capítulo da Imparidade que se verificam os impactos mais relevantes no âmbito do Montepio Investimento.
 - No que respeita à imparidade, a Norma IFRS 9 estabelece a necessidade de reconhecer perdas esperadas de crédito (*Expected Credit Losses – ECL*) como imparidade para todos os ativos financeiros que cumpram o critério de SPPI (*Solely Payment of Principal and Interest*), considerando a perda esperada de crédito a um ano, ou a perda esperada de crédito até à maturidade do instrumento financeiro (*ECL lifetime*). O modelo de Perda Esperada (IFRS9) vem substituir o modelo de perda incorrida (IAS39).
 - De acordo com esta alteração, os ativos financeiros são classificados em segmentos, tendo por base a evolução do seu risco de crédito.
 - A mensuração das perdas esperadas (ECL) para o segmento das populações homogêneas resulta do produto da probabilidade de *default* (PD) do ativo financeiro, a perda dado o *default* (LGD) e a exposição à data de *default* (EAD), descontado à taxa de juro efetiva do contrato até à data do reporte.
 - A principal diferença entre as perdas de imparidade mensuradas para ativos financeiros classificados nos *stages* diz respeito ao horizonte temporal da PD. A PD é uma das principais diferenças no cálculo da imparidade IFRS9 (ECL), sendo estimados dois tipos de PD: PD a 12 meses e PD Lifetime.

Seguidamente apresenta-se a informação relativa à exposição do Grupo ao risco de crédito, cuja rubrica mais relevante em termos de exposição, assim como em termos do risco associado, é a referente a crédito a clientes. De referir que a carteira de ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral é essencialmente composta por títulos de dívida pública da União Europeia.

A informação constante dos quadros apresentados exclui a componente de balanço das entidades sujeitas aplicação da IFRS 5, que correspondem às subsidiárias em Angola e Moçambique, que se encontra registada na rubrica de ativos não correntes detidos para venda de operações em descontinuação.

Seguidamente apresenta-se a informação relativa à exposição do Montepio Investimento ao risco de crédito:

	(milhares de euros)	
	2018	2017
Disponibilidades em outras instituições de crédito	1 728	13 216
Crédito a clientes	27 405	38 386
Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	51 479	52 793
Outros ativos	2 660	2 794
	83 272	107 189

A repartição por setores de atividade das principais atividades ao risco de crédito, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018, encontra-se apresentada como segue:

Setor de atividade	(milhares de euros)				
	2018				
	Disponibilidades em outras instituições de crédito	Crédito a clientes		Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	
	Valor bruto	Valor bruto	Imparidade	Valor bruto	Imparidade
Empresas					
Agricultura, silvicultura e pesca	-	64	15	-	-
Indústrias extrativas	-	-	-	-	-
Indústrias alimentares, das bebidas e tabaco	-	213	23	-	-
Têxteis e vestuário	-	679	85	-	-
Curtumes e calçado	-	57	3	-	-
Madeira e cortiça	-	127	32	-	-
Papel e indústrias gráficas	-	378	199	-	-
Produtos químicos e de borracha	-	559	61	-	-
Produtos minerais não metálicos	-	29	1	-	-
Indústrias metalúrgicas de base e produtos metálicos	-	917	162	-	-
Fabricação de máquinas, equipamentos e aparelhos elétricos	-	891	7	-	-
Fabricação de material de transporte	-	168	48	-	-
Outras indústrias transformadoras	-	1 924	455	-	-
Elettricidade, gás e água	-	582	31	1 057	1
Construção e obras públicas	-	1 626	317	-	-
Comércio por grosso e a retalho	-	5 624	774	5 108	11
Turismo	-	1 116	167	-	-
Transportes	-	581	456	-	-
Atividades de informação e comunicação	-	36	1	-	-
Atividades financeiras	1 728	15	15	4 257	2
Atividades imobiliárias	-	5 677	81	-	-
Serviços prestados às empresas	-	720	82	27 996	58
Administração e serviços públicos	-	374	38	13 160	27
Outras atividades de serviços colectivos	-	1 692	32	-	-
Outros	-	25	-	-	-
Particulares					
Crédito à habitação	-	-	-	-	-
Outros créditos	-	6 815	399	-	-
Total	1 728	30 889	3 484	51 578	99

A repartição por setores de atividade das principais atividades ao risco de crédito, para 31 de dezembro de 2017, encontra-se apresentada como segue:

(milhares de euros)

Setor de atividade	2017				
	Disponibilidades em outras instituições de crédito	Crédito a clientes		Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	
	Valor bruto	Valor bruto	Imparidade	Valor bruto	Imparidade
Agricultura, silvicultura e pesca	-	287	20	-	-
Indústrias extrativas	-	690	690	-	-
Indústrias alimentares, das bebidas e tabaco	-	664	123	-	-
Têxteis e vestuário	-	1 289	458	-	-
Curtumes e calçado	-	132	45	-	-
Madeira e cortiça	-	267	31	-	-
Papel e indústrias gráficas	-	1 908	226	-	-
Produtos químicos e de borracha	-	881	167	-	-
Produtos minerais não metálicos	-	503	259	-	-
Indústrias metalúrgicas de base e produtos metálicos	-	1 668	306	-	-
Fabricação de máquinas, equipamentos e aparelhos elétricos	-	907	18	-	-
Fabricação de material de transporte	-	272	76	1 037	-
Outras indústrias transformadoras	-	2 139	373	-	-
Elettricidade, gás e água	-	711	26	1 083	-
Construção e obras públicas	-	2 887	857	-	-
Comércio por grosso e a retalho	-	8 683	662	5 071	-
Turismo	-	2 387	250	-	-
Transportes	-	782	382	-	-
Atividades de informação e comunicação	-	88	4	-	-
Atividades financeiras	13 216	21	11	4 406	-
Atividades imobiliárias	-	8 243	741	-	-
Serviços prestados às empresas	-	2 001	251	27 963	-
Administração e serviços públicos	-	425	4	13 233	-
Outras atividades de serviços colectivos	-	2 197	501	-	-
Crédito à habitação	-	7 254	689	-	-
Outros	-	464	194	-	-
Total	13 216	47 750	9 364	52 793	-

A carteira de crédito do Montepio Investimento, no montante de 27.405 milhares de euros (31 de dezembro 2017: 38.386 milhares de euros), dividida entre crédito com imparidade e sem imparidade, é apresentada como segue:

(milhares de euros)		
	2018	2017
Crédito total	30 889	47 750
Individualmente significativos		
Valor bruto	10 810	15 365
Imparidade	(601)	(3 725)
Valor líquido	10 209	11 640
Análise coletiva		
Crédito com sinais de imparidade		
Valor bruto	6 199	14 027
Imparidade	(2 635)	(5 550)
Valor líquido	3 564	8 477
Crédito sem sinais de imparidade	13 880	18 358
Imparidade (IBNR)	(248)	(89)
Valor líquido	27 405	38 386

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, o detalhe da imparidade determinada de acordo com política contabilística descrita na nota 1 b), é apresentado como segue:

(milhares de euros)							
2018							
Imparidade calculada em base individual		Imparidade calculada em base <i>portfólio</i>		Total			
Valor do crédito	Imparidade	Valor do crédito	Imparidade	Valor do crédito	Imparidade	Crédito líquido de imparidade	
Crédito a empresas	10 430	594	13 615	2 567	24 045	3 161	20 884
Crédito a particulares – Habitação	380	7	6 353	256	6 733	263	6 470
Crédito a particulares – Outros	-	-	111	60	111	60	51
	10 810	601	20 079	2 883	30 889	3 484	27 405

(milhares de euros)							
2017							
Imparidade calculada em base individual		Imparidade calculada em base <i>portfólio</i>		Total			
Valor do crédito	Imparidade	Valor do crédito	Imparidade	Valor do crédito	Imparidade	Crédito líquido de imparidade	
Crédito a empresas	14 967	3 711	22 747	4 716	37 714	8 427	29 287
Crédito a particulares – Habitação	399	13	9 344	713	9 743	726	9 017
Crédito a particulares – Outros	-	-	293	211	293	211	82
	15 366	3 724	32 384	5 640	47 750	9 364	38 386

A carteira de crédito total da Montepio Investimento, por segmento e respetiva imparidade, constituída a 31 de dezembro de 2018 e 2017, é apresentada como segue:

(milhares de euros)

Segmento	2018		2017	
	Exposição total	Imparidade total	Exposição total	Imparidade total
Corporate	16 181	2 603	25 380	6 220
Construção e CRE	7 864	558	12 334	2 207
Particulares - Habitação	6 733	263	9 743	726
Particulares - Outros	111	60	293	211
	30 889	3 484	47 750	9 364

A carteira de crédito por segmento e por ano de produção a 31 de dezembro de 2018 é apresentada como segue:

Ano de produção	Corporate			Construção e CRE			Particulares - Habitação			Particulares - Outros		
	Número de operações	Montante	Imparidade constituída	Número de operações	Montante	Imparidade constituída	Número de operações	Montante	Imparidade constituída	Número de operações	Montante	Imparidade constituída
2004 e anteriores	18	981	127	7	690	26	20	1 026	19	2	41	21
2005	17	654	152	6	306	20	14	798	27	2	41	22
2006	27	1 034	230	22	559	208	23	1 170	89	3	3	2
2007	50	3 394	360	16	1 064	65	15	1 144	16	5	21	12
2008	40	4 308	959	12	677	140	14	1 144	50	1	5	3
2009	22	1 758	210	6	2 922	24	7	349	3	-	-	-
2010	29	2 041	401	6	1 112	15	9	511	67	-	-	-
2011	23	2 011	134	7	534	60	5	232	5	-	-	-
2015	-	-	-	-	-	-	2	359	7	-	-	-
	226	16 181	2 603	82	7 864	558	109	6 733	263	13	111	60

A carteira de crédito por segmento e por ano de produção a 31 de dezembro de 2017 é apresentada como segue:

Ano de produção	Corporate			Construção e CRE			Particulares - Habitação			Particulares - Outros		
	Número de operações	Montante	Imparidade constituída	Número de operações	Montante	Imparidade constituída	Número de operações	Montante	Imparidade constituída	Número de operações	Montante	Imparidade constituída
2004 e anteriores	57	1 779	433	24	2 646	805	51	1 771	166	3	40	32
2005	52	1 320	288	20	669	182	32	1 243	113	11	57	41
2006	80	2 193	614	47	822	211	43	1 608	97	11	9	6
2007	104	4 602	740	44	1 565	300	32	1 708	171	13	57	41
2008	110	5 350	993	33	1 130	321	28	1 523	52	11	84	59
2009	35	2 576	406	7	3 058	134	10	476	21	2	12	8
2010	60	5 045	2 488	12	1 837	167	17	790	106	3	18	13
2011	31	2 406	149	8	607	87	5	246	-	3	16	11
2013	1	109	109	-	-	-	-	-	-	-	-	-
2015	-	-	-	-	-	-	2	378	-	-	-	-
	530	25 380	6 220	195	12 334	2 207	220	9 743	726	57	293	211

O valor da exposição bruta de crédito e imparidade individual e coletiva por segmento, a 31 de dezembro de 2018 e 2017, é apresentado como segue:

(milhares de euros)									
2018									
Avaliação	Corporate		Construção e CRE		Particulares - Habitação		Particulares - Outros		Total
	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade	
	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade	
Individual	5 467	558	4 963	36	380	7	-	-	10 810
Coletiva	10 714	2 045	2 901	522	6 353	256	111	60	20 079
	16 181	2 603	7 864	558	6 733	263	111	60	30 889
									3 484

(milhares de euros)									
2017									
Avaliação	Corporate		Construção e CRE		Particulares - Habitação		Particulares - Outros		Total
	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade	
	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade	
Individual	7 723	2 800	7 244	912	399	12	-	-	15 366
Coletiva	17 657	3 420	5 090	1 295	9 344	714	293	211	32 384
	25 380	6 220	12 334	2 207	9 743	726	293	211	47 750
									9 364

O valor da exposição bruta de crédito e imparidade individual e coletiva por setor de atividade para as empresas, a 31 de dezembro de 2018 e 2017, é apresentado como segue:

(milhares de euros)											
2018											
Avaliação	Construção		Indústrias		Comércio		Atividades imobiliárias		Outras atividades		Total
	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade	
	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade	
Individual	754	21	3 086	336	781	204	4 210	16	1 599	17	10 430
Coletiva	873	297	2 880	741	4 843	570	1 466	65	3 553	894	13 615
	1 627	318	5 966	1 077	5 624	774	5 676	81	5 152	911	24 045
											3 161

(milhares de euros)											
2017											
Avaliação	Construção		Indústrias		Comércio		Atividades imobiliárias		Outras atividades		Total
	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade	
	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade	
Individual	834	23	5 256	2 281	1 285	616	6 115	595	1 477	197	14 967
Coletiva	2 043	820	6 003	1 473	7 032	1 076	2 037	207	5 633	1 139	22 748
	2 877	843	11 259	3 754	8 317	1 692	8 152	802	7 110	1 336	37 715
											8 427

O valor da exposição bruta de crédito e imparidade individual e coletiva por setor de atividade para as empresas, nos exercícios de 2018 e 2017, é apresentado como segue:

(milhares de euros)

2018

Exposição bruta em cumprimento e incumprimento

Imparidade acumulada e outros ajustamentos de justo valor negativos associados ao risco de crédito

Colateral e garantias financeiras recebidas

dos quais em cumprimento com atraso > 30 dias e <= 90 dias

dos quais reestruturados em cumprimento

dos quais em incumprimento

dos quais em default

dos quais com imparidade

dos quais reestruturados

para exposições em cumprimento

para exposições em incumprimento

para exposições em incumprimento

dos quais reestruturados

Crédito (titulado) (a)

Outras exposições de crédito em balanço (b)

51 579	-	-	-	9 443	9 338	9 443	-5 575	99	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
--------	---	---	---	-------	-------	-------	--------	----	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---

O justo valor e o valor líquido dos imóveis recebidos em dação, por tipo de ativo e por antiguidade, a 31 de dezembro de 2018 e 2017, são apresentados como segue:

(milhares de euros)

Ativo	2018		
	Número de imóveis	Justo valor do ativo	Valor contabilístico
Terreno	29	2 841	2 464
Urbano	5	2 066	1 723
Rural	24	775	741
Edifícios em desenvolvimento	3	122	114
Habitação	3	122	114
Edifícios construídos	137	23 743	17 206
Comerciais	88	13 399	8 608
Habitação	27	9 973	8 426
Outros	22	371	172
	169	26 706	19 784

(milhares de euros)

Ativo	2017		
	Número de imóveis	Justo valor do ativo	Valor contabilístico
Terreno	30	3 429	2 916
Urbano	5	1 889	1 756
Rural	25	1 540	1 160
Edifícios em desenvolvimento	3	119	113
Habitação	3	119	113
Edifícios construídos	144	24 460	19 410
Comerciais	86	19 705	16 095
Habitação	33	4 115	2 998
Outros	25	640	317
	177	28 008	22 439

O tempo decorrido desde a dação/execução dos imóveis recebidos em dação, a 31 de dezembro de 2018 e 2017, é apresentado como segue:

(milhares de euros)

Tempo decorrido desde a dação/execução	2018				Total
	< 1 ano	>= 1 ano e < 2,5 anos	>= 2,5 ano e < 5 anos	>= 5 anos	
Terreno	18	1 179	149	1 118	2 464
Urbano	15	1 179	146	383	1 723
Rural	3	-	3	735	741
Edifícios em desenvolvimento	-	-	41	73	114
Habitação	-	-	41	73	114
Edifícios construídos	1 433	6 926	3 123	5 724	17 206
Comerciais	1 148	442	2 275	4 743	8 608
Habitação	285	6 484	808	849	8 426
Outros	-	-	40	132	172
	1 451	8 105	3 313	6 915	19 784

(milhares de euros)

Tempo decorrido desde a dação/execução	2017				Total
	< 1 ano	>= 1 ano e < 2,5 anos	>= 2,5 ano e < 5 anos	>= 5 anos	
Terreno	-	1 179	550	1 187	2 916
Urbano	-	1 179	145	432	1 756
Rural	-	-	405	755	1 160
Edifícios em desenvolvimento	-	-	113	-	113
Habitação	-	-	113	-	113
Edifícios construídos	7 008	2 034	4 497	5 871	19 410
Comerciais	6 813	1 623	3 034	4 625	16 095
Habitação	67	411	1 309	1 211	2 998
Outros	128	-	154	35	317
	7 008	3 213	5 160	7 058	22 439

Risco de concentração

De modo a minimizar o risco de concentração, o Montepio Investimento procura diversificar, dentro do possível, as suas áreas de atividade e fontes de proveitos, bem como diversificar as suas exposições e fontes de financiamento.

O risco de concentração é analisado ao nível de concentração individual e concentração de sector, procurando refletir eventuais insuficiências de diversificação.

A gestão do risco da concentração é realizada de forma centralizada, com uma monitorização regular dos índices de concentração pela Direção de Risco. Em particular, o nível de concentração dos maiores depositantes e, no que diz respeito à carteira de crédito, o grau de diversificação regional, o nível de concentração individual e o grau de diversificação da qualidade da carteira de empresas são monitorizados regularmente pela Direção de Risco.

Encontram-se estabelecidos limites máximos de exposição por cliente/grupo de clientes relacionados entre depósitos. A ultrapassagem de qualquer dos limites estabelecidos, ainda que temporária, carece de aprovação da Comissão Executiva.

Risco de mercado

O conceito de risco de mercado reflete a perda potencial que pode ser registada por uma determinada carteira em resultado de alterações de taxas (de juro e de câmbio) e/ou dos preços dos diferentes instrumentos financeiros que a compõem, considerando quer as correlações existentes entre eles, quer as respetivas volatilidades.

No que respeita à informação e análise de risco de mercado é assegurado o reporte regular sobre as carteiras de ativos financeiros próprias da Banco Montepio e de outras entidades do Grupo. Ao nível das carteiras próprias, encontram-se definidos diversos limites de risco sendo igualmente utilizada a metodologia de VaR. Estão igualmente definidos diferentes limites de exposição incluindo limites globais de VaR, por Emitente, por tipo/classe de ativo. São ainda definidos limites de *Stop Loss* e *Loss Trigger* para as posições das carteiras de ativos de ativos detidos para negociação, ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral e ativos financeiros não detidos para negociação obrigatoriamente ao justo valor através de resultados.

O Montepio Investimento calcula de forma regular o VaR das suas carteiras, sendo o mesmo apurado com base num horizonte temporal de 10 dias úteis e num nível de significância de 99%, pelo método da simulação histórica. Os tipos de risco considerados nesta metodologia são o risco de taxa de juro, o risco cambial, o risco de preço, o risco de crédito (spread) e o risco de mercadorias.

A distribuição da carteira de obrigações, registada na rubrica de ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral, encontra-se apresentada no quadro seguinte:

(milhares de euros)

Rating	2018		2017		Variação	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
A+	-	-	-	-	-	-
A	1 031	2,0	1 053	2,0	(22)	(2,1)
A-	1 104	2,1	1 158	2,2	(54)	(4,7)
BBB+	1 056	2,1	2 246	4,3	(1 190)	(53,0)
BBB	3 214	6,2	2 177	4,1	1 037	47,6
BBB-	12 038	23,4	13 125	24,9	(1 087)	(8,3)
BB+	-	-	-	-	-	-
NR	33 036	64,2	33 034	62,5	2	0,0
Total	51 479	100,0	52 793	100,0	(1 314)	(2,5)

A posição em títulos de dívida registados na carteira ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral ascende a 51.479 milhares de euros (31 de dezembro de 2017: 52.793 milhares de euros). Nos relatórios produzidos efetua-se o controlo dos diversos limites de exposição, analisando-se os riscos de concentração, de crédito, de taxa de juro e de variação de preços dos ativos, entre outros. Estas análises contemplam a análise de cenários, designadamente as sensibilidades da carteira de títulos a

variações de taxas de juro, de *spreads*, de evolução cambial adversa e de variação dos preços de mercado das ações e dos imóveis.

No domínio do risco de mercado, em acréscimo ao relatório de risco da carteira global do Banco Montepio, são igualmente realizados relatórios de risco específicos para a carteira de negociação, bem como para as carteiras proprietárias de ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral, ativos financeiros não detidos para negociação obrigatoriamente ao justo valor através de resultados e outros ativos financeiros ao custo amortizado.

Risco de taxa de juro da carteira bancária

A avaliação do risco de taxa de juro originado por operações da carteira bancária é efetuada por análise de sensibilidade ao risco, numa ótica consolidada para as entidades que integram o balanço consolidado do Grupo.

O risco de taxa de juro é aferido de acordo com os impactos na margem financeira, na situação líquida e fundos próprios causados por variações nas taxas de juro de mercado. Os principais fatores de risco decorrem do desfasamento de prazos para refixação da taxa e/ou maturidades residuais entre ativos e passivos (*repricing risk*), das variações não paralelas nas curvas de taxa de juro (*yield curve risk*), da inexistência de correlação perfeita entre diferentes indexantes com o mesmo prazo de *repricing* (*basis risk*) e das opções associadas a instrumentos que permitam uma atuação diversa dos intervenientes dependentes do nível de taxas contratadas e praticadas no momento (*option risk*).

Com base nas características financeiras de cada contrato, é feita a respetiva projeção dos fluxos de caixa esperados, de acordo com as datas de refixação de taxa e eventuais pressupostos comportamentais.

A agregação, para cada uma das moedas analisadas, dos fluxos de caixa esperados em cada um dos intervalos de tempo permite determinar os gaps de taxa de juro por prazo de *repricing*.

No seguimento das recomendações de Basileia e da Instrução n.º 34/2018, do Banco de Portugal, o Montepio Investimento calcula, com uma periodicidade mínima trimestral, a sua exposição ao risco de taxa de juro de balanço baseado na metodologia do *Bank of International Settlements* (BIS) classificando todas as rubricas do ativo, passivo e extrapatrimoniais, que não pertençam à carteira de negociação, por escalões de *repricing*.

Neste âmbito, encontram-se definidos limites para a exposição aos fatores de risco de taxa de juro, que são acompanhados em sede de ALCO, sendo que uma eventual ultrapassagem de qualquer dos limites estabelecidos, ainda que temporária, carece de aprovação do Conselho de Administração Executivo ou aplicação de medidas de cobertura da exposição.

Paralelamente, é realizado um *stress test* com seis cenários de choque na curva de taxa de juro. O mesmo, mede impactos na margem financeira a um ano e na situação líquida, dos choques na curva de taxa de juro prescritos no documento do BIS de Abril de 2016, *Standards – Interest rate risk in the banking book*.

Risco cambial

No que se refere ao risco cambial da carteira bancária, procede-se, em regra, à aplicação dos recursos captados nas diversas moedas, através de ativos no mercado monetário respetivo e por prazos não superiores aos dos recursos, pelo que os *gaps* cambiais existentes decorrem essencialmente de eventuais desajustamentos entre os prazos das aplicações e dos recursos.

Encontram-se definidos limites de exposição ao risco cambial, que são acompanhados em sede de ALCO, sendo que uma eventual ultrapassagem de qualquer dos limites estabelecidos, ainda que temporária, carece de aprovação da Comissão Executiva ou da implementação de medidas de cobertura do referido risco.

A exposição cambial da Montepio Investimento em 31 de dezembro de 2018 resume-se a posição curta em USD no valor de 1 euro (posição longa de 524 euros em dezembro de 2017).

Risco de liquidez

O risco de liquidez reflete a incapacidade do Montepio Investimento cumprir com as suas obrigações no momento do respetivo vencimento, sem incorrer em perdas significativas decorrentes de uma degradação das condições de financiamento (risco de financiamento) e/ou de venda dos seus ativos por valores inferiores aos valores de mercado (risco de liquidez de mercado).

A avaliação do risco de liquidez é feita utilizando indicadores regulamentares definidos pelas autoridades de supervisão, assim como outras métricas internas para as quais se encontram definidos, igualmente, limites de exposição. Este controlo é reforçado, em base consolidada, com a execução mensal de *stress tests*, com o objetivo de caracterizar o perfil de risco do Banco Montepio e assegurar que o Grupo cumpre as suas obrigações num cenário de crise de liquidez.

O controlo dos níveis de liquidez tem como objetivo manter um nível satisfatório de disponibilidades para fazer face às necessidades financeiras no curto, médio e longo prazo. O risco de liquidez é monitorizado diariamente, sendo elaborados diversos relatórios, para efeitos de controlo e para acompanhamento e apoio à tomada de decisão em sede de comité ALCO.

A evolução da situação de liquidez é monitorizada, em particular, com base nos fluxos de caixa futuros estimados para vários horizontes temporais, tendo em conta o balanço. Aos valores apurados é adicionada a posição de liquidez do dia de análise e o montante de ativos considerados altamente líquidos existentes na carteira de títulos descomprometidos, determinando-se assim o *gap* de liquidez acumulado para vários horizontes temporais. Adicionalmente, é também efetuado o acompanhamento dos indicadores prudenciais de liquidez, *Liquidity Coverage Ratio* (LCR), *Net Stable Funding Ratio* (NSFR) e *Additional Liquidity Monitoring Metrics* (ALMM), e de rácios internos em termos consolidados como, por exemplo, de transformação de depósitos em crédito, de concentração de fontes de financiamento, de financiamento de curto prazo e de ativos elegíveis.

Estão definidos limites para vários indicadores do risco de liquidez, que são monitorizados através de relatórios semanais e mensais.

No âmbito da instrução n.º 28/2014 do Banco de Portugal, que incide sobre a orientação da Autoridade Bancária Europeia relativa à divulgação de ativos onerados e ativos não onerados (EBA/GL/2014/3), e tendo em consideração a recomendação efetuada pelo Comité Europeu do Risco Sistémico, apresentamos a seguinte informação, com referência a 31 de dezembro de 2018 e 2017, relativa aos ativos e aos colaterais:

(milhares de euros)				
2018				
Ativos	Quantia escriturada dos ativos onerados	Justo valor dos ativos onerados	Quantia escriturada dos ativos não onerados	Justo valor dos ativos não onerados
Ativos da instituição que presta a informação	-	-	199 670	-
Instrumentos de capital próprio	-	-	91 201	89 632
Títulos de dívida	-	-	51 479	52 886
Outros ativos	-	-	27 856	-
2017				
Ativos	Quantia escriturada dos ativos onerados	Justo valor dos ativos onerados	Quantia escriturada dos ativos não onerados	Justo valor dos ativos não onerados
Ativos da instituição que presta a informação	-	-	225 301	-
Instrumentos de capital próprio	-	-	92 747	-
Títulos de dívida	-	-	52 793	44 905
Outros ativos	-	-	28 182	-

Os ativos onerados estão na sua maioria relacionados com operações de financiamento do Grupo, nomeadamente do BCE.

Risco imobiliário

O risco imobiliário resulta de possíveis impactos negativos nos resultados ou nos fundos próprios do Montepio Investimento, devido a oscilações no preço de mercado dos bens imobiliários.

O risco imobiliário resulta da exposição em ativos imobiliários, quer sejam provenientes de dação ou arrematação judicial no âmbito do processo de recuperação de crédito ou de unidades de participação de fundos imobiliários detidos na carteira de títulos. Estas exposições são acompanhadas com base em análises de cenários que procuram estimar potenciais impactos de alterações no mercado imobiliário nas carteiras destes ativos imobiliários e disponibilizar os elementos de informação necessários para a definição da política de gestão do risco imobiliário.

A exposição do Montepio Investimento a imóveis e unidades de participação de fundos imobiliários em 31 de dezembro de 2018 e 2017 apresentava os seguintes valores:

(milhares de euros)		
	2018	2017
Imóveis recebidos em dação de crédito	19 784	22 439
Unidades de Participação de Fundos Imobiliários	30 634	31 578
	50 418	54 017
<i>Stress test</i>	(5 042)	(5 402)

O resultado do *stress test* apresentado corresponde ao impacto esperado (antes de impostos) nos capitais próprios devido a uma variação negativa de 10% nos valores dos imóveis e fundos imobiliários.

Risco operacional

Como risco operacional entende-se a perda potencial resultante de falhas ou inadequações nos processos internos, nas pessoas ou nos sistemas, ou ainda as perdas potenciais resultantes de eventos externos.

O Grupo tem aprovação por parte do Banco de Portugal para a utilização do método padrão para a quantificação dos seus requisitos de fundos próprios para risco operacional, suportado na existência de um sistema de gestão de risco operacional que se baseia na identificação, avaliação, acompanhamento, medição, mitigação e reporte deste tipo de risco.

A Direção de Risco exerce a função corporativa de gestão de risco operacional do Grupo que é suportada pela existência de interlocutores em diferentes unidades orgânicas que asseguram a adequada implementação da gestão de risco operacional no Grupo.

Ao nível da monitorização do risco, as principais atividades desenvolvidas consistiram no processo de recolha e análise de eventos de perda de risco operacional.

No âmbito das medidas de mitigação, são sugeridos planos de ação sempre que são identificados riscos significativos.

Adicionalmente, o Grupo tem implementado um processo de gestão da continuidade de negócio, suportado por um conjunto de atividades de avaliação, de desenho, de implementação e de monitorização, integradas num ciclo de melhoria contínuo.

Outros riscos

Em relação a outros riscos – risco reputacional, risco de estratégia e negócio – também são acompanhados pela Comissão Executiva, sendo os riscos controlados e tomadas medidas corretivas em função dos resultados obtidos face aos objetivos/limites estabelecidos no apetite pelo risco.

Políticas de Cobertura e Redução do Risco

Para efeitos de redução do risco de crédito, são tidos em conta os elementos de mitigação do risco associados a cada operação. Em particular, são relevantes as garantias reais hipotecárias e os colaterais financeiros, assim como a prestação de proteção pessoal de crédito, nomeadamente de garantias.

Em termos de redução direta do valor em exposição, estão contempladas as operações de crédito colateralizadas por cauções financeiras, nomeadamente, depósitos a prazo e títulos. Nos colaterais financeiros é relevado o risco de mercado dos ativos envolvidos, procedendo-se, quando aplicável, ao ajustamento do valor do colateral.

Relativamente às garantias reais hipotecárias, o Montepio Investimento tem definidos modelos de avaliação e de reavaliação aplicados aos imóveis que venham a constituir ou que constituam garantias reais das

operações de crédito. As avaliações dos bens são realizadas por peritos avaliadores independentes, sendo que a gestão das avaliações e das vistorias encontra-se centralizada numa unidade independente da área comercial. De acordo com o disposto no Regulamento (UE) n.º 575/2013 (CRR), é assegurado o cumprimento dos requisitos em matéria de verificação e reavaliação do valor dos bens, consoante os casos, quer por métodos estatísticos e informatizados quer através da revisão ou reavaliação do valor de avaliação por perito avaliador.

Em relação às garantias de crédito, aplica-se na posição em risco o princípio da substituição do risco do cliente pelo do prestador da proteção, desde que o risco deste último seja inferior ao do primeiro.

A Montepio Investimento não utiliza habitualmente processos de compensação patrimonial e extrapatrimonial, assim como não detém derivados de crédito sobre posições na sua carteira.

As técnicas de mitigação do risco de mercado da carteira de *trading* consistem, essencialmente, na cobertura de posições em risco por produtos financeiros com risco simétrico para reduzir o risco total das exposições ou na venda parcial ou total das posições em risco para reduzir a exposição ou anulá-la por completo.

Fundos Próprios e Rácios de Capital

Os fundos próprios da Montepio Investimento são apurados de acordo com as normas regulamentares aplicáveis, nomeadamente com a Diretiva 2013/36/EU (CRD IV) e o Regulamento (EU) n.º 575/2013 (CRR) aprovadas pelo Parlamento Europeu e pelo Conselho e o Aviso do Banco de Portugal n.º 6/2013. Os fundos próprios incluem os fundos próprios de nível 1 (*tier 1*) e fundos próprios de nível 2 (*tier 2*). O *tier 1* compreende os fundos próprios principais de nível 1 (*common equity tier 1 – CET1*) e os fundos próprios adicionais de nível 1 com a seguinte composição:

- Fundos Próprios Principais de Nível 1 ou *Common Equity Tier 1 (CET1)*: Esta categoria inclui o capital realizado (com dedução de títulos próprios), as reservas elegíveis (incluindo as reservas de justo valor), os resultados transitados, os resultados retidos do período quando positivos e certificados ou pela totalidade se negativos. O valor de reservas e resultados transitados é corrigido da reversão dos resultados com passivos financeiros avaliados ao justo valor através de resultados na parte referente ao risco de crédito próprio da instituição. É deduzido o valor de balanço dos montantes relativos a *goodwill* apurado, outros ativos intangíveis, bem como a diferença, se positiva, entre o ativo e a responsabilidade do fundo de pensões. É também deduzido o valor relativo à avaliação prudente apurado de acordo com o artigo n.º 34 e 105.º da CRR, os ativos por impostos diferidos associados a prejuízos fiscais. No que respeita a participações financeiras em entidades do sector financeiro e aos ativos por impostos diferidos por diferenças temporárias que dependem da rentabilidade futura do Montepio Investimento, são deduzidos os valores destas rubricas que individualmente sejam superiores a 10% do CET1, ou posteriormente a 15% do CET1 quando consideradas em agregado (apenas na parte não deduzida na primeira barreira de 10% e considerando apenas as participações significativas). Os valores não deduzidos estarão sujeitos a ponderação de 250% para o total dos ativos ponderados pelo risco. Relativamente às participações em instituições financeiras, a eventual dedução é realizada proporcionalmente nos

correspondentes níveis de capitais detidos. No âmbito da implementação dos requisitos definidos no Regulamento (EU) n.º 575/2013, vigora ainda plano transitório aplicável aos ativos por impostos diferidos que dependem de rendibilidade futura, e que estavam já no balanço da instituição em 01 de janeiro de 2014. Com a aplicação da norma internacional de relato financeiro IFRS 9 – Instrumentos Financeiros, com efeitos a 1 de janeiro de 2018, e considerando o Regulamento (UE) 2017/2395 do Parlamento Europeu e do Conselho, o Montepio Investimento optou por aplicar numa base contínua durante um período de 5 anos o plano prudencial de *phasing-in* definido no referido Regulamento. Consequentemente em 2018 o Montepio Investimento apenas reconheceu prudencialmente 5% do impacto relativo à adoção da norma IFRS 9.

- Fundos Próprios de Nível 1 ou *Tier 1* (T1): Incorpora instrumentos equiparados a capital, cujas condições cumpram os requisitos definidos no artigo 52º do Regulamento 575/2013 e que tenham obtido aprovação pelo Banco de Portugal. São igualmente elegíveis os interesses não controlados referentes aos requisitos mínimos de fundos próprios adicionais das instituições para as quais o Grupo não detém a participação pela totalidade. A este capital são deduzidas as eventuais detenções de capital T1 de instituições financeiras sujeitas a dedução.
- Fundos Próprios de Nível 2 ou *Tier 2* (T2): Incorpora instrumentos equiparados a capital, cujas condições cumpram os requisitos definidos no artigo 63º do Regulamento 575/2013 da União Europeia e que tenham obtido aprovação pelo Banco de Portugal. São igualmente elegíveis, se existirem os interesses não controlados referentes aos requisitos mínimos de fundos próprios totais das instituições para as quais o Grupo não detém a participação pela totalidade. A este capital são deduzidas as eventuais detenções de capital T2 de instituições financeiras sujeitas a dedução.

Os Fundos Próprios Totais ou Capital Total são constituídos pela soma dos três níveis de fundos próprios referidos anteriormente.

No que respeita ao apuramento dos ativos ponderados pelo risco, além dos requisitos de risco de crédito, operacional e de mercado, destaque para a ponderação a 250% dos ativos por impostos diferidos de diferenças temporárias que dependem da rentabilidade futura e de participações financeiras que estejam dentro do limite estabelecido para não dedução a CET1. É igualmente apurado o requisito do CVA (*Credit Valuation Adjustment*).

Tal como referido existem efeitos da nova regulamentação de Basileia III e da adoção da norma contabilística IFRS9 que vão sendo gradualmente reconhecidos. Este processo usualmente designa-se por *phasing-in*, sendo que a assunção total da nova regulamentação, sem considerar planos transitórios, é designada por *full implementation*. Atualmente encontra-se em vigor o processo de *phasing-in*, sendo nesta base que é verificado se determinada entidade dispõe de fundos próprios num montante não inferior ao dos respetivos requisitos de fundos próprios, certificando assim a adequação do seu capital. Esta relação é refletida nos diferentes rácios de capital, nomeadamente o rácio CET1, rácio T1 e rácio de capital total (antes designado

por rácio de solvabilidade, representado pelo correspondente nível de capital em percentagem do montante correspondente a 12,5 vezes dos requisitos de fundos próprios).

Para estes rácios são indicados mínimos regulamentares pela CRD IV/CRR de 4,5% para o CET1, de 6% para o *Tier 1* e de 8% para o Capital total. Contudo, sobre estes mínimos regulamentares são aplicadas reservas de fundos próprios (como por exemplo, a Reserva de Conservação, a Reserva Contracíclica e a Reserva para Outras Instituições Sistémicas) cujo valor é definido pelo Banco de Portugal. Para 2018 o Banco de Portugal definiu uma Reserva Contracíclica de 0%, sendo que a Reserva Sistémica apenas foi definida para base consolidada. No que respeita à Reserva de Conservação o Banco de Portugal, no seu Aviso 6/2016, define a sua aplicação de acordo com o plano transitório definido no Artigo 160 da CRD IV, assim o valor desta reserva é de 1,875% em 2018 e após 1 de janeiro de 2019 termina o seu plano transitório fixando-se no valor de 2,5%. De acordo com estas disposições em 31 de dezembro de 2018 o Montepio Investimento deve reportar rácios *Common Equity Tier 1*, *Tier 1* e Total não inferiores a 6,375%, 7,875% e 9,875%, respetivamente, incluindo as Reservas de Fundos Próprios referidas anteriormente.

Um sumário dos cálculos de requisitos de capital do Montepio Investimento para 31 de dezembro de 2018 e 2017 apresenta-se como segue:

	(milhares de euros)	
	2018	2017
Capital Common Equity Tier 1		
Capital realizado	180 000	180 000
Resultados, Reservas e Resultados não distribuídos	3 434	8 169
Outros ajustamentos regulamentares	1 452	(1 816)
	184 886	186 353
Capital Tier 1		
Outros instrumentos de capital	-	-
Ajustamentos regulamentares	-	-
	184 886	186 353
Capital Tier 2		
Ajustamentos regulamentares	-	-
	-	-
Fundos próprios totais	184 886	186 353
Requisitos de Fundos Próprios		
Risco de crédito	17 039	16 788
Riscos de mercado	-	-
Risco operacional	750	789
Outros requisitos	713	589
	18 502	18 166
Rácios Prudenciais		
Rácio <i>Common Equity Tier 1</i>	79,9%	82,1%
Rácio <i>Tier 1</i>	79,9%	82,1%
Rácio de Capital Total	79,9%	82,1%

Com a aplicação da norma internacional de relato financeiro IFRS 9 – Instrumentos Financeiros, com efeitos a 1 de janeiro de 2018, e considerando o Regulamento (UE) 2017/2395 do Parlamento Europeu e do Conselho, o Montepio Investimento optou por aplicar numa base contínua durante um período de 5 anos o plano transitório prudencial definido no referido Regulamento. Consequentemente em 2018 o Montepio Investimento apenas reconhece prudencialmente 5% do impacto relativo à adoção da norma IFRS 9. Caso não aplicasse o referido plano transitório aos impactos decorrentes da adoção da IFRS 9, os rácios prudenciais do Montepio Investimento em dezembro 2018 seriam:

(milhares de euros)	dez 2018
Capital Common Equity Tier 1	183 291
Capital Tier 1	183 291
Fundos próprios totais	183 291
Requisitos de Fundos Próprios	18 483
Rácios Prudenciais	
Rácio Common Equity Tier 1	79,3%
Rácio Tier 1	79,3%
Rácio de Capital Total	79,3%

32 Normas contabilísticas recentemente emitidas

As normas contabilísticas e interpretações recentemente emitidas que entraram em vigor e que o Montepio Investimento aplicou na elaboração das suas demonstrações financeiras, são as seguintes:

IFRS 9 - Instrumentos Financeiros (emitida em 2009 e alterada em 2010, 2013 e 2014)

A IFRS 9 foi adotada pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 2067/2016, de 22 de novembro de 2016 (definindo a entrada em vigor o mais tardar a partir da data de início do primeiro exercício financeiro que começa em ou após de 1 de janeiro de 2018).

A IFRS 9 (2009) introduziu novos requisitos para a classificação e mensuração de ativos financeiros. A IFRS 9 (2010) introduziu requisitos adicionais relacionados com passivos financeiros. A IFRS 9 (2013) introduziu a metodologia da cobertura. A IFRS 9 (2014) procedeu a alterações limitadas à classificação e mensuração contidas na IFRS 9 e novos requisitos para lidar com a imparidade de ativos financeiros.

Os requisitos da IFRS 9 (2009) representam uma mudança significativa dos atuais requisitos previstos na IAS 39, no que respeita aos ativos financeiros. A norma contém três categorias de mensuração de ativos financeiros: custo amortizado, justo valor por contrapartida em outro rendimento integral (OCI) e justo valor por contrapartida em resultados. Um ativo financeiro será mensurado ao custo amortizado caso seja detido no âmbito do modelo de negócio cujo objetivo é deter o ativo por forma a receber os fluxos de caixa contratuais e os termos dos seus fluxos de caixa dão lugar a recebimentos, em datas especificadas, relacionadas apenas com o montante nominal e juro em vigor. Se o instrumento de dívida for detido no âmbito de um modelo de negócio que tanto capte os fluxos de caixa contratuais do instrumento como capte por vendas, a mensuração será ao justo valor com a contrapartida em outro rendimento integral (OCI), mantendo-se o rendimento de juros a afetar os resultados.

Para um investimento em instrumentos de capital próprio que não seja detido para negociação, a norma permite uma eleição irrevogável, no reconhecimento inicial, numa base individual por cada ativo, de

apresentação das alterações de justo valor em OCI. Nenhuma desta quantia reconhecida em OCI será reclassificada para resultados em qualquer data futura. No entanto, dividendos gerados, por tais investimentos, são reconhecidos em resultados em vez de OCI, a não ser que claramente representem uma recuperação parcial do custo do investimento.

Nas restantes situações, quer os casos em que os ativos financeiros sejam detidos no âmbito de um modelo de negócio de *trading*, quer outros instrumentos que não tenham apenas o propósito de receber juro e amortização e capital, são mensurados ao justo valor por contrapartida de resultados.

Nesta situação incluem-se igualmente investimentos em instrumentos de capital próprio, para os quais a entidade não designe a apresentação das alterações do justo valor em OCI, sendo assim mensurados ao justo valor com as alterações reconhecidas em resultados.

A norma exige que derivados embutidos em contratos cujo contrato base seja um ativo financeiro, abrangido pelo âmbito de aplicação da norma, não sejam separados; ao invés, o instrumento financeiro híbrido é aferido na íntegra e, verificando-se os derivados embutidos, terão de ser mensurados ao justo valor através de resultados.

A norma elimina as categorias atualmente existentes na IAS 39 de “detido até à maturidade”, “disponível para venda” e “contas a receber e pagar”.

A IFRS 9 (2010) introduz um novo requisito aplicável a passivos financeiros designados ao justo valor, por opção, passando a impor a separação da componente de alteração de justo valor que seja atribuível ao risco de crédito da entidade e a sua apresentação em OCI, ao invés de resultados. Com exceção desta alteração, a IFRS 9 (2010) na sua generalidade transpõe as orientações de classificação e mensuração, previstas na IAS 39 para passivos financeiros, sem alterações substanciais.

A IFRS 9 (2013) introduziu novos requisitos para a contabilidade de cobertura que alinha esta de forma mais próxima com a gestão de risco. Os requisitos também estabelecem uma maior abordagem de princípios à contabilidade de cobertura resolvendo alguns pontos fracos contidos no modelo de cobertura da IAS 39.

A IFRS 9 (2014) estabelece um novo modelo de imparidade baseado em “perdas esperadas” que substituirá o atual modelo baseado em “perdas incorridas” previsto na IAS 39.

Assim, o evento de perda não mais necessita de vir a ser verificado antes de se constituir uma imparidade. Este novo modelo pretende acelerar o reconhecimento de perdas por via de imparidade aplicável aos instrumentos de dívida detidos, cuja mensuração seja ao custo amortizado ou ao justo valor por contrapartida em OCI.

No caso de o risco de crédito de um ativo financeiro não tenha aumentado significativamente desde o seu reconhecimento inicial, o ativo financeiro gerará uma imparidade acumulada igual à expectativa de perda que se estime poder ocorrer nos próximos 12 meses.

No caso de o risco de crédito tiver aumentado significativamente, o ativo financeiro gerará uma imparidade acumulada igual à expectativa de perda que se estime poder ocorrer até à respetiva maturidade, aumentando assim a quantia de imparidade reconhecida.

Uma vez verificando-se o evento de perda (o que atualmente se designa por “prova objetiva de imparidade”), a imparidade acumulada é afeta diretamente ao instrumento em causa, ficando o seu tratamento contabilístico similar ao previsto na IAS 39, incluindo o tratamento do respetivo juro.

A IFRS 9 é aplicável em ou após 1 de janeiro de 2018.

IFRS 15 - Rêdito de contratos com clientes

O IASB emitiu, em 28 de maio de 2014, a norma IFRS 15 - Rêdito de contratos com clientes. A IFRS 15 foi adotada pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 1905/2016, de 22 de setembro de 2016. Com aplicação obrigatória em períodos que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2018.

Esta norma revoga as normas IAS 11 - Contratos de construção, IAS 18 - Rêdito, IFRIC 13 - Programas de Fidelidade do Cliente, IFRIC 15 - Acordos para a Construção de Imóveis, IFRIC 18 - Transferências de Ativos Provenientes de Clientes e SIC 31 Rêdito - Transações de Troca Direta Envolvendo Serviços de Publicidade.

A IFRS 15 determina um modelo baseado em 5 passos de análise por forma a determinar quando o rêdito deve ser reconhecido e qual o montante. O modelo especifica que o rêdito deve ser reconhecido quando uma entidade transfere bens ou serviços ao cliente, mensurado pelo montante que a entidade espera ter direito a receber. Dependendo do cumprimento de alguns critérios, o rêdito é reconhecido:

- i) No momento preciso, quando o controlo dos bens ou serviços é transferido para o cliente; ou
- ii) Ao longo do período, na medida em que retracts a performance da entidade.

Estas modificações não tiveram impacto relevante nas demonstrações financeiras do Montepio Investimento.

IFRIC 22 – Transações em moeda estrangeira e contraprestação de adiantamentos

Foi emitida em 8 de dezembro de 2016 a interpretação IFRIC 22, com data de aplicação obrigatória para períodos que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2018.

A nova IFRIC 22 vem definir que, tendo existido adiantamentos em moeda estrangeira para efeitos de aquisição de ativos, suporte de gastos ou geração de rendimentos, ao aplicar os parágrafos 21 a 22 da IAS 21, a data considerada de transação para efeitos da determinação da taxa de câmbio a utilizar no reconhecimento do ativo, gasto ou rendimento (ou parte dele) inerente é a data em que a entidade reconhece inicialmente o ativo ou passivo não monetário resultante do pagamento ou recebimento do adiantamento na moeda estrangeiram (ou havendo múltiplos adiantamentos, as taxas que vigorarem em cada adiantamento).

Estas modificações não tiveram impacto relevante nas demonstrações financeiras do Montepio Investimento.

Foram ainda adotadas pela UE as alterações emitidas pelo IASB:

- Em 20 de Junho de 2016 e aplicável aos períodos que se iniciam em ou após 1 de janeiro de 2018, alterações à IFRS 2 – Classificação e Mensuração de Transações com pagamentos baseados em ações;

- Em 8 de Dezembro de 2016 e aplicável aos períodos que se iniciam em ou após 1 de janeiro de 2018, alterações à IAS 40 – Transferência de propriedades de investimento clarificando o momento em que a entidade deve transferir propriedades em construção ou desenvolvimento de, ou para, propriedades de investimento quando ocorra alteração no uso de tais propriedades que seja suportado por evidência (além do listado no parágrafo 57 da IAS 40);
- Os melhoramentos anuais do ciclo 2014-2016, emitidos pelo IASB em 8 de dezembro de 2016 introduzem alterações, com data efetiva de aplicação para períodos que se iniciem em ou após 1 de julho de 2018 às normas IFRS 1 (eliminação da exceção de curto prazo para aplicantes das IFRS pela primeira vez) e IAS 28 (mensuração de uma associada ou *joint venture* ao justo valor).

Estas modificações não tiveram impacto relevante nas demonstrações financeiras da Montepio Investimento.

O Montepio Investimento decidiu optar pela não aplicação antecipada das seguintes normas e/ou interpretações, adotadas pela União Europeia.

IFRS 16 - Locações

O Montepio Investimento encontra-se obrigada a aplicar a IFRS 16 - Locações, emitida pelo IASB a 13 de janeiro de 2016, para períodos que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2019. O Montepio Investimento avaliou o impacto estimado que a aplicação inicial da IFRS 16 irá ter nas suas Demonstrações Financeiras, tal como descrito a seguir. Os impactos decorrentes da adoção da IFRS 16, a 1 de janeiro de 2019 podem alterar-se dado que:

- O Montepio Investimento ainda não finalizou o conjunto de testes e avaliação dos controlos sobre os novos sistemas de IT; e
- as novas políticas contabilísticas estão sujeitas a alterações até que o Montepio Investimento apresente as suas primeiras demonstrações financeiras em que se inclui a data de aplicação inicial.

A IFRS 16 introduz um modelo contabilístico único para a classificação das locações na ótica do locatário. Um locatário reconhece um ativo sobre direito de uso, que representa o direito de usar o ativo subjacente, e um passivo de locação que representa a obrigação de efetuar os pagamentos de locação. Existem exceções no reconhecimento para locações de curto prazo e locações de valor reduzido. A política contabilística na ótica do locador permanece similar à preconizada na norma atual – ou seja, os locadores continuam a classificar as locações como financeiras ou operacionais.

A IFRS 16 revoga o atual *guidance* em sede de locações, incluindo a IAS 17 - Arrendamentos, a IFRIC 4 - Determinar se um Acordo contém uma Locação, a SIC 15 - Locações Operacionais — Incentivos e a SIC 27 - Avaliação da Substância de Transações que Envolvam a Forma Legal de uma Locação.

- i. Locações nas quais o Montepio Investimento se apresenta como locatário:

O Montepio Investimento irá reconhecer os novos ativos e passivos para as suas locações operacionais das suas instalações (serviços centrais). A natureza das despesas relacionadas com estas locações operacionais será alterada, uma vez que a IFRS 16 substitui despesas lineares de locações operacionais por depreciações para os ativos sob direito de uso e encargos com juros relativos aos passivos de locação.

Anteriormente, o Montepio Investimento reconhecia as despesas de locação operacional linearmente durante a vigência do contrato de locação, e reconhecia ativos e passivos apenas na medida em que observava uma diferença no período de tempo entre os pagamentos de locação e o reconhecimento da despesa.

À data de 31 de dezembro de 2018, o Montepio Investimento não apresenta contratos de locação operacional.

ii. Locações nas quais o Montepio Investimento se apresenta como locador

O Montepio Investimento não é locador em nenhum contrato.

iii. Transição

Uma vez que Montepio Investimento não identificou contratos em que participa como locador ou locatário, não é estimado qualquer impacto com a transição à data de 1 de janeiro de 2019.

IFRIC 23 – Incerteza sobre tratamento fiscal de imposto sobre rendimentos

Foi emitida em 7 de junho de 2017 uma interpretação sobre como lidar, contabilisticamente, com incertezas sobre o tratamento fiscal de impostos sobre o rendimento, especialmente quando a legislação fiscal impõe que seja feito um pagamento às Autoridades no âmbito de uma disputa fiscal e a entidade tenciona recorrer do entendimento em questão que levou a fazer tal pagamento.

A interpretação veio definir que o pagamento pode ser considerado um ativo de imposto, caso seja relativo a impostos sobre o rendimento, nos termos da IAS 12 aplicando-se o critério da probabilidade definido pela norma quanto ao desfecho favorável em favor da entidade sobre a matéria de disputa em causa.

Nesse contexto a entidade pode utilizar o método do montante mais provável ou, caso a resolução possa ditar intervalos de valores em causa, utilizar o método do valor esperado.

A IFRIC 23 foi adotada pela Regulamento da Comissão EU 2018/1595, de 23 de outubro sendo de aplicação obrigatória para os exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2019 podendo ser adotada antecipadamente.

O Montepio Investimento não espera que ocorram alterações significativas na adoção da presente interpretação.

Normas, alterações e interpretações emitidas, mas ainda não efetivas para o Montepio Investimento

Os melhoramentos do ciclo 2015-2017, emitidos pelo IASB em 12 de Dezembro de 2017 introduzem alterações, com data efetiva para períodos que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2019, às normas IFRS 3 (remensuração da participação anteriormente detida como operação conjunta quando obtém controlo sobre o negócio), IFRS 11 (não remensuração da participação anteriormente detida na operação conjunta

quando obtém controlo conjunto sobre o negócio), IAS 12 (contabilização de todas as consequências fiscais do pagamento de dividendos de forma consistente), IAS 23 (tratamento como empréstimos geral qualquer empréstimo originalmente efetuado para desenvolver um ativo quando este se torna apto para utilização ou venda).

Outras alterações efetuadas pelo IASB cuja entrada em vigor se espera venha a ser em, ou após 1 de janeiro de 2019:

- Interesses de longo prazo em Associadas e Empreendimentos conjuntos (Alteração à IAS 28 emitida em 12 de outubro de 2017) clarificando a interação com a aplicação do modelo de imparidade previsto na IFRS 9;
- Alterações, cortes ou liquidações do Plano (alterações à IAS 19, emitidas em 7 de fevereiro de 2018) onde é clarificado que na contabilização de alterações, cortes ou liquidações de um plano de benefícios definidos a empresa deve usar pressupostos atuariais atualizados para determinar os custos dos serviços passados e a taxa de juro líquida do período. O efeito do *asset ceiling* não é tomado em consideração para o cálculo do ganho e perda na liquidação do plano e é lido separadamente no outro rendimento integral (OCI);
- Alterações à definição de Negócio (alteração à IFRS 3, emitida em 22 de outubro de 2018);
- Alterações à definição de Materialidade (Alterações à IAS 1 e à IAS 8, emitidas em 31 de outubro de 2018).

O Montepio Investimento não antecipa qualquer impacto na aplicação destas alterações nas suas demonstrações financeiras.

33 Transição para a IFRS 9 – Instrumentos financeiros

Conforme indicado na política contabilística descrita na nota 1 a), o Montepio Investimento adotou pela primeira vez a IFRS 9 “Instrumentos Financeiros” em 1 de janeiro de 2018. Esta situação determinou alterações na classificação e valorização em determinados ativos e passivos financeiros, com os seguintes impactos:

IAS 39					IFRS 9				
31 de dezembro de 2017	Base de mensuração	Valor contabilístico	Reclassificação	Observações	Remensuração	Observações	Valor contabilístico	Base de mensuração	1 de janeiro de 2018
Ativo		225 301			(1 571)		223 730		
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	Custo amortizado	-	-	-	-	-	-	Caixa e disponibilidades em bancos centrais	-
Disponibilidades em outras instituições de crédito	Custo amortizado	13 216	-	-	-	-	13 215	Disponibilidades em outras instituições de crédito	-
Ativos financeiros disponíveis para venda	Justo valor através de outro rendimento integral	145 517	(92 724)	-	-	-	52 793	Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	-
			92 724	-	-	-	92 724	Justo valor através de resultados	-
Crédito a clientes	Custo amortizado	38 380	-	-	(2 006)	A	36 374	Crédito a clientes	-
Ativos não correntes detidos para venda	Custo amortizado	22 439	-	-	-	-	22 438	Ativos não correntes detidos para venda	-
Outros ativos financeiros	-	1	-	-	-	-	1	Outros ativos financeiros	-
Investimentos em subsidiárias e associadas	-	24	-	-	-	-	24	Investimentos em subsidiárias e associadas	-
Ativos por impostos correntes	-	974	-	-	-	-	974	Ativos por impostos correntes	-
Ativos por impostos diferidos	-	1 188	-	-	538	D	1 726	Ativos por impostos diferidos	-
Outros ativos	-	3 556	-	-	(13)	B	3 543	Outros ativos	-
Passivo		37 132					37 132		
Reservas de outras instituições de crédito	Custo amortizado	35 072	-	-	-	-	35 072	Reservas de outras instituições de crédito	-
Provisões	-	36	-	-	-	-	36	Provisões	-
Outros passivos	-	2 024	-	-	-	-	2 024	Outros passivos	-
Capitais Próprios	-	189 169	-	-	(1 571)	-	186 598	Capitais Próprios	-
Capital social	-	180 000	-	-	-	-	180 000	Capital social	-
Outros instrumentos de capital	-	-	-	-	-	-	-	Outros instrumentos de capital	-
Reservas de reavaliação	-	1 533	(2 294)	C	-	-	1 239	Reservas de reavaliação	-
Outras reservas e resultados transitados	-	2 852	-	-	(1 571)	E	1 281	Outras reservas e resultados transitados	-
Resultado líquido do exercício	-	1 784	-	-	-	-	1 784	Resultado líquido do exercício	-
Total do Passivo e dos Capitais Próprios		225 301			(1 571)		223 730		

Em 1 de janeiro de 2018, o Montepio Investimento procedeu à reclassificação dos seus ativos e passivos financeiros para as carteiras estabelecidas no IFRS 9:

- As remensurações das rubricas de Crédito a clientes e de Provisões, no montante de 2.096 milhares de euros, decorrem da substituição do modelo de “perda incorrida” da IAS 39 por um modelo *forward looking* de “perdas de crédito esperadas” (ECL), em conformidade com a IFRS 9.
- Reforço de imparidade decorrente da aplicação do Modelo de “perdas de crédito esperadas” (ECL) aos saldos de devedores classificados na rubrica de Outros ativos, em conformidade com a IFRS 9.
- A desagregação das reclassificações efetuadas entre a reserva de justo valor e a rubrica de resultados transitados é apresentada como segue:

(milhares de euros)

Reclassificação da reserva de justo valor das unidades de participação, líquida de imposto	(2 402)
Reforço de imparidade para os instrumentos de dívida - ECL, líquida de imposto	108
	(2 294)

- Impacto em ativos por impostos diferidos, no montante de 538 milhares de euros, decorrente da adoção da IFRS 9 à data de 1 de janeiro de 2018.
- Efeito total da adoção da IFRS 9 nos capitais próprios.

A reconciliação da imparidade em conformidade com as IAS 39 e 37 à data de referência de 31 de dezembro de 2017 com a imparidade à data referência de 1 de janeiro de 2018:

(milhares de euros)

	Imparidade IAS 39 e 37 31 de dezembro de 2017	Alteração introduzida pela aplicação da IFRS 9	Imparidade IFRS 9 1 de janeiro de 2018
Crédito a clientes	9 364	2 096	11 460
Outros ativos	1 054	13	1 067
	10 418	2 109	12 527

34 Eventos subsequentes

Para além da informação divulgada neste documento, não se verificaram transações e/ou acontecimentos relevantes que mereçam relevância de divulgação.

DECLARAÇÃO DE CONFORMIDADE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO SOBRE A INFORMAÇÃO FINANCEIRA APRESENTADA

É da responsabilidade do Conselho de Administração a elaboração do relatório de gestão e a preparação das demonstrações financeiras e que estas apresentem, de forma verdadeira e apropriada, a posição financeira do Montepio Investimento, S.A., o resultado das operações, bem como a adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado, que permita prevenir e detetar eventuais erros ou irregularidades.

Confirmamos, tanto quanto é o nosso conhecimento e nossa convicção, que:

- Toda a informação financeira contida nos documentos de prestação de contas, com referência a 31 de dezembro de 2018, foi elaborada em conformidade com as normas contabilísticas aplicáveis, dando uma imagem verdadeira e apropriada do ativo e do passivo, da situação financeira e dos resultados do Montepio Investimento, S.A.;
- O relatório de gestão expõe fielmente a evolução dos negócios, do desempenho e da posição da Instituição, e contém uma descrição dos principais riscos e incertezas com que se defronta.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente Carlos Manuel Tavares da Silva

Vogais José Carlos Sequeira Mateus
Carlos Miguel López Leiria Pinto

Lisboa, 20 de maio de 2019

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS E RELATÓRIO DE AUDITORIA



KPMG & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A.
Edifício FPM41 - Avenida Fontes Pereira de Melo, 41 – 15º
1069-006 Lisboa - Portugal
+351 210 110 000 | www.kpmg.pt

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas do Montepio Investimento, S.A. (a Entidade), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2018 (que evidencia um total de 199.670 milhares de euros e um total de capital próprio de 185.218 milhares de euros, incluindo um resultado líquido negativo de 1.005 milhares de euros), a demonstração dos resultados, a demonstração do rendimento integral, a demonstração das alterações dos capitais próprios e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira do Montepio Investimento, S.A. em 31 de dezembro de 2018 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adotadas na União Europeia.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Matérias relevantes de auditoria

As matérias relevantes de auditoria são as que, no nosso julgamento profissional, tiveram maior importância na auditoria das demonstrações financeiras do ano corrente. Essas matérias foram consideradas no contexto da auditoria das demonstrações financeiras como um todo, e na formação da opinião, e não emitimos uma opinião separada sobre essas matérias.





Imparidade da carteira de crédito a clientes

Em 31 de dezembro de 2018, as perdas por imparidade para o risco de crédito a clientes ascendem a 3.484 milhares de euros, tal como referido na nota 16.

O Risco

Para efeitos da determinação da imparidade da carteira de crédito a clientes mensurados ao custo amortizado, as exposições são classificadas em três categorias (Estágio 1, 2 ou 3) tendo em consideração a identificação ou não de uma deterioração significativa do risco de crédito desde o seu reconhecimento inicial ou se se tratam de ativos com imparidade. Para a Entidade, a determinação deste efeito é um processo relevante dado que a mesma influencia os níveis de *Expected Credit Loss* ('ECL') associados.

A imparidade é calculada com base na perda esperada que é estimada pela Entidade em base individual e coletiva, conforme referido na nota 1.b) anexa as demonstrações financeiras.

A análise individual é baseada na avaliação da existência de perdas por imparidade para análise caso a caso, considerando a exposição total de um determinado cliente e expectativa sobre a evolução da performance da atividade, o valor de mercado dos colaterais associados e a expectativa da evolução das condições macroeconómicas futuras.

A nossa resposta ao risco identificado

Os nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros aspetos:

- Indagações à Gestão sobre o processo de identificação e apuramento de perdas por imparidade;
- Avaliação do desenho e implementação e teste à eficácia operacional dos principais controlos definidos pela Entidade ao nível do processo de identificação e apuramento de perdas por imparidade;
- Análise do alinhamento das políticas contabilísticas com o definido na IFRS 9;
- Análise do processo de classificação dos ativos financeiros com base no seu risco de crédito (Estágio 1, 2 e 3);
- Avaliação do processo de estimação da ECL;
- Análise dos créditos individuais, para um conjunto de créditos seleccionados sendo avaliados os pressupostos subjacentes à identificação e quantificação de imparidade, incluindo (i) a avaliação de colaterais existentes e, (ii) as estimativas de recuperação em caso de incumprimento;





Imparidade da carteira de crédito a clientes (continuação)

O Risco

O processo de avaliação da imparidade apresenta elevada complexidade no seu desenho e implementação e inclui diversas estimativas e julgamentos por parte da Entidade. Este processo tem em consideração fatores como a probabilidade de incumprimento, as notações de risco, o valor dos colaterais associado a cada operação, as taxas de recuperação e as estimativas quer dos fluxos de caixa futuros, quer do momento do seu recebimento.

Conforme referido na nota 1.o), a utilização de metodologias alternativas e de outros pressupostos e estimativas poderia resultar em níveis diferentes de perdas por imparidade reconhecidas, com o consequente impacto nos resultados da Entidade.

A nossa resposta ao risco identificado

- Para os créditos cujas perdas por imparidade são determinadas em base coletiva, teste, com o apoio dos nossos especialistas nesta área, dos modelos subjacentes, incluindo o processo de aprovação e validação dos mesmos; Adicionalmente, teste da adequação e da precisão dos pressupostos significativos utilizados pelo modelo incluindo os atributos chave para a sua classificação; e,
- Revisão das divulgações efetuadas pela Entidade, de acordo com o normativo contabilístico aplicável, incluindo as relacionadas com a transição.

Mensuração de ativos não correntes detidos para venda

Em 31 de dezembro de 2018, os ativos não correntes detidos para venda ascendem a 19.784 milhares de euros, tal como referido na nota 20 anexa às demonstrações financeiras.

O Risco

Os ativos não correntes detidos para venda são assim classificados quando existe a intenção de alienação, esses ativos estão disponíveis para venda imediata e a sua venda é muito provável.

De acordo com a política contabilística referida na nota 1.e) anexa às demonstrações financeiras, os ativos não correntes detidos para venda são mensurados ao menor entre o seu custo e o seu justo valor deduzido dos custos de venda.

A nossa resposta ao risco identificado

Os nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros aspetos:

- Análise do desenho e implementação e teste à eficácia operacional dos controlos chave definidos pela Entidade associados ao processo de mensuração dos ativos não correntes detidos para venda;





Mensuração de ativos não correntes detidos para venda (continuação)

O Risco

O justo valor é baseado no valor de mercado obtido através de avaliações periódicas efetuadas por avaliadores independentes.

Esta área envolve um grau de julgamento significativo por parte do Conselho de Administração da Entidade.

Conforme referido na nota 1.o), a utilização de metodologias alternativas e de outros pressupostos e estimativas poderia resultar em avaliações distintas e consequentemente na sua mensuração e níveis diferentes das perdas por imparidade reconhecidas, com o consequente impacto nos resultados e capital próprio da Entidade.

A nossa resposta ao risco identificado

- Verificação, para um conjunto de itens selecionados, da razoabilidade da valorização atribuída aos ativos não correntes detidos para venda com base nas avaliações efetuadas incluindo pressupostos utilizados por peritos independentes, e análise da respetiva perda por imparidade reconhecida; e,
- Revisão das divulgações efetuadas pela Entidade, de acordo com o normativo contabilístico aplicável.

Mensuração de instrumentos financeiros classificados como nível III, conforme requisitos da IFRS 13

Em 31 de dezembro de 2018, a Entidade apresenta na carteira de ativos financeiros não detidos para negociação obrigatoriamente ao justo valor através de resultados, ativos financeiros classificados como nível III, conforme requisitos da IFRS 13, no montante de 91.201 milhares de euros, conforme nota 17 anexa às demonstrações financeiras, representando cerca de 46% do ativo.

O Risco

A mensuração destes ativos encontra-se ao justo valor de acordo com a respetiva política contabilística descrita na nota 1.c) Instrumentos financeiros das notas anexas às demonstrações financeiras.

A nossa resposta ao risco identificado

Os nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros aspetos:

- Avaliação do desenho e implementação dos principais controlos definidos pela Entidade ao nível do processo de identificação e apuramento de perdas por imparidade;
- Análise do alinhamento das políticas contabilísticas com o definido na IFRS 9;



Mensuração de Instrumentos financeiros classificados como nível III, conforme requisitos da IFRS 13 (continuação)

O Risco

Os instrumentos financeiros classificados como nível III, conforme requisitos da IFRS 13 são unidades de participação em fundos de investimento, que se encontram registradas como Ativos financeiros não detidos para negociação obrigatoriamente ao justo valor através de resultados. Uma vez que as unidades de participação são títulos não cotados, a valorização é efetuada pela entidade gestora com base em relatórios de avaliação elaborados por peritos registados na CMVM (fundos de investimento imobiliário), ou por metodologias internas utilizadas pela respetiva entidade gestora nos restantes casos, conforme referido na nota 17 das notas anexas às demonstrações financeiras.

Conforme referido na nota 1.o), a utilização de metodologias alternativas e de outros pressupostos e estimativas poderia resultar em níveis diferentes de perdas por imparidade reconhecidas, com o consequente impacto nos resultados da Entidade.

A nossa resposta ao risco identificado

- Teste à valorização da carteira de Ativos financeiros ao justo valor através de resultados, com vista a aferir da razoabilidade do justo valor reconhecido pela Entidade;
- Teste às valias realizadas; e,
- Revisão das divulgações efetuadas pela Entidade, de acordo com o normativo contabilístico aplicável.

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adotadas na União Europeia;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.





O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Entidade.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluímos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;





- comunicamos com os encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria;
- das matérias que comunicamos aos encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, determinamos as que foram as mais importantes na auditoria das demonstrações financeiras do ano corrente e que são as matérias relevantes de auditoria. Descrevemos essas matérias no nosso relatório, exceto quando a lei ou regulamento proibir a sua divulgação pública; e,
- declaramos ao órgão de fiscalização que cumprimos os requisitos éticos relevantes relativos à independência e comunicamos todos os relacionamentos e outras matérias que possam ser percebidas como ameaças à nossa independência e, quando aplicável, as respetivas salvaguardas.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais.

Sobre os elementos adicionais previstos no artigo 10º do Regulamento (UE) n.º 537/2014

Dando cumprimento ao artigo 10.º do Regulamento (UE) n.º 537/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril de 2014, e para além das matérias relevantes de auditoria acima indicadas, relatamos ainda o seguinte:

- Fomos nomeados auditores da Entidade pela primeira vez através da deliberação unânime por escrito datada de 22 de julho de 2011 para um mandato compreendido entre 2011 e 2013. Fomos nomeados na assembleia geral de acionistas realizada em 22 de Junho de 2017 para o mandato compreendido entre 2017 e 2019.
- O órgão de gestão confirmou-nos que não tem conhecimento da ocorrência de qualquer fraude ou suspeita de fraude com efeito material nas demonstrações financeiras. No planeamento e execução da nossa auditoria de acordo com as ISA mantivemos o ceticismo profissional e concebemos procedimentos de auditoria para responder à possibilidade de distorção material das demonstrações financeiras devido a fraude. Em resultado do nosso trabalho não identificámos qualquer distorção material nas demonstrações financeiras devido a fraude.





- Confirmamos que a opinião de auditoria que emitimos é consistente com o relatório adicional que preparámos e entregámos ao órgão de fiscalização da Entidade em 22 de maio de 2019.
- Declaramos que não prestámos quaisquer serviços proibidos nos termos do artigo 77.º, número 8, do Estatuto da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas e que mantivemos a nossa independência face à Entidade durante a realização da auditoria.

22 de maio de 2019



KPMG & Associados
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A. (n.º 189)
representada por
Hugo Jorge Gonçalves Cláudio (ROC n.º 1597)

RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

RELATÓRIO E PARECER

DO CONSELHO FISCAL

Relativos ao Exercício de 2018

Exmos. Senhores Acionistas do
Montepio Investimento, S.A.

1. Em cumprimento do disposto na alínea g) do número 1 do artigo 420º do Código das Sociedades Comerciais, compete-nos, na qualidade de membros do Conselho Fiscal do **Montepio Investimento, S.A.**, emitir o relatório anual sobre a nossa ação fiscalizadora, bem como dar parecer sobre o relatório de gestão, as demonstrações financeiras e a proposta de aplicação de resultados apresentados pelo Conselho de Administração referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018.
2. Cumpre-nos referir que, enquanto órgão fiscalizador nomeado a 13 de dezembro de 2018, reunimos até à data de hoje separadamente com membros da do Conselho de Administração, com os responsáveis das áreas de *Compliance*, de Risco, e de Auditoria e Inspeção, bem como com o Revisor Oficial de Contas e Auditor Externo.
3. Também, através dos esclarecimentos e de informação recolhida junto dos responsáveis anteriormente referidos, ficámos conhecedores do desenvolvimento da gestão e da atividade do **Montepio Investimento, S.A.**. Procedemos, igualmente, à verificação da informação financeira referente ao exercício de 2018, efetuando as análises julgadas convenientes e necessárias.
4. O Conselho Fiscal desenvolveu, entre outras, as seguintes ações:
 - i) Apreciação da eficácia dos sistemas de controlo interno, da gestão de riscos e dos ajustamentos às contas, obtidos junto do Revisor Oficial de Contas e Auditor Externo;
 - ii) Análise da informação financeira divulgada;
 - iii) Apreciação das políticas contabilísticas seguidas pelo **Montepio Investimento, S.A.** quanto à sua adequação e consistência;
 - iv) Verificação da conformidade das demonstrações financeiras com os requisitos legais aplicáveis.
5. O Conselho Fiscal, após o encerramento das contas, apreciou as demonstrações financeiras do exercício de 2018, que compreendem o balanço, a demonstração dos resultados, a demonstração das alterações dos capitais próprios, a demonstração dos fluxos de caixa, a demonstração do rendimento integral, e respetivos anexos.
6. O Conselho Fiscal, no âmbito das suas funções, reuniu com o Revisor Oficial de Contas e Auditor Externo, o qual prestou os esclarecimentos, técnicos e contabilísticos, considerados necessários, tendo o Conselho Fiscal tomado conhecimento dos documentos emitidos pelo Revisor Oficial de Contas e Auditor Externo:
 - i) Conclusões dos trabalhos de revisão de contas e de auditoria externa sobre as demonstrações financeiras;



- ii) Certificação legal das contas e relatório de auditoria, sem reservas e sem ênfases, documento este que mereceu a nossa concordância;
 - iii) Relatório Adicional ao Órgão de Fiscalização;
 - iv) Carta de Confirmação de Independência.
7. É entendimento do Revisor Oficial de Contas e Auditor Externo que as matérias relevantes de auditoria consistem em:
- i) Imparidade da carteira de crédito a clientes;
 - ii) Mensuração de ativos não correntes detidos para venda;
 - iii) Mensuração de instrumentos financeiros classificados como nível III, conforme requisitos da IFRS 13.
- Nestas áreas, foram desenvolvidos procedimentos e testes de auditoria considerados relevantes nas circunstâncias.
8. O Conselho Fiscal declara que, tanto quanto é de seu conhecimento:
- i) As contas do exercício de 2018 foram elaboradas em conformidade com as normas contabilísticas aplicáveis, permitindo uma adequada compreensão do ativo e passivo, da situação financeira e dos resultados do Montepio Investimento, S.A.;
 - ii) O Relatório de Gestão expõe adequadamente a evolução dos negócios, o desempenho e a posição atual do Montepio Investimento, S.A..
9. Com base no relatório acima exposto, somos de parecer:
- 1º. Que sejam aprovados o relatório de gestão e os documentos de prestação de contas referentes ao exercício de 2018;
 - 2º. Que seja aprovada a proposta de aplicação do resultado líquido do período.
10. Por último, os membros do Conselho Fiscal manifestam ao Conselho de Administração, aos principais responsáveis e demais colaboradores do Montepio Investimento, S.A. o seu reconhecimento e agradecimento pela colaboração prestada.

Lisboa, 22 de maio de 2019

O CONSELHO FISCAL


Pedro Miguel Ribeiro de Almeida Fontes Falcão — Presidente


Inês Maria Vaz Ramos da Silva da Cunha Leão — Vogal

ANEXOS

PARTICIPAÇÕES DOS MEMBROS DOS ÓRGÃOS DE ADMINISTRAÇÃO E FISCALIZAÇÃO

Nos termos e para os efeitos do disposto no artigo 447.º, n.º 1 do Código das Sociedades Comerciais e no artigo 8.º, n.º 1, alínea b) do Regulamento da CMVM n.º 5/2008, informa-se que os membros dos órgãos de administração e fiscalização não detinham, em 31 de dezembro de 2018, quaisquer ações ou obrigações do Montepio Investimento, S.A., nem foram efetuados quaisquer movimentos durante o período em causa.

LISTA DOS TITULARES DE PARTICIPAÇÕES QUALIFICADAS

Em cumprimento do disposto no artigo 2.º, n.º 4 do Regulamento da CMVM n.º 5/2008, informa-se que, a 31 de dezembro de 2018, a totalidade do capital social do Montepio Investimento S.A., era detido pelo Montepio Holding, Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A.

AÇÕES PRÓPRIAS DETIDAS

Nos termos e para os efeitos do disposto no artigo 66.º, n.º 5, alínea d) do Código das Sociedades Comerciais, informa-se que o Montepio Investimento, S.A. não adquiriu, não alienou, nem detinha, à data de 31 de dezembro de 2018, ações próprias.

Montepio Investimento, S.A.

Montepio Investimento, S.A.

Sede: Rua Castilho, n.º 5 - 6º, 1250 – 066 Lisboa

Capital Social: 180.000.000 Euros

Número de Pessoa Coletiva e de Matrícula na Conservatória do Porto: 505 087 286